

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PARA ALÉM DO INGRESSO NA UNIVERSIDADE –  
RADIOGRAFANDO OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES PARA  
NEGROS em Porto Alegre**

**Dissertação de Mestrado**

**Dircenara dos Santos Sanger**

Porto Alegre, 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**PARA ALÉM DO INGRESSO NA UNIVERSIDADE –  
RADIOGRAFANDO OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES PARA  
NEGROS em Porto Alegre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**DIRCENARA DOS SANTOS SANGER**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Carmen Lucia Bezerra Machado**

**PORTO ALEGRE**

**Setembro 2003**



## AGRADECIMENTOS

Ao chegar até aqui, no final de dois anos e alguns meses, tenho muito que agradecer as pessoas que me ajudaram a concretizar um sonho conquistado com muita batalha e perseverança.

Em primeiro lugar, a ele, Deus de todos, nosso pai maior pela sua força e paz nos momentos necessários.

Aos meus familiares, que suportaram comigo os altos e baixos do meu estado de espírito durante o mestrado.

A minha orientadora pelo voto de confiança depositado em mim, e principalmente por sua segurança durante as orientações e reflexões conjuntas para dar concretude as idéias que foram essenciais para o fechamento da dissertação.

Aos envolvidos com os cursos: alunos, professores e coordenação que possibilitaram que a pesquisa se realizasse.

A agência financiadora CAPES que durante 12 meses proporcionou-me o auxílio financeiro para que desse início a pesquisa no ano de 2001.

Aos professores, que mesmo não sendo orientadores estiveram comigo discutindo e guiando-me em circunstâncias em que estava sem rumo.


Aos amigos e colegas durante vários momentos de discussão, troca de idéias e contribuição para o estudo.

Aos meus pais,  
Dirceu e Rosa Nara  
pelo carinho e dedicação

Ao Marcos  
que esteve presente  
em todos os momentos

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE ANEXOS .....</b>	<b>9</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 APRESENTANDO OS CURSINHOS COMO SUJEITOS OU QUEM ESTÁ NO TABULEIRO .....</b>	<b>18</b>
1.1 SUPERANÇA .....	21
1.2 PROJETO DE EDUCAÇÃO DA ASP .....	26
<b>2 CONHECENDO OS PASSOS DA PESQUISA OU AS TRILHAS NO TABULEIRO .....</b>	<b>31</b>
2.1 PERCORRENDO CAMINHOS NO TABULEIRO .....	31
2.2 CRITÉRIOS PARA SELECIONAR OS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO TABULEIRO .....	41
<b>3 SITUANDO A TRAJETÓRIA DAS ONG'S NO TABULEIRO SOCIAL .....</b>	<b>54</b>
3.1 ORGANIZAÇÕES NEGRAS .....	61
3.2 A ONG IBÁ .....	64
3.3 ASP .....	69
3.4 PARA ALÉM DA TEORIA OU AÇÃO AFIRMATIVA .....	72
<b>4 RADIOGRAFANDO O TABULEIRO DOS CURSINHOS OU COLOCANDO AS PEÇAS NO TABULEIRO .....</b>	<b>82</b>
4.1 SITUANDO NO TABULEIRO CIDADÃOS NEGROS VOLUNTÁRIOS E SUA ATUAÇÃO À FRENTE DOS CURSINHOS OU COORDENAÇÕES NEGRAS NO TABULEIRO DOS CURSOS .....	82



4.1.1 <i>Estudantes negros e carentes, quais serão selecionados para constituírem o tabuleiro dos cursos? ou Que tipo de aluno as coordenações desejam selecionar para os cursos?</i> .....	93
4.1.2 <i>Dialogando Com Raça, Racismo E Discriminação E Colocando As Peças Negras No Tabuleiro Social – Para Apresentar Dados Numéricos Das Pesquisas</i> .....	106
4.2 SITUANDO NO TABULEIRO DOS CURSINHOS OS DOCENTES OU UM TEMPO PARA O VOLUNTARIADO EM SUAS VIDAS.....	115
4.2.1 <i>Olhar Comum Dos Docentes Vistos No Tabuleiro Dos Cursos</i> .....	122
4.2.2 <i>Diferentes Olhares Dos Docentes No Tabuleiro Dos Cursos</i> .....	131
4.3 SITUANDO OS ALUNOS NO TABULEIRO DOS CURSINHOS OU DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO?.....	142
4.3.1 <i>De Onde Vêm?</i> .....	143
4.3.2 <i>Para Onde Vão?</i> .....	152
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TABULEIRO DOS CURSOS</b> .....	<b>161</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>166</b>



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ASP – Associação Satélite Prontidão

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDI – Centro Ecumênico de Divulgação e Informação

CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

CPF – Cadastro das Pessoas Físicas

CPV – Curso Pré-Vestibular ou Cursos Pré-Vestibulares

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAFRA – Instituto África América

IBÁ – Instituto Brasil-África

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MNU – Movimento Negro Unificado

NCN – Núcleo de Consciência Negra

ONG – Organização Não-Governamental

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PPPOMAR – Partido Popular Poder para a Minoria

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

RS – Rio Grande do Sul

S.R.B – Sociedade Recreativa e Beneficente

UERGS – Universidade do Estado do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo



## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A – Roteiro das entrevistas realizadas com os alunos

Apêndice B – Roteiro das entrevistas realizadas com as coordenadoras

Apêndice C – Roteiro das entrevistas realizadas com os professores

Apêndice D– Mapa de Localização dos alunos do Superação por Bairro, 2002

Apêndice E – Mapa de Localização dos alunos do Projeto de Educação da ASP por Bairro, 2002

Apêndice F –Tabela de localização dos alunos do Projeto de Educação da ASP por cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2002

Apêndice G – Tabela de localização dos alunos do Projeto de Educação da ASP por bairros em Porto Alegre, 2002

Apêndice H –Tabela de localização dos alunos do Superação por cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2002

Apêndice I – Tabela de localização dos alunos do Superação por bairros em Porto Alegre, 2002

Apêndice J – Lista de entrevistados pela pesquisadora, em Porto Alegre, por data





## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A – Documento do Programa Diversidade na Universidade

Anexo B – Estatutos Sociais da ASP

Anexo C – Ficha de Cadastro do Candidato do Superação

Anexo D – Ficha de questões do Superação

Anexo E – Material da Internet – Afronotícias

Anexo F – Convite do Superação para o Evento dos Profissionais

Anexo G – Ficha do Projeto de Educação da ASP cadastral e de pré-inscrição

Anexo H – Gráficos dos CPV

Anexo I – Tabelas e gráficos

Anexo J – Ficha de matrícula do Projeto de Educação da ASP



## RESUMO

Radiografando o cenário nacional, a cada dia, emergem iniciativas de lideranças negras que vem despontando como uma iniciativa para superar as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros no Brasil. Entre estas iniciativas os cursos pré-vestibulares têm demarcado espaço na sociedade e na vida de alunos “negros e carentes” dando-lhes uma oportunidade de rever seus estudos rumo ao ingresso na universidade. Nesse sentido, a dissertação se propõe a apresentar, informar, relatar e discutir as iniciativas desenvolvidas em dois cursos pré-vestibulares para “negros e carentes” em Porto Alegre – RS. Observando e entrevistando a coordenação, professores e professoras, e, alunas e alunos, combina os dados coletados numa perspectiva etnográfica, com as idéias de autores que trabalham temas: raça, racismo, discriminação e ação afirmativa. Tais dados fizeram sentido para corroborar e reafirmar o preconceito e a discriminação que os negros sofrem na atual sociedade e, ao mesmo tempo, as ações que as lideranças negras vêm propondo para superar a composição deste tabuleiro social. Estas ações estratégicas tem conquistado espaços e direitos no campo profissional e intelectual do país. Implicam reconhecer avanços na ampliação da consciência crítica da população negra e na difusão, mesmo que lenta e gradativa do seu exercício da cidadania. Os cursos apresentam, em sua organização, disciplinas para além dos conteúdos programáticos exigidos no Exame Vestibular, que primam por uma formação de cunho racial e social, personalizadas para alcançar estes objetivos, o que implica na socialização dos sujeitos envolvidos.



## ABSTRACT

By radiographing the country's scenery, it is noticeable that black leaders have constantly come up with initiatives to overcome the unevenness of opportunities towards the black population in Brazil. Among some of the initiatives are the preparatory courses for university entrance examinations (Vestibular), which have already delimited its place in our society and in the context of the black and the destitute. These courses provide students with the opportunity to review disciplines and, therefore, increase their chances of following on to undergraduate studies. In this sense, the objective of this dissertation is to present, inform, report and discuss the approaches developed in two preparatory courses for Vestibular in the city of Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brazil) for black and destitute people. Coordinators, teachers and students have been interviewed and observed. The data have been collected and evaluated through an ethnographic perspective and with ideas of authors that work with themes as race, racism, prejudice, and affirmative action. The data corroborate and reaffirm the existence of prejudice and discrimination towards the black in our society today, while pointing out the actions that have been proposed by black leaders to overcome this present state of affairs. These strategic actions have conquered spaces and rights in the professional and intellectual field. They imply the acknowledgement of the advances in the expansion of critical conscience and in the diffusion, even though slow and gradual, of the black population's exercise of citizenship. The disciplines within the organization of the courses go far beyond the contents present in Vestibular examinations and crave for formation from a racial and social perspective, customized to reach these objectives. They, therefore, lead to the socialization of the subjects involved.



## INTRODUÇÃO

A temática de fundo desta pesquisa é a inserção do negro no ensino superior, focalizando um dos dispositivos criados, no Brasil, para o ingresso nas universidades: o chamado cursinho pré-vestibular para negros e carentes<sup>1</sup>.

Os primeiros estudos brasileiros abordando a preparação para entrada na universidade datam dos anos 90, e vêm sendo alvo de pesquisas e reflexões no meio acadêmico, principalmente, em se tratando dos “grupos historicamente excluídos”. Ou seja, aqueles grupos que sempre estiveram à margem da sociedade nos mais variados setores, tais como: educação, mercado de trabalho, saúde, moradia, entre outros. Especialmente o negro, por estar nessa posição, experimenta na ‘própria pele’ a dificuldade de chegar até a universidade, o que aumenta o abismo social que divide brancos e negros no país<sup>2</sup>.

Nesse sentido, os principais temas relativos a esta problemática, que vêm ganhando repercussão na mídia e gerando debates e discussões no meio acadêmico, ou seja, cotas na universidade quer para negros, quer para carentes, cursos pré-vestibulares quase gratuitos, vêm trazendo à tona questões há tempos adormecidas como, por exemplo, o acesso dos ‘afro-descendentes’ às Instituições Ensino Superior (IES).

Tendo como pano de fundo o cenário atual, o presente trabalho buscará, com a apresentação dos itens tratados neste estudo, bem como a relevância/justificativa do tema, ampliar a discussão sobre os cursos pré-vestibulares para negros e carentes em Porto Alegre-RS, estudando dois casos específicos: o Superação, curso que é um dos projetos do Instituto Brasil-África (IBÁ) que se localiza no Colégio Rosário, no bairro Centro, voltado para atender prioritariamente negros e carentes, tendo como base para a seleção de alunos, os

---

<sup>1</sup> Vale a pena ressaltar qual o significado entendido com a expressão ‘cursinho’ durante alguns momentos do texto. “Chamaram-se inicialmente cursinhos porque tinham curta duração, eram oferecidos durante os dois ou três meses que antecediam as provas de aptidão para ingressar no ensino superior. Depois o diminutivo passou a indicar que não se tratava de ensino regular. Hoje o diminutivo tem um tom mais afetivo, pois muitos desses cursinhos não só podem se estender pelo ano inteiro, como alguns tornaram-se escolas da rede regular de ensino” (Silva P., 2002, p. 11).

<sup>2</sup> Ver estudo Queiroz (2000), Moehlecke (2000), Teixeira (2000).

critérios raça e renda; e o Projeto de Educação da Associação Satélite Prontidão (ASP) que, por sua vez, seleciona alunos carentes independentemente de cor, localizado no bairro Glória.

Os cursos pré-vestibulares (CPV) voltados para negros carentes ou somente carentes vêm ganhando importância no contexto nacional. Colocam-se como relevantes na medida que preparam alunos de classes pobres e, consecutivamente, menos privilegiadas com relação a recursos, principalmente financeiros, para ingressarem nas universidades. Alunos estes que, excepcionalmente, quando conseguem ter acesso a um CPV tido como convencional, o fazem à custa de muito esforço, pois, via de regra, precisam sujeitar-se, além de estudar, a trabalhar em funções menos remuneradas como: faxina, segurança, garçom, babá, *office-boy* etc.

Alguns desses cursinhos têm como marca distintiva a preparação dos alunos por meio de algumas disciplinas específicas como: “Cultura e Cidadania, Modelos Civilizatórios Africanos e Direitos Humanos e Cidadania” que priorizam a conscientização dos indivíduos sobre o seu papel nesta sociedade excludente. Assim, este estudo tem o intuito de mostrar o papel de dois cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes, de Porto Alegre, radiografando para além do ingresso na universidade, demonstrando a importância dessas iniciativas na vida das pessoas envolvidas com a educação das camadas populares, principalmente de jovens e adultos negros; sejam professores voluntários, sejam alunos ou lideranças como as coordenações.

Nesta caminhada, ‘sobre pedras pontiagudas e curvas acentuadas’, ative-me a uma série de leituras, de acesso não muito fácil, uma vez que a produção acadêmica sobre cursos pré-vestibulares em nossa região é escassa, tendo que buscar trabalhos publicados no eixo Rio-São Paulo e nordeste do país (Bahia). Nesse processo privilegiei vários autores brasileiros, em sua maioria contemporâneos, alguns acadêmicos, outros vinculados a movimentos sociais.

Gostaria de destacar algumas situações que fazem parte de minha vivência subjetiva e que, nos últimos anos, têm-me sensibilizado. Autorizo-me a expô-las, pois mantém relação direta com meu tema de pesquisa, uma vez que sou negra e faço parte de uma minoria extremamente reduzida que teve acesso ao ensino superior e conseguiu empreender um curso de mestrado. Refiro-me à maneira como algumas pessoas me vêem e abordam. Provavelmente, pelo fato de ser uma negra de classe média e ter uma tez clara, no cotidiano, as pessoas se esforçam por me diferenciar do restante dos negros, colocando-me num patamar

de superioridade racial (denominando-me ‘morena’) em relação aos demais.<sup>3</sup> Em outros momentos, não raras vezes, deparo-me com situações constrangedoras que salientam aspectos do racismo brasileiro. Na minha profissão sou identificada por alguns colegas como ‘mulata globeleza’. Esse fato me incomoda, apesar de que muitas mulheres poderiam entender isso como um elogio. Para mim, é mais uma associação que as pessoas fazem com algumas personalidades negras no Brasil, que retrata muito mais a musa negra brasileira (a sensualidade) do que a mulher negra lutadora e que busca seu espaço na sociedade com dignidade. Penso ser importante mencionar tais aspectos que, no meu entender, não deixam de mostrar elementos para compreensão da sutileza das relações raciais no Brasil.

Tenho presente a importância do meu comprometimento com a minha raça – porque sou negra. Devido à existência de um quadro de exclusão social dos negros, defendo que os poucos negros que estão nas universidades atentem para o tema como um compromisso social e forma de conscientização assumidos com os demais de nossa raça, ao invés de se isolar socialmente (ex.: O mito de que os homens negros, ao ascenderem socialmente, casam-se com mulheres loiras).

Podemos começar a refletir sobre o estudo que desenvolvi no mestrado a partir do legado deixado pelos antigos quilombos às gerações que viviam ali. Os quilombos foram meios de resistência e conscientização da negritude e das condições opressivas da sociedade. “As fugas em bandos organizados e a formação de quilombos constituem manifestações eloqüentes de resistência ativa e podem ser interpretadas como estratégias de ruptura porque os quilombos não eram simples refúgios, mas sim tentativas de libertação e de construção de novo modelo de sociedade” (Munanga, 1996, p. 84). Será que podemos fazer conexões entre os quilombos e o curso pré-vestibular? Penso que ambos têm um traço em comum: conscientizar o negro de sua condição social e das lutas que devem ser travadas para mudar o quadro atual, bem como conservar sua cultura e história. Pode-se avançar ainda no sentido de entender os cursos pré-vestibulares como uma forma libertação a partir do momento em que existirão diferentes raças nos bancos universitários e não só alguns serão detentores do

---

<sup>3</sup> Não obstante, Munanga (1999, p. 118) diz: “no Brasil, a classificação racial dá ao mestiço uma posição e lugar que nada têm a ver com as classificações norte-americana e sul-africana. Em primeiro lugar, trata-se de uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue como nos Estados Unidos e na África do Sul. Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria “branca”. Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico”.

conhecimento que circula no interior das universidades e, então, se pode pensar na construção de um novo modelo de sociedade com cidadãos mais próximos da igualdade e da cidadania.

O pré-vestibular Superação é tido como um meio pelo qual os alunos, negros e carentes, buscam ascender socialmente. A educação é considerada pelo Movimento Negro como meio de promoção social. O curso prepara para o vestibular e, ao mesmo tempo, privilegia em seus objetivos a formação social, desejando educar negros a fim de conscientizá-los de seu papel na sociedade frente ao racismo e à discriminação racial, formando cidadãos críticos para serem atuantes na sua comunidade. O projeto de educação desenvolvido pela ASP também tem em seus objetivos a formação social, tendo como diferença principal o foco em indivíduos carentes, portanto, não só negros. Então, acaba por desenvolver temas a respeito da discriminação mais relacionados com a pobreza do que mesmo com a raça.

Nesse sentido, a dissertação apresenta uma *introdução* que traz questões de ordem mais genérica, para dar uma visão panorâmica do que será tratado no trabalho. No *capítulo 1*, faço uma apresentação dos sujeitos da pesquisa no tabuleiro<sup>4</sup> dos cursinhos, trazendo um breve histórico dos cursos, a estrutura física, a dinâmica de funcionamento, a localização, os objetivos dos cursos e critérios de seleção dos alunos.

O *capítulo 2*, trata dos passos seguidos durante a pesquisa: a trajetória da pesquisadora em campo, uma breve descrição da abordagem qualitativa na perspectiva etnográfica utilizada. As observações de campo foram registradas na forma de relatos, e as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro norteador, cujas perguntas não foram formuladas diretamente aos sujeitos da pesquisa, mas foram úteis para não deixar de lado aspectos importantes a serem levantados (o roteiro pode ser apreciado no Apêndice A, B e C). Os instrumentos e fontes da pesquisa utilizados foram: análise de documentos, realização de entrevistas semi-estruturas, imersões nas salas de aula de ambos os cursos, das quais resultaram registros e relatos das observações. A metodologia seguida na coleta de dados, durante as observações, foi de cunho etnográfico, implicando na descrição detalhada das cenas observadas, para posterior análise.

---

<sup>4</sup> Utilizei-me da imagem de um tabuleiro com a idéia de movimento que teve a intenção de expressar o “Tabuleiro dos cursinhos”. A fonte deste tabuleiro foi retirada da *internet*, não constando a autoria da figura; no entanto as fotos colocadas na dissertação foi presente de um amigo e colega do mestrado. (TABULEIRO3.jpg. Disponível na internet: <http://www.milos.com.br/gif/tabuleiro3.jpg>. Capturado em 11 ago. 2003. Online).

No próximo *capítulo*, que seria o **3**, faço uma breve retomada histórica a respeito do surgimento das organizações não-governamentais no cenário internacional e nacional. Essa contextualização foi necessária para dar um entendimento e situar a ONG IBÁ e a Instituição negra ASP, tendo em vista que os cursos estão inseridos ou associados a essas entidades e organizações, centradas na questão do negro. Faço uma retomada de algumas das principais organizações negras e suas iniciativas em prol da comunidade negra. E, outras que não tratam diretamente da questão, mas que acabam desempenhando seu papel para minimizar as dificuldades que os negros vêm enfrentando na sociedade.

O *capítulo 3* então, mostra as ‘bandeiras’ atuais que vêm sendo sustentadas pelo Movimento Negro e por outras instituições que não somente do movimento, considerando as experiências e a trajetória do IBÁ e da ASP. Para tanto, utilizarei os documentos fornecidos por ambas as entidades, bem como textos de Nilo Feijó – presidente da ASP, e o trabalho das autoras Rodrigues e Barcellos, entre outros artigos, bem como as entrevistas feitas com as coordenações. Nesse sentido, as estratégias que as entidades vêm desenvolvendo podem ser entendidas como ação afirmativa, sendo uma das questões conceituais norteadoras deste estudo. O conceito a ser utilizado é o de política de ação afirmativa, que visa a favorecer negros e carentes socialmente discriminados.

Nessa perspectiva, o curso Superação pode ser considerado como uma política de ação afirmativa, porque sua proposta é favorecer negros que não têm como destinar parte de sua renda para custear um curso pré-vestibular pago. A ASP, por sua vez, não faz nenhum tipo de discriminação em relação à raça ou etnia, mas ainda sim, faz sua seleção com base na questão econômica, denominada pelo curso – carentes, ajudando a uma parte significativa da sociedade que não teria como pagar um pré-vestibular<sup>5</sup>.

O referencial teórico diluído nos capítulos explora os principais conceitos utilizados na dissertação para o entendimento do tema: raça e ação afirmativa. Tais conceitos foram escolhidos por estarem presentes na essência dos projetos dos cursos Superação e Projeto de Educação da ASP.

---

<sup>5</sup> Durante o período que estive imersa no campo da pesquisa, a justificativa para carente sempre foi ligada as questões econômicas. Um outro olhar para o significado do termo, seria “com a palavra ‘carentes’ afastam boa parte das pessoas da classe média que poderiam estar, em nossos núcleos, tirando vagas de alguém verdadeiramente pobre. Nenhum ‘classe média’ vai querer se misturar com um grupo que se declara ‘pobre e afrodescendente’. Poupa-se, assim, às coordenações, o incômodo trabalho de negar vagas para pessoas por terem um perfil de ‘não pobres’ ”.(Santos, 2003a).



Apresento, por fim, o *capítulo 4*, onde faço a análise dos dados obtidos, seguindo uma linha interpretativa etnográfica, criando categorias de análise a partir dos discursos diretamente proferidos pelos sujeitos nas entrevistas e transcritos, e os registros provenientes das observações de campo efetuadas. Os dados de campo, assim estruturados, são analisados em diálogo e referência aos elementos conceituais trabalhados a partir dos autores escolhidos.

Radiografando os cursinhos neste penúltimo capítulo dividido em três grandes seções aborda aspectos, como: quem são os alunos, os professores voluntários, a coordenação e suas atuações, quais as disciplinas que são trabalhadas, além daquelas de preparação para o vestibular, que versam sobre alguns conteúdos específicos, priorizando questões sociais, raciais, direitos humanos, carreira universitária etc. Estes dados são resultantes do acompanhamento realizado durante o período de agosto a novembro de 2002, transcorrendo aproximadamente 3 meses, no qual foram realizadas uma série de observações e entrevistas com diversos personagens atuantes nos referidos cursos: junto aos coordenadores dos cursos, ao presidente da ASP, ao coordenador do IBÁ, ao diretor do Colégio Rosário, aos alunos e professores de ambos os cursos.

No *capítulo 4*, numa das subseções é feita a contextualização e discussão sobre raça, racismo e discriminação no Brasil e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Trago dados em relação ao negro e busco fundamentar a escolha pela questão racial dentro do espaço dos cursos pré-vestibulares para negros e carentes. Partindo da constatação de que a maioria dos alunos do curso Superação do IBÁ são negros, utilizo o conceito de raça como *constructo* social. Ou seja, raça só tem sentido se entendida como socialmente construída “para manter e reproduzir diferenças e privilégios” (Guimarães, 1999, p, 64). As tabelas e gráficos apresentados evidenciam quem são os indivíduos que vivem nas piores condições na sociedade: os negros.

Por último, apresento as *considerações finais* e as *referências* utilizadas, *anexando* alguns documentos cruciais, complementares para a compreensão do conjunto, bem como os *apêndices* que foram materiais confeccionados para melhor entendimento da dissertação.

## 1 APRESENTANDO OS CURSINHOS COMO SUJEITOS ou QUEM ESTÁ NO TABULEIRO

No cenário atual das instituições negras, abre-se um leque de várias frentes de atuação na inserção social dos indivíduos negros, mas a maior repercussão tem sido na área educacional. A exemplo das últimas notícias com respeito às cotas em universidades para negros, investimento por partes de órgãos governamentais e organismos internacionais para iniciativas populares de cursos pré-vestibulares gratuitos<sup>6</sup>.

Tendo em vista o exemplo dos cursos pré-vestibulares, seja para negros como para carentes<sup>7</sup>, estes têm sido uma das frentes que a ASP e o IBÁ desenvolvem. A primeira, com de 100 anos de fundação, enfatiza questões culturais, sociais; a segunda, por sua vez, vem marcando seu espaço através de eventos culturais, educacionais etc.

Ambas são instituições que possuem vários projetos, dentre os quais destacam-se o curso Superação (IBÁ) e o Projeto de Educação da ASP<sup>8</sup>. Visam atender uma clientela da população negra e carente de Porto Alegre e de municípios vizinhos (Guaíba, Alvorada, Canoas, Cachoeirinha), que, de outra maneira, não teriam acesso a um curso pré-vestibular convencional, logo, ficariam excluídos da universidade. Talvez, sem essa oportunidade de um curso gratuito, não teriam estímulo de prestar concurso vestibular, que é a porta de entrada para as universidades públicas e gratuitas. Na verdade,

os pré-vestibulares para estudantes negros e negras só podem ser vistos como parte de uma série de políticas – que deveriam ser “públicas”, ou seja, estatais –, que visem criar condições mínimas para que a população negra tenha condições, também superlimitadas, dentro do atual sistema, de acesso e mobilidade (Silva W., 2002, p. 51).

---

<sup>6</sup> Programa Diversidade na Universidade financiado pelo BID e apoiado pelo MEC. Segue em Anexo A algumas proposições do programa.

<sup>7</sup> Na construção do texto utilizo “carente (s)” por ser a expressão utilizada pela coordenação do curso do ASP para denominar alunos com dificuldades financeiras.

<sup>8</sup> No próximo capítulo vou tratar especificamente da ASP e do IBÁ.

Ainda, no atual contexto educacional, os cursos pré-vestibulares não são políticas públicas oferecidas pelo Estado, mas iniciativas de alguns segmentos do Movimento Negro e de Associações Negras que estão à frente dos CPVs, considerando-os dessa forma como um tipo de ação afirmativa ‘distorcida’<sup>9</sup>.

A educação já era considerada como meio de ascensão social desde os anos 30, a exemplo do texto redigido por Raul Joviano do Amaral, em 1936, presidente da Frente Negra Brasileira, que afirma a necessidade de um programa de ação que se estruture em três eixos: agrupar, educar e orientar, segundo Gonçalves.

Agrupar significava, naquele contexto, mobilizar ou desenvolver uma capacidade de mobilização dentro dos ‘imperativos dos tempos modernos’, que exigiam de todos os setores raciais, econômicos e filosóficos. ‘harmonia de ação para defender os interesses vitais da existência’. A educação aparecia nitidamente como um mecanismo de ascensão social (2000, p. 342).

O poder estatal agora tem se mostrado interessado com a questão, quando assinou o acordo com o BID, denominado Programa Diversidade na Universidade, para apoiar os cursos pré-vestibulares comunitários que buscam o acesso de grupos excluídos do Ensino Superior (Conforme o Anexo A). Um dos traços comuns entre os cursos é sua função social, que pode ser identificada no trabalho que desenvolvem. Ambos primam por conscientizar, ou ainda informar o aluno sobre as desigualdades sociais/raciais e por despertar-lhe o espírito de cidadania.

Parece-me importante ressaltar que, além da preparação para o vestibular, ambos os cursos se mostram como um espaço de sociabilidade entre alunos que objetivam entrar na universidade. Esse espaço possibilitou o surgimento de amizades que ultrapassaram o ambiente dos cursos e que, em alguns casos, perpetuam-se posterior à conclusão do curso.

Seria um tipo de ganho secundário, sendo que todos os alunos têm um objetivo comum – a entrada na universidade, mas acabam por se aproximar num primeiro momento por causa desse objetivo comum no espaço dos cursos, possibilitando a sociabilidade e a amizade entre os estudantes. O autor Silva W. aborda a existência dos cursos em duas perspectivas: a

---

<sup>9</sup> Ver no próximo capítulo a discussão sobre Ação Afirmativa, no Item 3.4.

necessidade e a contradição. Vou tratar primeiro da necessidade, que vem a corroborar o aspecto da sociabilidade entre os estudantes dos cursos.

Uma necessidade porque, como nossa própria experiência tem demonstrado, essa é, em muitíssimos casos, a única porta de acesso que jovens negros e negras encontram para a universidade. Além disso, cursos voltados majoritariamente para negros e negras, como NCN – pelo espaço de sociabilidade que criam e pelo tipo de discussões que mantêm –, ainda cumprem (ou tentam cumprir) o papel de fomentar a consciência racial de seus alunos, o que pode repercutir de forma bastante positiva nas universidades que eles venham a frequentar (Silva W., 2002, p. 55).

No caso, as discussões poderiam se relacionar com disciplinas atípicas<sup>10</sup>, que trazem informações aos alunos sobre determinados temas. E, no Superação, colocar negros com consciência na universidade é um dos seus objetivos.

E a contradição na existência dos cursos aparece quando vem à tona o pequeno número de alunos aprovados no vestibular se comparado ao total de quando iniciaram o curso. “No NCN, por exemplo, a cada ano recebemos cerca de e 130 alunos; destes, algo em torno de duas dezenas alcançam seu objetivo. Um número que, apesar de considerável, está muito aquém de ser o ideal ou de significar uma mudança estrutural na USP, por exemplo” (Silva W., 2002, p. 55). Os índices do Superação não têm sido muito diferentes e, do Projeto de Educação da ASP, a coordenação forneceu um valor aproximado de aprovados, mas caminha na mesma direção. Trago para evidenciar os índices a fala da coordenadora do curso da ASP, no entanto não podemos perder de vista que a entrevista foi realizada em outubro, anterior ao último vestibular, porque neste último esses números tiveram um decréscimo. *Tem uma aluna com certeza que está na ULBRA fazendo Ciências Contábeis [...]. No vestibular de verão deve ter passado sete alunos. Três na UFRGS e os demais nas particulares, daí ULBRA e UNISINOS* (Ent, 29/10/02, C., coordenadora do Projeto de Educação da ASP)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Em vários momentos do texto utilizo a denominação de disciplina atípica, para designar aquelas que são abordadas por ambos os cursos e que tratam de conteúdos que não estão diretamente listados no programa do vestibular, mas que aparecem no cotidiano dos alunos.

<sup>11</sup> A partir deste ponto do texto identificarei Carmem Fontoura, coordenadora do Projeto de Educação da ASP por “C.”. Fernando Moreira, coordenador do IBÁ com a abreviatura “F.”. E, a coordenadora do Superação, Nina Porto por “N.”.

## 1.1 SUPERAÇÃO

Vou dar início à seção, descrevendo onde as aulas acontecem durante o ano. O Superação localiza-se no Colégio Rosário, na parte central da cidade de Porto Alegre-RS. O colégio possui como estrutura um prédio de alvenaria, com várias salas de aula e no centro um grande pátio. O prédio possui duas entradas, sendo que à noite funciona apenas a entrada lateral, portanto a porta de acesso dos alunos do Superação. Ao lado da escada ficavam os dois porteiros do colégio. Nesse lugar ficava o *hall* com um telefone público e um bar, ambos usados pelos alunos no horário do intervalo. Voltando à escadaria, após o primeiro lance, dirigiam-se à direita do corredor, onde havia quatro salas de aula destinados a serem ocupados pelo curso.

Dentre as várias salas existentes no corredor, uma das salas ocupadas pelo Superação ficava no lado direito e as restantes no outro lado do corredor. Eram duas turmas de extensivo e uma de intensivo. Essa última, iniciou em setembro de 2002. E, a quarta sala era destinada a professores monitores, alunos que chegavam atrasados à espera do horário para entrada na sala de aula, coordenação do curso e professores. Cabe aqui explicitar a diferença entre professor monitor e professores; o primeiro era o professor que ficava na sala para atender algum aluno com dúvidas, ou qualquer pessoa que viesse procurar informações a respeito do Superação, e ainda substituía a coordenação a fim de que houvesse um rodízio dos professores e coordenação para atender às necessidades que surgissem naquele momento. E, o segundo, os professores, aguardavam na sala para o começo da sua aula.

A quarta sala tinha diferentes papéis conforme o descrito, e também servia de espaço onde os alunos chegavam do trabalho cansados e muitas vezes, ficavam lendo seus cadernos. Talvez, esse fosse o único momento do dia que o aluno conseguisse estudar o conteúdo do vestibular. Descrever o cenário da sala é interessante: alguns alunos de cabeça baixa, outros conversando com os professores monitores, às vezes, sobre o conteúdo, outras, não. Talvez também possa ser considerado um espaço, em que professores e alunos estreitam suas relações.

Assim, como a quarta sala era um lugar alternativo para os alunos e professores, o mesmo se dava com o *hall* e o bar do Colégio Rosário. Estes ambientes eram freqüentados principalmente, pelos alunos no intervalo das aulas. Reuniam-se em diferentes grupos por afinidade, por conveniência, ou simplesmente se agrupavam. Parece-me que esses lugares

socializantes dão-se geralmente por proximidade. Já, em sala de aula, sentavam perto dos colegas que estavam no *hall* do colégio. Existia um certo ar de conquista nestes períodos de intervalo. Para muitos, era o momento mais interessante da noite porque paqueravam, conversavam, convidavam as meninas para saírem nas festas promovidas, principalmente pela comunidade negra de Porto Alegre (quadra de escola de samba, casas de samba, pagodes). Não poderia negar que havia uma identidade negra instalada na essência do Superação. Os alunos carregavam instrumentos musicais como cavaquinho, que expressa o entusiasmo pela cultura negra.

Nas salas tem carteiras dispostas duas a duas com cadeira estofada, um quadro-negro na frente de cada sala e três janelas do lado esquerdo. No fundo das salas há painéis com gravuras da turma que funciona no diurno.

Voltando ao colégio, pertence a uma Congregação Marista, fundado em 1904. É uma escola privada que possui educação infantil, ensino fundamental, médio e profissionalizante, freqüentado por alunos de classe média e alta, com pais empregados em profissões de alto prestígio social. O colégio é considerado pela comunidade porto-alegrense como uma educação de qualidade, estando localizado numa região central da cidade Porto Alegre, na Praça Dom Sebastião, nº 02, no Bairro Independência. Zona totalmente pavimentada, a extensão do colégio ocupa de um lado a outro da quadra. Possuindo ainda, nos fundos do colégio, do outro lado da rua, um ginásio e quadras de esportes.

Contudo o espaço destinado ao curso Superação se restringia as quatro salas. E, eventualmente, quando havia necessidade de alguma atividade alternativa, ocupava-se o pátio ou outras salas do colégio, mediante pedido prévio e autorização da direção. Vale ressaltar o olhar da direção do Colégio Rosário em relação ao curso: *Eu creio fundamentalmente falando, creio que a classe mais carente está muito pouco atendida por todo o mundo, pela sociedade e tudo mais. E nós Irmãos Maristas temos muitas obras sociais mais nenhuma desse tipo de caráter, dessa característica. Então para nós até é um prazer, é gratificante poder colaborar com esse nível, com essa classe, diria que nós não tínhamos antes. Isso está dentro dos nossos objetivos humanitários como Irmãos Maristas, então acho que acolho isso de muita boa vontade e vejo como alguma coisa que venha ao nosso encontro* (Ent, 26/02/03, F., diretor do Colégio Rosário).

Passo agora a descrever a origem do curso Superação. O IBÁ tinha um conselho composto de membros que faziam reuniões para bom andamento do instituto. Nas reuniões havia discussões sobre assuntos diversos, mas sempre relacionados ao negro e como o instituto está ajudando na prática para mudar a situação de exclusão deste indivíduo.

Com base nessa preocupação, em uma das reuniões do Conselho, houve o questionamento de um dos integrantes do IBÁ. *O conselheiro do instituto que é o meu irmão [...] nos trouxe a notícia de que estudantes negros que estavam tentando participar de um outro curso de pré-vestibular promovido pela ASP, mas que não eram sócios daquela entidade, não eram ligados àquela associação, estavam tendo dificuldade de acessar esse curso em função mesmo de não serem associados [...] Surgiu a informação de que muitos dos estudantes que tinham se inscrito para o curso Zumbi dos Palmares, que funcionava na ASP, não estavam conseguindo acessar o curso [...]. E essas pessoas tinham participado desse processo seletivo lá no Zumbi dos Palmares e passaram essas informações para ele. E foi falado nessa discussão que achávamos que era um direito do clube, da associação, de fazer como critério as pessoas fossem ligadas à associação, que afinal o curso iria funcionar no espaço deles etc. Entendíamos isso. E o Jorge nos questionou, por que não fazíamos um curso então? Fizemos algumas críticas, algumas observações ao que são esses cursos, ao próprio caráter paliativo desses cursos. Achamos ainda que o grande problema está no ensino fundamental e médio. Porque é lá que surge a deficiência de preparação dos jovens negros e não-negros que vêm das classes trabalhadoras para concorrerem ao vestibular. A partir dessa fala fomos criticados: por que estávamos fugindo da raia, não estava querendo fazer? E aceitamos o desafio de fazer. Vamos tentar fazer* (Ent, 05/01/03, F., coordenador do IBÁ).

Foi a partir desses questionamentos que o IBÁ começou a desenvolver um olhar mais sensível ao tema, desencadeando esforços para organizar um curso que priorizasse negros e carentes. Com muito esforço e coragem foi formado o “Curso Pré-Vestibular Superação”. *E aí começamos a conversar com as pessoas que conhecíamos, que são professores, que no grupo a maioria do pessoal era professor da área de humanas[...]. Então, não dava conta de todo da necessidade do vestibular. E fomos conversar com pessoas que conhecíamos de escolas de onde tínhamos trabalhado, onde tínhamos contato. E a partir desse contato, conseguimos reunir o primeiro grupo de professores. E esse grupo de professores então se dispôs a voluntariamente dar aulas [...] a partir dessa primeira turma de 50 alunos e desse grupo de professores, fizemos o Superação naquele ano de 1998* (Ent, 05/01/03, F., coordenador do IBÁ). O curso se desenvolve no Colégio Rosário, que cede salas para as aulas.

O curso tem como objetivo ajudar minorias negras, que possuem dificuldades financeiras, a ingressar nas universidades, preferencialmente nas federais. O F. enfatiza muito a questão racial nos objetivos do curso. *Fomos desafiados por que dizia que aquele curso não era um curso só para negros, o do Zumbi dos Palmares, como não é realmente. Que teria que ter um curso com uma ênfase racial. Se fossemos fazer alguma coisa teria uma ênfase racial, não só da necessidade sócio-econômica, mas também o caráter racial da exclusão[...]* (Ent, 05/01/03, F., coordenador do IBÁ).

Na verdade, a filosofia do curso Superação caminha na direção de outros cursos que foram os precursores de tais iniciativas de CPV. A exemplo da Cooperativa *Steven Biko*, na Bahia: “Queremos estudantes com uma determinada qualidade, os quais entendam o papel político que um lugar na universidade tem. Esse estudante deve entender que ele ou ela está ocupando um espaço que historicamente foi negado às pessoas negras” (Davis, 2000, p. 57).

E assim fundou-se o Superação que vem demonstrando uma preocupação com a conscientização de alunos negros. Percebi que está na fala dos coordenadores do Superação e do IBÁ as questões da negritude.

Rompendo com a “invisibilidade” que nos querem impingir, esses cursos, até mesmo por sua simples existência, expõem à sociedade a necessidade de espaços específicos para que negros e negras se formem e superem séculos de opressão e superexploração. Servindo como espaço para formação de uma consciência racial crítica e sintonizada com o contexto político-social em que estamos insertos, esses mesmos cursos podem servir como palco para a formação de novas gerações de militantes que nos permitam “seguir em frente”, unindo ciência e consciência (Silva W., 2002, p. 57).

As oportunidades de ingresso para alunos negros e carentes no curso são inversamente proporcionais à sua renda familiar, ou seja, quanto menor é a renda, maiores são as chances de ingresso. Anualmente é feita a seleção através da comparação de renda dos candidatos. Outros critérios são: se o aluno concluiu o Ensino Médio em escola pública; se a localidade da sua residência é em vila, bairro, etc. A coordenação do curso parte do pressuposto de que os alunos residentes nos lugares mais pobres, de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, têm a sua renda comprometida não podendo pagar um curso pré-vestibular.



Durante o processo de seleção, em 2002, foram escolhidos cento e cinquenta alunos, mas com o desenrolar do curso houve desistências, ficando quarenta alunos. A coordenação do curso atribui à desistência ao fato de alguns alunos terem arranjado emprego.

Na sua estrutura o curso conta com a coordenadora, os professores e os acadêmicos do curso de psicologia da UNISINOS que desenvolveram um trabalho, a partir de outubro, junto aos alunos para minimizar suas ansiedades no instante da prova do vestibular. É importante destacar que todos os profissionais trabalham voluntariamente em prol do curso.

O Superação tinha como coordenadora Nina Porto que, além da coordenação, exercia o papel de secretária do curso. Na entrevista com o coordenador do IBÁ, ele destaca: *a Nina é coordenadora do Superação, ela fica no Superação com o meu apoio. Ela tem na verdade na direção o cargo de diretora secretária* (Ent., 25/09/02, F., coordenador do IBÁ). Fernando Moreira é coordenador do IBÁ, mas, conjuntamente com Nina, conduziu o curso pré-vestibular durante 2002. Nas duas entrevistas feitas com o F., ele relatava *a falta de estrutura do instituto, porque o IBÁ era constituído por ele e pela coordenadora do curso Superação, o restante dos participantes eram tidos como parceiros em determinados instantes, seja no curso, seja na Feira do Livro, seja na abertura do Centro Cultural-Afro e outros* (Ent., 25/09/02, F., coordenador do IBÁ). Nesse sentido, Davis ressalta que: “Em geral, há pouca coordenação entre as várias organizações afro-brasileiras, em parte em razão da falta de recursos e em parte em virtude de metas e objetivos distintos” (2000, p. 53).

As reuniões são bimestrais, havendo trocas de experiências entre os professores e discussões dos pontos positivos e negativos das disciplinas. São vinte e quatro professores voluntários. Há uma divisão dos conteúdos de cada disciplina, podendo existir três professores para a mesma disciplina. A escolaridade dos docentes vai desde aluno de graduação até o de pós-graduação. O curso tem aula de segunda a sexta-feira, das dezenove horas até às vinte e duas horas, e nos sábados das oito ao meio-dia. As aulas nos sábados dependiam da concessão de sala do Colégio Rosário e, por isso, nem sempre aconteceram. Às vezes, pela falta de sala, outras pelo fato de não fechar com a disponibilidade de horários dos professores do curso. Assim como, em alguns momentos as aulas aconteceram em outros espaços, que não somente o colégio.

As disciplinas são semelhantes às trabalhadas em qualquer curso pré-vestibular. A diferença está na abordagem sobre questões sociais e políticas ligadas ao negro. São

disciplinas consideradas atípicas ao vestibular, que trazem informações aos alunos sobre os mais variados assuntos, abrindo a possibilidade de discussões frente a temas como racismo, discriminação, anemia falciforme etc.

## **1.2 PROJETO DE EDUCAÇÃO DA ASP**

Começo fazendo a descrição do recinto da ASP, onde ocorrem as aulas. Prédio de dois andares de alvenaria de cor amarela, nos fundos espaço com churrasqueira e pracinha. Na parte inferior, no primeiro andar, tem uma sala de espera (*hall*), uma sala onde funciona a secretaria, um salão de festas (fica logo após a secretaria e sala de espera), uma copa, banheiros masculino e feminino e uma sala de reuniões (onde acontecem as reuniões da diretoria todas as terças-feiras, a partir da 19h 30min). Na sala de espera havia: um espelho, um telefone público, dois sofás e uma mesa de canto com algumas revistas.

Subindo a escadaria temos a sala onde funciona as aulas do Projeto de Educação. São dois lances de escada (com tom amarelado e com má aparência), sem corrimão. A sala de aula, nesse segundo piso, está constituída de sete fileiras com 8 cadeiras, unidas umas as outras e estofadas, localizando-se do lado onde ficam as janelas desta sala. As cadeiras têm um suporte de madeira que fica guardado em seu interior, quando necessário é puxado para colocar os utensílios escolares.

Além da sala de aula do curso pré-vestibular, tem uma sala da biblioteca cultural e uma outra sala que serve para guardar os instrumentos das bandas que tocam na ASP. O piso tanto do primeiro como do segundo andar é de parquet, com paredes em bom estado de conservação. Na frente da sala, tinha uma mesa do professor, um quadro-verde. No lado direito havia outro quadro.

Do lado esquerdo da sala do CPV ficavam duas mesas com três garrafas térmicas com café e chá, copos plásticos e um vidro de açúcar. No mês era recolhida uma quantia dos alunos para auxílio do chá e café. A contribuição para compra do café e do chá era de acordo com as possibilidades de cada aluno.

A ASP surgiu em 1902, num momento que não era permitida a entrada de negros em alguns clubes e sociedades. O principal objetivo era de fundar uma associação que atendesse às necessidades dos negros dessa época. Sua origem foi marcada pela presença de negros em seu interior, restringindo no seu espaço os indivíduos brancos.

Atualmente, o Satélite Prontidão é visto como uma sociedade pioneira na história dos negros porto-alegrenses. Possui vários departamentos, promove festas e eventos que primam pela questão da negritude<sup>12</sup>. Contudo, o curso não faz essa distinção por entender que no universo dos carentes, os negros serão contemplados.

Um dos departamentos é o cultural, que agrega o "Projeto de educação da ASP", freqüentado por alunos de baixa renda e oriundos de escola pública independentemente de cor ou raça. Ingressam no curso cerca de quarenta e cinco alunos e trabalham voluntariamente doze professores.

Está localizada no Bairro Glória, a uns vinte minutos do centro da cidade. Fica especificamente na Avenida Aparício Borges, nº 288. A parte do bairro onde a ASP está localizada é considerada como sendo de classe média nos debates do Orçamento Participativo. Como este estudo não se pretende classificatório, tomo como referência os dados trabalhados politicamente no município de Porto Alegre.

Após ter feito uma breve descrição, passo a relatar como se deram meus primeiros contatos. Em agosto de 2002, entrei em contato com a coordenadora do pré-vestibular Projeto de Educação da ASP. Durante a entrevista conversamos sobre o projeto, que faz parte do Departamento Cultural do Satélite Prontidão (Ver Estatutos Sociais da ASP – Anexo B). O curso existe desde 1996, sendo que, inicialmente, era o segundo núcleo do Curso pré-vestibular Zumbi dos Palmares. O curso Zumbi dos Palmares é fruto de uma visita do Frei David Raimundo dos Santos, do Rio de Janeiro, que assessorou o sétimo Encontro de Educadores Negros em Porto Alegre<sup>13</sup>. Nessa ocasião, o frei divulgou a experiência do Curso

---

<sup>12</sup> Segundo Adão (2002, p. 92): O termo negro, em nossa realidade, tornou-se um conceito político que envolve todas as pessoas (negros, mestiços, morenos, mulatos), com ascendência parcial ou totalmente africana. Decorrente do conceito e expressão negro, temos o conceito de negritude, enquanto construção de uma identidade racial e étnica negro-brasileira.

<sup>13</sup> Foi o primeiro núcleo que iniciou numa escola da Vila Cruzeiro, depois mudou-se para o Centro dos Professores e atualmente funciona na FAGED. Sabe-se da existência de mais um curso, além dos descritos em Porto Alegre: Alternativa Cidadã. Esse último curso pré-vestibular inspirou-se no Zumbi dos Palmares, sendo voltado para a comunidade carente. Em 2000 havia o Núcleo 4, que era um dos núcleos do curso Zumbi dos Palmares. No Núcleo 4 a procura por vaga foi além das expectativas, superando o número de 140 candidatos que se encaixavam no critério de renda familiar. Foi então, que um grupo de professores do núcleo, pós-graduandos, juntaram-se a outros colegas à procura de um espaço para uma nova turma. Com o apoio do Instituto de Física da UFRGS, localizado no Campus do Vale, conseguiram que o Decordi (Departamento de Programação e Registro Discente) cedesse salas e um anfiteatro a fim de passar vídeos complementares às aulas. A partir da conquista do espaço físico, houve uma aula inaugural, onde os professores apresentaram o projeto da Alternativa Cidadã à turma, salientando o processo de troca professor/aluno e a necessária responsabilidade social dos estudantes das universidades públicas. O curso é composto por cerca de 50% de professores que não têm experiência didática e o restante possui prática docente em escolas e cursos pré-vestibulares. Todos ministram suas aulas como

Pré-vestibular para negros e carentes da Baixada Fluminense, quando, então, um grupo de professores negros implantou a idéia. Em 1996, a ASP conheceu a idéia e um ano mais tarde criou o curso, que seria o segundo núcleo do Zumbi dos Palmares<sup>14</sup>.

A Associação preparou-se para completar 100 anos em abril de 2002 e o curso adquiriu uma nova “cara”. Passou a denominar-se “Projeto de Educação Pré-vestibular da Associação Satélite Prontidão”, e não mais um dos Núcleos do Zumbi dos Palmares. O projeto manteve algumas características do Zumbi dos Palmares, mas grande parte da mudança deu-se pelo fato do projeto se beneficiar da infra-estrutura da Associação, portadora do sonho de ter, no seu departamento cultural, um projeto de educação. A entidade pretende criar outros projetos como, por exemplo, o reforço para alunos do Ensino Fundamental.

Outra idéia inovadora é a criação de uma biblioteca no departamento cultural que está sendo organizada com um acervo que contemple aspectos ligados à raça/etnia, cidadania e auto-estima do negro. Os alunos do curso poderão utilizar-se do acervo da biblioteca para auxiliar no trabalho das disciplinas. Não podemos perder de vista que esta entidade é uma das pioneiras de Porto Alegre a ser fundada por negros, apesar de não enfatizar negros e, sim, carentes.

É interessante enfatizar que uma das idéias mantidas no curso Zumbi Palmares é a disciplina “Cultura e Cidadania”, que trabalha questões sociais, auto-estima e cidadania<sup>15</sup>.

---

voluntários durante 45 minutos, uma vez por semana. Já o número de alunos em 2001 no curso foi de 120 alunos, divididos em duas turmas, atendidos por mais de 50 pessoas entre colaboradores (estudantes de graduação) e professores. O objetivo do curso é preparar os alunos para o vestibular, numa tentativa de amenizar a exclusão dos mais pobres no ingresso ao ensino superior. Outros objetivos destacados são: o despertar da cidadania e o aprendizado dos candidatos, que não devem ser desprezados simplesmente porque não conseguiram aprovação no vestibular. Em termos de custos financeiros, contam com apoio do Instituto de Física que concede uma cota de fotocópias e espaço para atividades paralelas. Outra fonte de ajuda é dada pelo curso Pré-vestibular Mauá, que doou mais de 400 livros de seu acervo. Os alunos que fazem parte do curso são mulheres em maioria, com idade média de 23 anos, embora haja pessoas com mais de 40 anos. No ano de 2000 havia 80 alunos e apenas 25 chegaram até o final do curso. Somente dois conseguiram aprovação na UFRGS e três em outras universidades. O insucesso é atribuído à baixa auto-estima dos alunos, ao Ensino Médio muito fraco e às dificuldades para estudar e, às vezes, até a falta de interesse. (Jornal da Universidade – UFRGS, PoA/RS/Brasil. Ano IV, Número 41, junho de 2001).

<sup>14</sup> “Na Baixada Fluminense, surgiu em 1992 como idéia, nas reuniões da Pastoral do Negro e foi sendo gestada lentamente [...]” (Santos D., 1999, p. 94).

<sup>15</sup> A idéia da disciplina veio o curso pré-vestibular para negros e carentes do Rio de Janeiro, onde Santos D.(1999, p. 96) descreve que “na matéria Cultura e Cidadania se debate com os alunos e professores presentes, questões tais como: Racismo, Políticas Públicas, Questões da Mulher, Ideologia do Embranhamento, Violência Policial, Direitos Constitucionais, Análise da Conjuntura e etc. No entanto, sua construção pedagógica é diferente, pois abre para que o conjunto construa uma nova visão de si e dos outros (sociedade)” [...].

O objetivo do curso é essencialmente oportunizar aos egressos do Ensino Médio da escola pública a possibilidade de concorrer ao concurso do vestibular em condições de igualdade com a maioria que frequenta os cursos pré-vestibulares particulares, a fim de que tenham acesso à universidade pública.

A seleção para ingresso no curso do Satélite Prontidão, no ano 2002, foi feita a partir de dois critérios: prova de redação e renda. A classificação deu-se em função da tabulação crescente da renda, selecionando o aluno carente, independente de cor. No começo do ano foram selecionados cinquenta alunos, permanecendo no curso quinze. O motivo da desistência vai desde desemprego, passando por problemas familiares até a falta de recurso financeiro para o pagamento do transporte coletivo.

No primeiro semestre de 2002 não foi oferecido o curso, que somente iniciou em agosto. Segundo a coordenadora, pensa-se para o próximo ano em trabalhar com reforço no primeiro semestre a fim de sanar as dificuldades das disciplinas básicas do Ensino Médio. As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, das dezenove às vinte e duas horas, e aos sábados à tarde das quatorze às dezessete horas. Os 12 professores são voluntários e o grau de escolaridade destes vai desde estudante de graduação até doutorado.

Há pelo menos duas reuniões de professores, coordenadores e colaboradores do curso no semestre. *Normalmente, a gente faz uma no início do ano para planejar o semestre, dificilmente a gente consegue reunir depois o grupo. O que acontece é reuniões meio que individualizadas, conversar com os professores a respeito da sua disciplina* (Ent, 29/10/02, C., coordenadora do Projeto de Educação da ASP).

O projeto de educação da ASP é coordenado por Carmen Fontoura, que se encontra na instituição nas terças-feiras à noite. Desempenha a função também de segunda vice-presidente social da associação. Nas outras noites do ano de 2002 o curso é administrado por Vera Conceição.

Os recursos que mantêm o projeto são a ajuda da Associação, que cede a infra-estrutura e a taxa de R\$ 10,00 (dez reais), que é cobrada dos alunos no ato da inscrição e mensalmente. Este recurso serve para cobrir parte do auxílio do vale-transporte dos docentes, bem como para material didático. Na verdade, esse recurso não cobre todos os custos; o restante é negociado com micro-empresas de fotocópias.

Não posso deixar de tocar no ponto das dificuldades sentidas pelas coordenadoras do curso, sendo uma delas o patrocínio para fotocópias e a outra em conseguir professor/colaborador voluntário.

## 2 CONHECENDO OS PASSOS DA PESQUISA ou AS TRILHAS NO TABULEIRO

No decorrer de 2001, ano de minha inserção no mestrado, minha curiosidade pelos cursinhos pré-vestibulares deu-se a partir de uma reportagem vista na *Globo News*. Na mesma época fiquei sabendo, através de uma colega, que existia uma experiência semelhante em Porto Alegre. A partir desse momento despertou meu interesse mais sistemático sobre o assunto, pois me detive em ir até os locais dos cursinhos para conhecer sua realidade.

A seguir, apresento neste capítulo duas partes que tratam do período antes da defesa do projeto da dissertação e as questões que me levaram a pesquisar sobre os cursos pré-vestibulares para negros e carentes. Num segundo momento, após a defesa e orientações da banca examinadora, a pesquisa tomou outro rumo, abrindo novas trilhas.

### 2.1 PERCORRENDO CAMINHOS NO TABULEIRO

Definido meu objeto de pesquisa, o passo seguinte era aproximar-me da realidade dos cursos. A aproximação aconteceu por meio de uma investigação, que teve como base um estudo-piloto feito durante o ano de 2001. O estudo foi composto por três partes: elaboração de instrumentos, aplicação e análise dos dados. A elaboração do questionário foi uma tarefa difícil porque a sua construção deveria conter perguntas, que provocassem respostas para que se entendesse esta questão: Qual é o significado que o curso tem na vida dos alunos negros? Para tanto, utilizei, no estudo-piloto, um questionário fechado (para a coleta de dados socioeconômicos) e outro aberto (tentando verificar qual é o significado do curso na vida dos alunos) com os alunos dos cursos Superação e Projeto de Educação da ASP.

Com esta investigação, pretendeu-se analisar a proposta almejada pelo curso pré-vestibular Superação de, através das disciplinas que denominei 'atípicas', desenvolver uma consciência no alunado para serem agentes de transformação social. Ou seja, o curso prepara, para o vestibular, negros que não têm como destinar parte de sua renda mensal familiar para o custeio de um curso pago. Junto à preparação para o vestibular, o curso exerce a função de

conscientizar os alunos sobre os problemas que os negros sofrem na atual sociedade<sup>16</sup>. A proposta inicial, antes da defesa do projeto de dissertação, era analisar essa particularidade do curso, comparando-o com um curso que não enfatiza este aspecto.

Busquei, no ano de 2001, compreender se existe algum impacto na vida dos alunos que estão inseridos num curso, que prima pela formação social de negros, em comparação com outros alunos que se encontram num curso que não possui este enfoque. A partir da compreensão de qual é o efeito que o Superação tem na vida do educando negro, buscava comparar se existe alguma diferença entre o aluno que tem essa formação social e o aluno que não dispõe dela.

As problematizações iniciais que orientaram o trabalho de coleta de dados foram:

- A importância de analisar o curso como meio de formar cidadãos conscientes.
- O curso se propõe a ser um veículo de transformação social? Com isso pretende-se compreender o efeito que a formação social oferecida pelo curso traz para a vida dos educandos negros.

Na apresentação do projeto da dissertação, no que tange ao aspecto metodológico, foi proposta, para entender o curso Superação, a utilização de estudo de caso, que segundo Merriam (*apud* BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 89) “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. No início do estudo, o investigador procura locais ou pessoas que possam ser objeto do estudo ou fontes de dados (Bogdan e Biklen, 1994). No estudo-piloto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores dos cursos Pré-Vestibulares a fim de me apropriar do trabalho realizado pelos cursos. Nesta primeira aproximação no campo de pesquisa fica claro o objetivo do curso Superação em discutir questões de ordem social: a exclusão do negro na sociedade.

---

<sup>16</sup> Com base na entrevista feita com o coordenador do curso, ele relatou que são oferecidos momentos aos alunos que salientem discussões sobre determinadas questões: tanto de natureza social, em relação ao negro (por exemplo, no ano 2001 a III Conferência contra racismo, xenofobia), quanto atendendo à solicitação dos alunos em relação a algum tema (por exemplo, informações sobre os cursos de graduação oferecidos pelas universidades). Devo ressaltar que a coordenação de 2001 mudou no ano de 2002. A nova coordenação enfatizou de maneira mais incisiva a questão racial.



A partir das entrevistas, obtive informações que auxiliaram na elaboração de um questionário, inicialmente aplicado a colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação. Posteriormente, este questionário foi aplicado com os alunos dos dois cursos pré-vestibulares. Organizei o questionário em duas partes: a primeira constituiu-se de um questionário socioeconômico (para coleta de dados tais como: cor, sexo, idade, escolaridade, profissão etc.); e a segunda, com perguntas abertas, com a finalidade de entender o sonho dos alunos ao freqüentar o curso pré-vestibular. É importante explicitar que, com os rumos dados à pesquisa naquele momento, o questionário aberto não fez mais sentido na temática pretendida na dissertação. Quando desenvolvi o estudo-piloto, fui a campo pensando na perspectiva do significado que o curso tinha na vida dos educandos. Após essa aproximação, observei que o curso prima pela formação de alunos conscientes dos problemas sofridos pelo negro na sociedade.

Nesse sentido, o que se desejava era analisar o discurso dos discentes que são oriundos de um curso que prima pela formação e conscientização social de negros, no caso, o Superação e outro curso que não enfatiza esse cunho de formação racial, no caso, o Satélite Prontidão.

Até aqui descrevi o estudo-piloto feito em 2001 e os passos sugeridos como metodologia para a dissertação. Mas, após a defesa do projeto, tal proposta metodológica se modificou, de acordo com as considerações feitas pela banca examinadora. Levando em conta o parecer da professora Daisy Barcellos, que sugeriu dar ao objeto um tratamento etnográfico, modifiquei os rumos que iriam delinear a pesquisa.

Passei a pensar, posteriormente à defesa do projeto de dissertação, em meu objeto com um olhar etnográfico. A etnografia consiste numa “descrição profunda” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 59), então, comecei a fazer leituras que me auxiliassem nos caminhos a serem percorridos durante o estudo. Essa descrição profunda tentou trazer à tona os pensamentos, entendimentos dos sujeitos sobre os mais determinados assuntos que se referem às dinâmicas dos cursos.

Outro conceito de etnografia que cabe no estudo aqui apresentado é mencionado por Woods, *apud* TRIVIÑOS (2001, p. 135): “a etnografia é a ‘descrição do modo de vida de uma raça ou de um grupo de indivíduos’. O pesquisador que trabalha na perspectiva metodológica

etnográfica interessar-se-ia especialmente pelos valores, pelas crenças, pelas formas gerais de comportamento dos grupos estudados”.

Então, em agosto de 2002, retomei meus contatos com os coordenadores dos cursos pré-vestibulares, explicitando a nova fase em que se encontrava minha pesquisa e as orientações para minha inserção em campo. Nessa etapa da pesquisa, a coleta de dados era constituída de observações e entrevistas. De modo que, a partir da autorização das coordenações para o acesso ao campo da pesquisa, dei início às observações sistemáticas.

Comecei, então, a fazer observações dos dois cursos nas noites em que não estava trabalhando, totalizando 3 noites por semana. De agosto a novembro assisti às aulas das 19h30min às 22 horas. Alternava minhas idas a campo, uma noite no Colégio Rosário e outra na ASP. E, assim, durante o trabalho de campo fui me aproximando dos alunos, dos professores e das coordenações. Procurei seguir as recomendações de Bogdan e Biklen (1994, p. 113) que destacam a importância da aproximação gradativa com os sujeitos da pesquisa, no seu próprio ambiente:

Encontram-se com os sujeitos, passando muito tempo juntos no território destes – escolas, recreios, outros locais por eles freqüentados ou nas suas próprias casas. Trata-se de locais onde os sujeitos se entregam às suas tarefas quotidianas, sendo estes ambientes naturais, por excelência, o objeto de estudo dos investigadores. À medida que um investigador vai passando mais tempo com os sujeitos, a relação torna-se menos formal. O objetivo do investigador é o de aumentar o nível de à vontade dos sujeitos, encorajando-os a falar sobre aquilo de que costumam falar, acabando por lhe fazer confidências.

Nas inúmeras aulas assistidas, fui me relacionando com os alunos, possibilitando outros espaços de convívio que não somente o local onde aconteciam os cursos. Estabeleci uma relação mais próxima com alguns alunos do que com outros. Em vários momentos saímos para almoçar, fomos ao *shopping*, parques e outros locais. Meu trabalho de campo não se restringiu apenas a um local, abrindo outras alternativas de prosseguir os objetivos da investigação. Tais momentos mostraram-se importantes, pois permitiram outras fontes de coleta dos dados.

Mas, anteriormente à tal aproximação, nos primeiros momentos em campo, pude perceber que era considerada, pelos envolvidos nos cursos, como uma pessoa ‘estranha’ aos ambientes dos cursos. Pouco a pouco, fui conquistando a confiança dos alunos, a amizade de alguns, a simpatia de outros. Penso ser importante descrever algumas passagens de meus primeiros dias no campo.

Dado o caráter etnográfico do meu trabalho de campo, considero relevante partilhar com o leitor, em detalhe, como se deu a aproximação e a conquista de confiança dos sujeitos pesquisados e, que me permitiu coletar muitos dados, cada vez com maior facilidade e num clima de espontaneidade. Por isso relatarei, a seguir, os primeiros contatos que tive com os cursinhos.

No primeiro dia que cheguei à ASP, fui recebida pela coordenadora V. do Projeto de Educação<sup>17</sup>. Toquei a campainha, ela veio, nos cumprimentamos e eu lhe disse que tinha falado com C<sup>18</sup>. para vir assistir às aulas, como observadora. Daria continuidade à pesquisa começada no ano de 2001, só que agora de maneira mais sistemática. Subimos para o segundo andar. A coordenadora então pediu licença para a professora e me apresentou para turma, dizendo que eu era a professora que voltou a ASP para continuar sua pesquisa. E, passou a palavra para mim. Dei boa-noite, dizendo que era aluna do mestrado da UFRGS e começaria a vir ao curso semanalmente para assistir às aulas, conversar com os alunos e professores. Expliquei que o objetivo da minha presença e observações era construir minha dissertação de mestrado que tratava a respeito dos cursos pré-vestibulares para negros e carentes, onde descreveria todas as informações possíveis a respeito dos cursos.

Enquanto falava, os alunos me olhavam atentamente sem proferir nenhuma palavra. Havia cerca de 36 alunos distribuídos ao longo das classes para assistir à aula de história. V. perguntou se tinham algum questionamento, mas ninguém se manifestou. Então, escolhi uma cadeira e sentei-me perto de um jovem de mais ou menos 21 anos que mexia no seu caderno e pouco prestava atenção na aula. A aluna que estava sentada a minha frente virou para trás e disse-me: “seja bem-vinda!”. Alguns alunos me observavam. E foi assim durante minhas primeiras visitas à ASP.

---

<sup>17</sup> V. (Vera Conceição) é a maneira como denominei a outra coordenadora do Projeto de Educação da ASP.

<sup>18</sup> Lembrando que C. (Carmen Fontoura) é também coordenadora do projeto da ASP.

Qual foi a primeira impressão da turma do Projeto da ASP em 2002? Havia uma divisão na turma. A turma era composta por dois grupos que se destacavam mais do que os outros. Um, se constituía por duas meninas negras e uma branca. O segundo grupo, sentava no fundo da sala, e variava entre 5 a 7 componentes, na maioria meninos (incluindo uma ou duas meninas).

O primeiro grupo tinha uma aluna que se sobressaía com relação às outras. Ela, muitas vezes era mal-educada com os professores, saindo da sala, falando com as colegas num tom de voz alto em pleno horário da aula. Sua atitude atrapalhava e chamava atenção da turma.

O grupo do fundo da sala era denominado por alguns de seus colegas de ‘lance final’; comentavam a respeito dos jogos de futebol, filmes e programas satíricos das emissoras. Em vários momentos de minha imersão em campo, observei os comentários desses alunos: *quero ir para casa ver o filme do James Bond. Outros disseram: Ah! É hoje?* (Diário de Campo, 10/09/02).

Os grupos que se formavam eram integrados por negros e brancos. Mas, na maioria por negros, existindo apenas um indivíduo branco, tanto no grupo do fundo da sala quanto no grupo das meninas. Depois dos dois grupos citados, existiam outros, mas que não se salientavam tanto no desenrolar das aulas.

Quando cheguei à ASP me sentia completamente deslocada, parece que não conseguiria estabelecer um diálogo com nenhum aluno. Meu primeiro vínculo estabelecido foi com uma aluna, na segunda semana, depois que comecei a ir a campo. No dia 27 de agosto de 2002, peguei um ônibus da linha Intendente Azevedo, como era de costume para chegar a ASP e, ao descer, encontrei a aluna C.a.<sup>19</sup>. Ela disse-me: *Ah! Tu é aquela moça que está indo no cursinho, né?* Respondi afirmativamente: Sim, tenho vindo ao curso para assistir às aulas. E, fomos caminhando juntas em direção à ASP. Durante o percurso conversamos sobre a dificuldade que ela tem de chegar no começo da aula por causa de seu trabalho. O horário de sua saída do trabalho é às 18 horas, mas, geralmente sua carga de trabalho extrapola esse tempo, necessitando ficar além do horário para completar suas tarefas. Dizia que se desloca da Rua Uruguaí até a Avenida Borges de Medeiros para pegar o ônibus e ir à Associação, chegando quase sempre atrasada.

No final desse mesmo dia de aula, aproximei-me de C.a. e fui embora junto com ela e suas colegas R. e D. Fiz alguns questionamentos a elas, do tipo: quando estudavam? R.a. pouco respondia a minhas perguntas. D.a. falava de um rapaz que fazia parte de sua Igreja, no qual estava interessada. C.a. foi a única que me respondeu, dizendo que chega em casa, estuda um pouco e vai dormir, porque no outro dia acorda as 6 horas para ir ao trabalho, e acaba estudando mais, realmente, no final de semana.

Chegamos até a parada de ônibus e encontramos com outras alunas do curso. Peguei o ônibus com duas alunas M. A.<sup>20</sup> e B. Esta última relatava que havia ido até a casa do coordenador do IBÁ, mas não encontrou ninguém para saber a respeito das apostilas que haviam sido prometidas para o curso. A questão das apostilas apareceu nas entrevistas feitas com os alunos. Essas apostilas foram doadas pelo Unificado ao Superação, pois teriam sido distribuídas aos alunos e sobraram. Então, F. ofereceu-as ao Projeto de Educação da ASP, mas até o dia 27 de agosto de 2002, não tinham chegado ainda às mãos dos alunos do curso.

No Superação, somente no dia 23 de agosto de 2002 fui apresentada oficialmente às turmas de extensivo. Seria bom sinalizar que foram selecionados 150 alunos, formando três turmas, e que havia ocorrido evasão, restando apenas duas turmas. Antes dessa apresentação, havia ido algumas vezes ao curso, mas fiquei conversando com a coordenadora do Superação, e já tinha assistido a uma aula no sábado à tarde com o professor de história. Esta aula foi meu primeiro dia de observação. Além do professor estavam presentes duas colegas dele, de faculdade, que vieram para contribuir com a aula. Tinham trazido chimarrão, acenando que a aula seria diferente das demais.

O professor inicia sua aula exibindo o filme “Ilha das flores” aos alunos. O filme foi seguido de um debate que aconteceu no pátio do Colégio Rosário. Alguns alunos sentaram no banco que havia neste local e os outros no chão. Antes das reflexões levantadas sobre o filme, o professor pediu para todos se apresentarem dizendo seu nome e curso, e que opção pretendem pleitear no vestibular. Os 16 alunos que ali se encontravam foram fazendo indagações sobre o que viram: há quanto tempo o documentário tinha sido feito? Uma das alunas ficou estarelecida com o fato de que primeiro as sobras do lixo são recolhidas pelos

---

<sup>19</sup> Aqui, utilizei “C.a.”, que significa “C” para inicial do nome e “a” para aluna, a fim de não confundir com “C.” expressão usada para a coordenadora do curso da ASP.

<sup>20</sup> Utilizei as duas letras iniciais do nome da aluna para não confundir com outras nomes e letras.

animais e depois, o que sobrar é recolhido pelas pessoas. Foram levantados alguns pontos: qual a valorização do ser humano nos dias de hoje? Que parâmetro se utiliza para valorizar o ser humano? A partir das questões foram se pensando algumas hipóteses para respondê-las. Ter um emprego é uma forma de ser valorizado e respeitado na sociedade atual. Outra aluna enfatiza: que se continuarmos a ajudar as pessoas necessitadas, nunca elas irão lutar por si mesmas. Outro diz: *que se ajudar com algum tipo de alimento, os mendigos não aceitam, eles querem dinheiro*. A discussão se encaminhou frisando a questão sócio-econômica que, em parte, define a valorização do indivíduo. O professor destaca que a valorização fica por conta dessa questão e nunca vê o interior do ser humano, seus sentimentos. Com base nessa reflexão, o professor leva os alunos a pensarem no preconceito que temos em relação a outras pessoas. *Não porque estamos num curso para negros e carentes que somos menos preconceituosos. Devemos discutir a igualdade, não adianta eu estar bem, porque com certeza existem outros que estão em situação pior* (Diário de campo, 17/08/02).

Foram diversos temas lembrados durante a aula, inclusive sobre moradia, onde uns têm tantas terras e outros não têm nenhuma; educação e qual o seu valor na formação dos seres humanos? Então, o professor problematiza o papel do Estado nessa conjuntura, devendo ser ele uma dos proponentes de mudança do quadro. Ele enfatiza: *A importância do trabalho do IBÁ, mas que no futuro não seja mais necessário esse trabalho, porque vai haver mais igualdade, devemos lutar para mudar o mundo. Não sendo mais necessárias iniciativas para dar aulas às pessoas que não dispõem como pagar um curso pré-vestibular e tampouco, pesquisas como a minha* (Diário de campo, 17/08/02). Finaliza sua aula levando os alunos a pensarem sobre seu papel na sociedade, através dessas questões levantadas.

Esse foi o primeiro dia de aula a que assisti, mas fui apresentada às turmas no dia 23 de abril de 2002, pelo coordenador do IBÁ. F. pediu licença aos professores da turma, logo depois do intervalo e disse: *essa aqui é D., pesquisadora da UFRGS e mestranda, ela vai começar a visitar o curso para recolher informações para seu trabalho de mestrado* (Diário de campo, 17/08/02). Disse que estudava dois cursos pré-vestibulares gratuitos: o Superação e o Projeto de Educação da ASP, sendo o último, localizado no bairro Glória. Falei que, num primeiro momento, estaria assistindo às aulas e conversando com os alunos. E, que, posteriormente, faria entrevistas com alguns alunos das turmas. Todos olhavam atentamente

para mim e não fizeram perguntas. Então, voltei novamente com F. para a sala de espera, onde conversamos sobre como tinha se dado a origem do curso<sup>21</sup>.

Falei até aqui a respeito de como fui apresentada aos cursos. Mas não de como consegui estabelecer alguns laços com os alunos, passando a fazê-lo agora.

No Projeto de Educação da ASP, no dia em que fui apresentada à turma, relatei que havia encontrado no ônibus, de retorno à minha casa, duas alunas, uma que acabou se evadindo do curso e outra que continuou e, que passei a acompanhar na saída das aulas, todas as noites em que observava o curso. Numa dessas viagens de volta para casa, ela mencionou algo a respeito de professores que faltam às aulas: *ainda bem que a professora veio hoje, porque gastamos quatro passagens para chegar aqui, e não ter aula é ruim. Mas a professora vindo sabemos que vamos aproveitar, e não ficar com o conteúdo atrasado* (Diário de campo, 10/09/02).

Verifiquei o caso dessa professora e obtive a informação de que ela vinha faltando a várias aulas porque não estava conseguindo ajustar seu horário. Tratava-se da professora que ministrava a disciplina de “Cultura e Cidadania” que, para solucionar o problema, teve que trocar seu horário de aula com outra professora. Depois de sua aula, aquela professora participava das reuniões de diretoria da ASP, da qual fazia parte, junto ao Departamento Cultural e que aconteciam nos mesmos dias de suas aulas.

No Superação, minha aproximação com os alunos deu-se em um sábado pela manhã. Quando cheguei, estavam tendo aula de redação com uma professora que tinha sido aluna do curso e que, atualmente, retornou para contribuir com a causa do curso. Ela havia solicitado que os alunos fizessem uma redação contendo os pontos positivos e negativos da pobreza, dividindo a turma em dois grupos. Um grupo era responsável pelos aspectos positivos e o outro pelos negativos. Além dos dois grupos, havia uma aluna sentada sozinha na sala. Pareceu-me que estava escrevendo uma redação e, logo depois acabou indo embora, antes do final da aula. Cabe ressaltar que esta aluna, D., era uma das mais velhas do curso. Isso poderia ter uma correlação com o fato dela estar sozinha. Mas, notei que durante os outros dias da semana sentava quase sempre com a mesma colega, e essa colega não estava naquele dia em aula. Diferentemente, de uma outra aluna, M. T., que é também uma das mais velhas do curso.

---

<sup>21</sup> Quero remeter a seção anterior, que tratou de maneira mais específica a respeito da origem dos cursos.

Essa aluna senta nas primeiras filas da classe e raramente com alguém. Parecia mais solitária que a aluna D.

Esses foram meus primeiros passos em campo, como estava dizendo, que me possibilitaram à aproximação com os sujeitos da pesquisa. Tal aproximação teve papel importante para o desenrolar do estudo. Como afirma Triviños (2001, p. 142), “Um aspecto que consideramos essencial na realização de estudos etnográficos, pelas peculiaridades que estes apresentam de contato direto com as pessoas, às vezes por tempo prolongado, é a de ‘inspirar confiança e ser pessoalmente comprometida’”. Durante minhas primeiras observações, não conseguia ter um olhar mais aguçado para o que realmente deveria anotar, o que era importante. Com o passar do tempo, fui compreendendo que tudo era essencial para o estudo de tipo etnográfico, mas este processo precisou de um longo período de amadurecimento que faz parte de minha formação para a pesquisa. Com base nas leituras feitas sobre o pesquisador em campo, fui entendendo que deveria anotar tudo, com o máximo de detalhe. Uma vez tomadas as notas, *in loco*, o procedimento seguinte foi: “Tal como um mineiro apanha uma pedra, perscrutando-a na busca de ouro, também o investigador procura identificar a informação importante por entre o material encontrado durante o processo de investigação” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 149).

Durante os meses em campo, passei a ter um caderno de anotações, servindo como auxiliar de meus relatos do convívio com os sujeitos envolvidos nos cursos, das notas das aulas assistidas. E, a cada dia, ia acrescentando mais notas em meu diário de campo, que foram essenciais para construção e entendimento do tema da dissertação.

O período observado mostrou-se essencial à pesquisa porque possibilitou escutar e entender situações que não seriam possíveis somente com as entrevistas. A exemplo do curso Superação, que por não possuir um espaço próprio para as aulas deveria seguir as regras do Colégio Rosário, conforme analisei no item “Radiografando o tabuleiro dos cursinhos ou colocando as peças no tabuleiro”. No decorrer das observações pude perceber os porteiros balançando as chaves no corredor, próximo ao horário do término das aulas, onde ficavam as salas, conforme o relato de alguns dos sujeitos entrevistados. Mas só foi possível observar devido ao fato de estar inserida no interior do curso.

Assim como a observação é uma das estratégias mais usadas na investigação qualitativa, a entrevista é outra tática utilizada para recolher os dados. Bogdan e Biklen (1994, p. 134)



mencionam que “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. O período que fiquei em campo foi importante para estabelecer uma relação com os alunos, coordenação e professores, a fim estabelecer uma confiança com os grupos e, mais tarde, concordarem em dar as entrevistas, mediante, é claro, a explicitação do objetivo das mesmas.

As entrevistas variaram de acordo com seu grau de estruturação. Para entrevistar os sujeitos da pesquisa optei pela modalidade semiestruturada. Elaborei roteiros, contendo alguns tópicos que nortearam as entrevistas (Ver apêndices A, B e C). “Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários *sujeitos*, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 135). A partir dos roteiros abriu-se a possibilidade do comparativo e confrontação entre os três grupos dos sujeitos: professores, alunos e coordenações. As entrevistas possibilitaram ver o que existia de semelhante e diferente nos cursos.

No caso dos professores das disciplinas extracurriculares ao vestibular foi importante utilizar as entrevistas, porque pude assistir às aulas da docente de “Cultura e Cidadania” da ASP, mas, o mesmo não ocorreu no outro curso. Quando comecei a freqüentar o campo da pesquisa, em agosto, as disciplinas atípicas do Superação já haviam sido canceladas para darem lugar às outras disciplinas consideradas mais importantes, porque faziam parte do conteúdo programático do vestibular. Então, comecei a delimitar quais seriam os sujeitos que fariam parte do grupo dos entrevistados (Apêndice J). Abaixo descrevo os pontos para alcançar tal objetivo: selecionar num grande universo os sujeitos para as entrevistas.

## **2.2 CRITÉRIOS PARA SELECIONAR OS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO TABULEIRO**

Antes de apresentar os critérios utilizados para selecionar os sujeitos da pesquisa cabe descrever, rapidamente, a população que freqüenta ambos cursos e os procedimentos e critérios utilizados pelos próprios cursos para selecionar alunos.

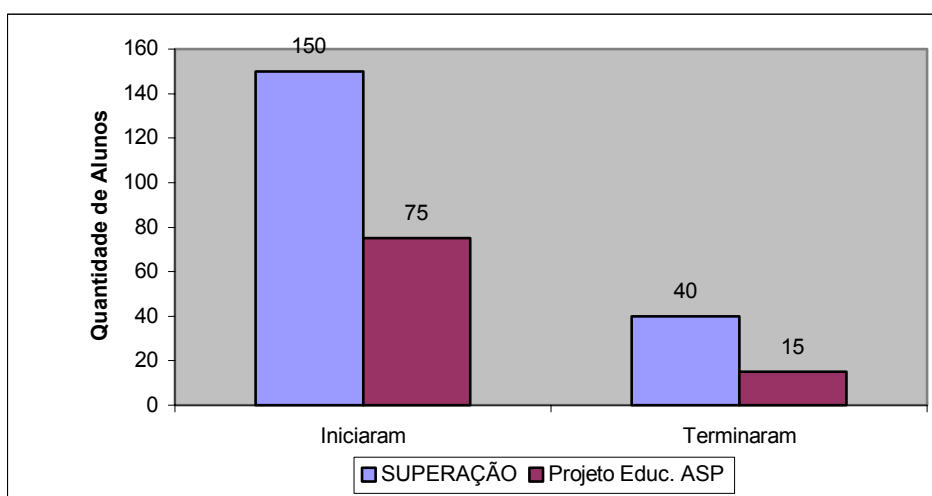
Atendendo ao chamamento do curso, durante o mês de abril, compareceram na sala 10 do Mercado Público de Porto Alegre, aproximadamente 300 candidatas para entrega de

comprovante de renda, comprovante de escolaridade e preenchimento de uma ficha de inscrição (Anexo C). Nesta oportunidade, cada um dos candidatos preencheu um questionário fechado (Anexo D). Sendo que, destes 300 candidatos, foram selecionados cerca de 150 alunos, para assistir às aulas gratuitas no Curso Pré-vestibular para Negros e Carentes Superação, que iniciaram em maio de 2002, no Colégio Rosário.

No curso Pré-vestibular do Projeto de Educação da ASP, o processo seletivo deu-se em março de 2002, sendo que estiveram presentes mais de 100 candidatos inscritos para concorrerem a 50 vagas. Devido à grande demanda, a coordenação do curso selecionou 75 alunos, pensando em possíveis evasões. Durante a inscrição, os alunos preencheram ficha de cadastro, ficha de matrícula e responderam a um questionário, constando de perguntas abertas e fechadas. Após a seleção, as aulas iniciaram em março, somente com disciplinas tidas pela coordenação como reforço necessário para iniciar o ano letivo efetivamente. As disciplinas iniciais do curso foram: português, matemática, física e química. As demais disciplinas que fazem parte do programa do vestibular começaram somente em agosto de 2002.

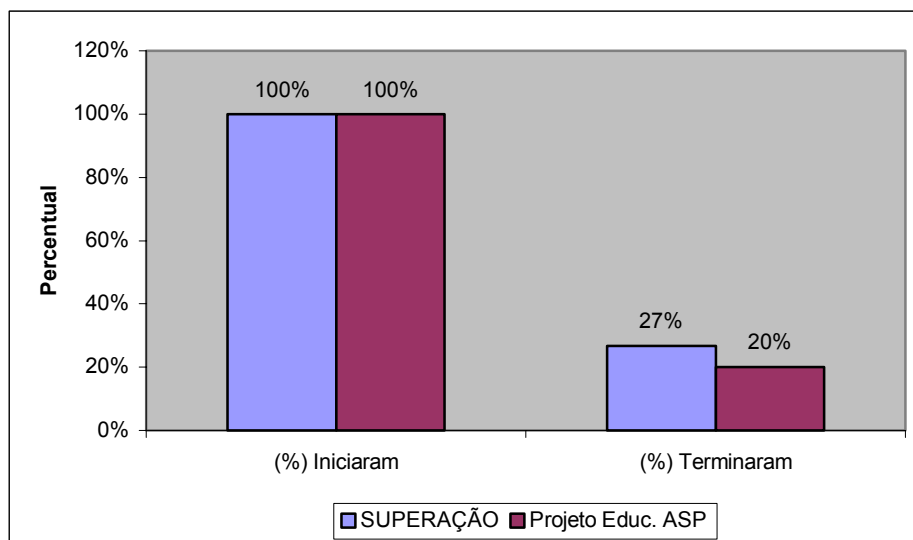
Com o transcorrer das aulas, durante o ano, esses números foram se reduzindo. Por exemplo, no curso Superação, segundo o coordenador, dos 150 alunos que iniciaram, em torno de 75% ou 80% desistiram. No projeto de educação da ASP dos 75 alunos matriculados no início das aulas, restaram 15 alunos.

Gráfico 01 – Comparativo de Alunos que se Evadiram por Curso Pré-Vestibular, 2002.



Fonte: pesquisa

Gráfico 02 – Percentual de Alunos Evadidos por Curso Pré-Vestibular, 2002.



Fonte: pesquisa

O primeiro gráfico mostra a quantidade de alunos em números absolutos que iniciaram e respectivamente concluíram o curso, comparando-se ambos os pré-vestibulares conforme citado acima. Observa-se que ingressaram 150 alunos, mas terminaram o curso menos da metade dos que entraram, ou seja, apenas 40. No segundo curso, dos 75 que foram selecionados, ocorreu fato semelhante, isto é, apenas 15 alunos acabaram o curso. Utilizei valores percentuais para facilitar a comparação dos que permaneceram e dos que saíram do curso.

No segundo gráfico, abordo uma visão em termos percentuais, equiparando a quantidade inicial de alunos a 100%. É possível observar que, apesar de, no curso Superação, terem ingressado 150 alunos, que é exatamente o dobro de alunos do projeto de educação da ASP, a percentagem de evadidos é praticamente a mesma, ou seja, 73% e 80% respectivamente.

Como é possível verificar, havia um número expressivo de alunos e era necessário estabelecer alguns critérios de escolha dos entrevistados nesta pesquisa. A busca de uma metodologia mais específica para conduzir as entrevistas não foi nada fácil. Nesse caminho de

escolha, tentei dialogar com colegas de orientação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, com minha orientadora, mas continuava num dilema. Em uma das reuniões do grupo de colegas com a orientadora, um deles questionou a minha decisão de entrevistar igual número de professores e alunos, alegando que o número de alunos era maior que o de professores. A partir desta intervenção, resolvi ampliar o número de entrevistas a serem feitas com os alunos. Porém, a dúvida persistia, com relação a definir quantos alunos constituiriam uma amostra razoável para explorar e entender algumas questões do curso que me interessavam.

Tive acesso à obra de Biklen e Bogdan (1994), fazendo uma leitura minuciosa sobre entrevistas qualitativas, que trata do grau de variação da estruturação das entrevistas entre outros assuntos, ajudando-me a pensar a respeito das questões que poderiam ser mais gerais, bem como sobre alguns tópicos determinados. Contudo, dúvidas permaneciam com relação à escolha de quantos e quais alunos seriam entrevistados. Minha preocupação pautava-se em elucidar o porquê de uma determinada escolha e não de outra. Sendo assim, demorei um tempo para decidir qual o melhor caminho a seguir, no sentido de definir os critérios para selecionar os entrevistados.

Com toda essa gama de questões a serem trabalhadas e desenvolvidas ao longo do estudo, continuei meu caminho de pesquisadora, assumindo a responsabilidade pela escolha dos rumos para continuar o meu trabalho. Então, em relação a quantos alunos entrevistar, tomei como premissa que era diferente o número de alunos e de professores dos cursos e, também, que os cursos começaram com um grupo de alunos e terminaram o ano com um número inferior à metade do número da entrada. Outra constatação é que existia, no início do curso, uma relação de 4 alunos para cada professor e, no final, essa relação caiu para aproximadamente 1 aluno por professor. Dessa forma, fiquei, por momentos, mais confusa sobre qual seria a proporção de alunos a serem entrevistados em relação ao número de professores que se manteve quase constante (houve um caso de afastamento: em uma das entrevistas com um aluno, no curso Superação, ele relatou que devido à divergência entre a opinião do professor e os alunos, esse foi afastado do curso).

Passei por um processo de desconstrução de uma abordagem mais quantitativa e tradicional de pesquisa, para entrar no espírito de pesquisa etnográfica, na qual o principal aspecto não é a quantidade de indivíduos a serem entrevistados, mas sim a riqueza e a diversidade de elementos que uma determinada população pode apresentar. Explorando esta

diversidade, fui delineando alguns critérios que apareciam como relevantes para minha pesquisa, durante a minha inserção em campo e, desta forma, consegui encontrar uma solução para o que se constituiu num impasse durante alguns meses. Um dos critérios que estabeleci relaciona-se à pouca quantidade de alunos que conseguiram aprovação no vestibular da UFRGS, que é, por sinal, a razão de existirem tais cursos, pois seu objetivo principal é modificar esta situação e conseguir que alunos carentes, em particular, alunos negros, ocupem as vagas de ensino superior público.

Finalmente, no curso Satélite Prontidão, entrevistei 5 alunos enquanto que, no Superação, foram 6 alunos. Essa diferença de um aluno, de um curso para outro, se estabeleceu pelo fato de existir uma aluna que vivenciou as realidades de ambos os cursos. Dessa forma, considerei que ela poderia contribuir com elementos dos cursos que têm como proposta serem gratuitos, um visando a carentes enquanto outro prioriza negros de baixa renda. No entanto, faltou justificar as 5 e 6 pessoas entrevistadas.

A opção por incluir, entre os entrevistados, um aluno representando aqueles que conseguiram aprovação no vestibular, traz alguns aspectos interessantes: aprovar alunos é um dos objetivos de ambos os cursos, embora persigam também outros objetivos. O curso Superação (projeto do IBÁ) menciona, conforme o coordenador do IBÁ, *que não basta somente colocar negros na universidade, temos que colocar indivíduos preparados para lidar com as questões de raça, racismo, preconceito etc.* (Diário de Campo, 28/03/02); e ambos os cursos tentam desenvolver nos alunos o espírito de voluntariado, ou seja, se conseguirem passar no vestibular, é esperado que retornem para ajudarem na preparação de alunos carentes e negros.

A partir do objetivo dos cursos, minha questão se traduzia: ‘que diferença a entrada na universidade vai trazer para a vida desses alunos, sejam negros e/ou carentes’? A aprovação significaria muito mais uma diferença no aspecto econômico, ou traria mais conhecimento a esses alunos? O que almejavam: somente mudar de vida, conseguir melhor colocação no mercado de trabalho, realização profissional, busca de uma profissão, ou aprender coisas novas e obter informações que fazem parte do mundo acadêmico, porque não dizer “mais letrado”?

A escolha por um sujeito dentre os mais jovens e pelo menos um dentre os mais velhos deu-se visando aos diferentes olhares de ambos: um presumia-se ter uma maior experiência de

vida, que ficou afastado da escola durante alguns anos, depois retornou para tentar o vestibular, pela primeira vez na sua vida; alguns dos entrevistados são donas de casa, outros/as são chefes de família<sup>22</sup>. Outro entrevistado estava acabando ou ainda cursando o ensino médio e tentava, pela primeira ou segunda vez, o vestibular. Tanto o mais velho, quanto o mais jovem assistem às aulas cansados da jornada diária de trabalho ou estudo, e muitos chegam a pensar em desistir, pelas adversidades que a vida lhes impõe. Por um motivo ou por outro, ambos estão muito atarefados e correm o risco de se evadirem. Na entrevista com a coordenadora do curso Superação, ela estava relatando os principais motivos de desistência dos alunos, citando que: *alegam cansaço, inclusive temos alguns alunos com mais idade, acima de 30 anos, que têm alegado um cansaço intenso, que desistiram do curso por esse motivo* (Ent, 30/10/02, N.).

Entrevistar pelo menos 1 sujeito com proximidade nas atividades promovidas para o negro tem o sentido de verificar o olhar que o aluno registra para assuntos como preconceito, racismo, discriminação racial. Interessa explorar se, a partir do curso, o aluno começou a participar de outros espaços que tratam sobre esses temas, ou se o aluno já participava de algum tipo de movimento que representa a causa do negro. Mesmo no curso do Satélite Prontidão, que não se orientava pelo aspecto raça, mas, sim, pela carência econômica dos seus alunos, analisava-se também o tema raça porque se trata de uma entidade associativa eminentemente negra, onde a coordenadora do curso relata *por mais que não se fizesse esse diferencial pela raça negra, no momento da seleção grande parte dos alunos eram negros e acabavam sendo contemplados pelo projeto de educação* (Ent, 29/10/02, C.).

O último critério deu-se pela curiosidade em entender um pouco mais sobre o motivo de desistência, já que grande parte dos alunos acaba se evadindo. Na verdade, esse ponto acena para um outro estudo, porque o número de desistências é quase metade das turmas. No início do ano eram 3 turmas de extensivo, e, em setembro, começou outra turma que era o intensivo, mas depois acabaram ficando somente duas, incluindo a do intensivo.

Pareceu-me importante explorar, com todos os alunos entrevistados, os pontos que estão no roteiro: a visão dos alunos de como percebiam as aulas, professores e coordenação, de

---

<sup>22</sup> Verificar tal informação na seção 4.3: “Situando os alunos no tabuleiro dos cursinhos ou De onde vêm e para onde vão?”.

como se relacionavam com os colegas, o que pensavam sobre as disciplinas que tratavam de assuntos específicos, como direitos humanos, universidade, história da África, profissões.

Em face desses 5 critérios que acabei de descrever, decidi entrevistar 5 alunos e acrescentei um. Tinha definido 5, mas depois resolvi colocar mais 1 aluno, que era no ano de 2002, do Superação, e que já havia passado pelo Projeto de Educação da ASP, a fim de trazer elementos comparativos entre os cursos.

Sintetizando, os critérios de escolha para entrevistar alunos foram:

- a) um aprovado no vestibular;
- b) um dos mais jovens alunos inseridos nos cursos;
- c) um dos mais maduros;
- d) um aluno que tivesse maior proximidade com as atividades promovidas para o cidadão negro;
- e) um evadido.

Até o momento falei apenas das entrevistas com os alunos que, para mim, se transformou em uma grande incógnita, como havia mencionado.

No total realizei 21 entrevistas, abarcando 11 alunos, 2 coordenações dos cursos, 1 presidente da ASP, 1 coordenador do IBÁ, 1 Diretor do Colégio Rosário (local onde funcionava o Superação) e mais 2 professores de ambos os cursos, num total de 4 docentes. Passo agora a relatar alguns aspectos relevantes sobre as entrevistas realizadas, tendo em vista que foram no total de 21, sendo que duas delas foram realizadas com a mesma pessoa que tinha disponibilidade de dar muitas informações e ocupava duas funções.

As entrevistas com as duas coordenadoras dos cursos basearam-se no funcionamento e organização do curso Superação e do Projeto de Educação da ASP. Consta no Apêndice A, B e C a pauta das entrevistas, sendo que esta variava de acordo com a situação e com o desenrolar das mesmas (caracterizando-se como entrevistas semi-dirigidas, com liberdade permitida quando se usa a abordagem qualitativa, especialmente a de cunho etnográfico).

Com o presidente da ASP e o coordenador do IBÁ as entrevistas tiveram como foco verificar as modalidades em que ambas as propostas de cursos comunitários se relacionavam dentro das instituições mentoras. Pensava-se em analisar o olhar dos entrevistados a respeito dos objetivos dos cursos, bem como outros projetos em prol da comunidade negra que eram

desenvolvidos por suas entidades. Sendo que a ASP visava prioritariamente indivíduos oriundos dos bairros Glória, Partenon, Restinga, e outros que se localizam nas proximidades das instalações da associação. O IBÁ, não tendo sede própria, tem por meta atingir o público negro em geral, sem restrições com relação ao bairro habitado.

Já com o diretor do Colégio Rosário, o principal objetivo foi o de explorar como se deu a relação da instituição educativa com o IBÁ, e como o colégio entende a ação do curso Superação que desenvolve suas aulas no interior de suas instalações. No caso do Projeto de Educação da ASP, essa relação não está presente, uma vez que a sede é própria.

A escolha dentro do universo do grupo de professores se deu principalmente pelos seguintes critérios: docentes que ministravam as disciplinas 'atípicas' com relação aos cursos convencionais (refiro-me, especialmente, às disciplinas sobre questões de raça etc.), professores mais antigos nos cursos ou ex-alunos que retornaram para desenvolverem um trabalho voluntário junto ao curso, perfazendo um total de 2 professores entrevistados em cada curso. No caso do Superação, 3 professores haviam ministrado a disciplina de Direitos Humanos e História da África, mas entrevistei apenas um. Já que havia estabelecido que faria entrevista com dois docentes de cada curso, um que trabalharia com este tipo de disciplina e, um dos mais antigos, ou um ex-aluno. No outro curso apenas uma professora trabalhava com a disciplina de Cultura e Cidadania e esta foi entrevistada.

Finalmente entrevistei 2 docentes da disciplina de Direitos Humanos de cada curso, 1 professor ex-aluno do Projeto de Educação da ASP e 1 dos mais antigos do curso Superação.

Até aqui procurei descrever as estratégias usadas para coleta dos dados. Além da entrevista e da observação, também utilizei as fichas que os alunos preenchem ao ingressar em ambos os cursos. Tais fichas têm características diferentes em cada instituição, que podem ser apreciadas nos Anexos.

A análise dos dados, assim como a coleta, se deu em três blocos. Comecei pelas coordenações, para mostrar quais suas principais funções à frente dos cursos. Combinei os dados coletados das entrevistas e das observações, descrevendo, confrontando e discutindo as atividades que as coordenadoras desenvolvem para que os cursos sigam seu rumo durante o ano, procurando explicitar as implicações de suas iniciativas e modalidades de ação, para o avanço do entendimento da problemática de inclusão do negro na sociedade e na universidade, tal como se apresenta nesta instância educativa. Para além das funções da



coordenação trouxe também o papel desta em elaborar questionários a serem preenchidos pelos alunos, tentando selecionar o indivíduo mais adequado aos objetivos que cada curso almeja alcançar com suas ações. Na verdade, frente aos questionários, a coordenação procura um aluno que esteja concernente ao modelo de ‘negro’ ou ‘carente’ que cada CPV deseja formar nos seus cursos, ou seja, um militante negro, um aluno consciente das questões sociais, raciais, educacionais.

Quanto ao grupo dos professores, pautei minhas buscas no exame dos seus percursos, desde sua chegada às respectivas instituições, até suas maneiras de olhar a questão da evasão dos alunos. Para análise, fiz uso das entrevistas com os quatro docentes e também das notas do campo.

Com relação ao último grupo estudado, dos alunos, além das notas de campo e das entrevistas, utilizei as fichas preenchidas na hora da seleção, para estabelecer um perfil dos discentes. Com os dados comuns entre as fichas dos dois cursos, foi possível comparar os dados; quanto aos elementos distintos que apareciam exclusivamente em um dos cursos, os descrevi, a fim de trazer as informações complementares que revelavam aspectos organizativos e de necessidades distintas para ambos casos. Um exemplo, do Projeto da ASP, é o item: qual o meio de transporte utilizado para deslocar-se até a associação? Se os alunos possuíam ou não casa própria? Se estavam ou não empregados? Renda familiar? E assim por diante. Enquanto no Superação, as perguntas específicas (que não figuravam na ASP) são: Se já havia tentado vestibular na UFRGS? Se tinha sido alguma vez aprovado no vestibular? Se gostaria de ter contato com profissionais e estudantes da área do curso que escolheu como opção no vestibular em 2003? Entre outras que examinarei em detalhe no capítulo “Radiografando o tabuleiro dos cursinhos ou Colocando as peças no tabuleiro”.

As informações que diziam respeito apenas a um dos cursos tornaram-se relevantes à medida que mostravam a preocupação das coordenações em determinados aspectos que não apareciam no outro curso. Na ASP as questões eram de ordem principalmente econômica, a exemplo da utilização do transporte, da casa própria, se era responsável por sua manutenção, renda familiar, entre outras. A única pergunta que difere um pouco da questão econômica que a ASP traz é: *Você é afro-descendente?* Mas minha explicação hipotética para essa questão é justamente por a Associação ser uma sociedade que tem em seus objetivos a negritude como principal foco de ação. Então para a coordenação do curso é importante saber como os alunos se identificam em relação a sua raça/etnia. Ainda que não esteja nos objetivos do curso a

questão racial, a professora que ministra a disciplina atípica tem uma preocupação com o cidadão negro.

Já no Superação gostaria de levantar duas questões que para mim estão convergindo com as preocupações da coordenação do curso. *Já fizeste vestibular na UFRGS e Já fostes aprovado alguma vez?* Ambas perguntas tentam explicitar, na minha visão, as diferenças que separam brancos e negros no país. Porque ainda que o aluno tenha feito vestibular foi geralmente nas particulares e quando aprovado, acaba por desistir por não possuir condições financeiras para arcar com as despesas do Ensino Privado. Isso mostra que ainda as universidades públicas não estão atendendo às necessidades da população que realmente necessita de seu ensino. Por isso, um dos objetivos do Superação é colocar estudantes negros e negras nas IES públicas.

A análise dos três grupos descritos não foi tarefa fácil, pois eram muitos dados a serem cruzados e analisados. Passo agora a relatar como organizei essa análise. O primeiro passo foi tirar fotocópias de todas as entrevistas e das notas de campo. Como havia dito, mantive um caderno com as notas de campo desde o dia 20 de abril de 2002 com as anotações do campo da pesquisa e outras que se fizeram necessárias de acordo com a situação. A exemplo de minha participação no Seminário Diversidade na Universidade, que retratou algumas experiências dos cursos pré-vestibulares gratuitos em diferentes regiões do Brasil.

Li e reli todos os relatos muitas vezes e fui sublinhando os aspectos que me pareciam significativos para minhas questões de pesquisa, e para o entendimento geral da dinâmica dos cursos. Sendo que utilizei uma cor de caneta hidrocor para o Superação e outra cor para o Projeto de Educação da ASP. Passada essa etapa, recortei os parágrafos sublinhados de acordo com os temas e os fui agrupando numa pasta, de modo que foram tomando contornos certas regularidades e reincidências, que tomaram, pouco a pouco, a configuração de categorias para análise. Os temas emergentes deram origem à lista com alguns tópicos. Segui alguns caminhos, conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 221) para organização dos dados e criação dessas categorias:

O desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam estes mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação. As categorias constituem um meio de classificar

os dados descritivos que recolheu... um passo crucial na análise de dados diz respeito ao desenvolvimento de uma lista de categorias de codificação depois de ter recolhido os dados e de se encontrar preparado para os organizar.

A partir do conjunto de formulações agrupado em categorias, com palavras-chave, fui estudando atentamente o conteúdo dessas passagens e encontrando tópicos e sub-tópicos, para então organizar um esquema. Volto a dizer que esse esquema foi organizado e reorganizado a partir dos temas surgidos dos dados do campo. A partir da compreensão de um determinado tema, que continha na pasta, fui desenvolvendo, descrevendo, escrevendo e construindo meus argumentos, com relação a cada assunto ou temática.

Nas entrevistas, depois de tê-las fotocopiado, fiz uma leitura atenta, e depois marquei os pontos mais relevantes para o estudo. Num primeiro momento, não tinha muita clareza sobre o que era realmente importante, mas, depois, fui compreendo o que deveria ser levado em conta na leitura do texto que, mais tarde, na sua construção, iria servir para descrever o funcionamento dos cursos, bem como compreender o entendimento dos sujeitos envolvidos. Os tópicos marcados eram inicialmente sobre as relações com as coordenações, com os alunos, as disciplinas atípicas.

Assim, os fui assinalando. Depois, estabeleci uma forma de organizar meu pensamento e o texto para que se tornasse uma descrição de como se desenvolvem as relações, a organização, o recrutamento de professores, enfim, todos os elementos que eram interessantes para fazer um apanhado, da complexidade do funcionamento destas iniciativas de cursos pré-vestibulares gratuitos. Na verdade, a forma como organizei os dados das entrevistas foi semelhante à sistemática aplicada aos dados de observação de campo: lendo-as, sublinhando frases, parágrafos, e escrevendo palavras ou frases que indicariam do que se tratava o trecho sublinhado.

Feito isso, construí uma lista com os tópicos das entrevistadas de cada grupo (professores, alunos e coordenação). A partir da lista dos tópicos, elaborei as seções relativas aos sujeitos pesquisados, combinando observações de campo, entrevistas, fichas dos alunos. Posteriormente aos apontamentos, fui estabelecendo um comparativo entre os dados coletados em cada grupo estudado: professores, alunos e coordenações. Isto é, com a lista de tópicos ia comparando os elementos convergentes que apareciam nas várias fontes: nos relatos dos alunos, na fala de um professor.

Assim, ia intercalando os dados das entrevistas com as notas de campo. Ainda, utilizei os dados das fichas que foi o principal artifício usado na seção “Situando os alunos no tabuleiro dos cursinhos ou De onde vêm e para onde vão?”. Nas fichas estavam os dados que possibilitaram a construção desse item, mostrando quem são os alunos que ingressam e usufruem dos cursos, desde sua condição financeira até sua escolha para o vestibular de 2003.

No Superação, a coordenadora me cedeu as fichas para serem usadas na pesquisa. Já na ASP, tive um pouco de dificuldade para obtê-las, talvez porque não estivesse bem claro para a coordenação o motivo de tal interesse e os dados continham alguns elementos relativamente sigilosos, como dados de rendimento. Quando solicitei as fichas, a coordenadora pediu-me um tempo para consultar o presidente da ASP e a professora de Literatura e Cultura e Cidadania para me concederem as fichas. Depois ela concordou que tivesse acesso às mesmas, a partir do endosso da professora e do presidente.

A maior preocupação da coordenadora era, justamente, com os dados que as fichas continham dos alunos, mostrando sua renda, documentos de identificação etc. Na verdade estes dados estavam sob a responsabilidade da associação, e passá-los para outra pessoa, sem a autorização dos alunos, tornava-se um problema, segundo a ótica da coordenadora. Por este motivo, não fui autorizada a fazer cópias das fichas, devendo examiná-las no próprio estabelecimento da ASP. Permaneci algumas tardes na associação e coletei os dados necessários, procedimento longo e cansativo, mas necessário para levar a efeito minha pesquisa. Tal episódio mostra os entraves que o pesquisador passa para obtenção dos dados e o quanto é preciso contornar as situações que surgem, durante o desenvolvimento da pesquisa, para conseguir êxito e bons dados para o desenrolar da pesquisa.

Após a autorização para a utilização das fichas, coletei todos os dados e transpus para o *software Excel*, formando diversas tabelas com alguns itens que constavam em ambos os cursos. Formou-se um grande quadro do curso Superação, devido ao número total das fichas ser de 137. No Projeto de Educação da ASP, o quadro é composto por dados de 57 alunos. A partir desses dois quadros, com dados brutos, foram originados outros quadros parciais e tabelas, de acordo com o elemento focalizado. São exemplos as tabelas dos bairros, das idades, da renda familiar dos alunos e demais. Tais tabelas servirão para se construir um paralelo entre os dois grupos de alunos que compõem os cursos.

O universo de dados foi importante para compreensão do grupo de alunos, pois possibilitou trazer informações que justificaram a relevância do curso na vida dos alunos, visto que a grande maioria nunca havia cursado outro pré-vestibular. Através dessas fichas pude expandir meu universo de sujeitos, para além dos alunos entrevistados. Mas, com o auxílio das fichas, as 11 entrevistas se elevaram, permitindo estabelecer de modo mais seguro, quem são os alunos do Superação e do Projeto de Educação da ASP.

Durante análise, retomei os estudos e referências teóricas a respeito das temáticas pertinentes, tais como raça, racismo e discriminação, articulando os desenvolvimentos dos autores com os dados de campo obtidos. Os dados fizeram sentido para corroborar o quadro de preconceito e discriminação que os negros vêm sofrendo há séculos na sociedade brasileira, como veremos durante a exposição e mostram também, o que é a novidade deste trabalho, as iniciativas das lideranças negras para superar esta situação, conquistando espaços e direitos no campo profissional e intelectual do país, o que implica reconhecer avanços na ampliação da consciência crítica da população negra e na difusão, mesmo que lenta e gradativa, do exercício da cidadania.

### 3 SITUANDO A TRAJETÓRIA DAS ONG'S NO TABULEIRO SOCIAL

A denominação Organização Não-Governamental aparece em primeira mão nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) no final dos anos de 1940, tendo como meta o desenvolvimento de comunidades e a filantropia. Conforme Gohn: “A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada ‘desenvolvimento de comunidade’ ” (1997, p. 54).

O surgimento das ONGs, em nível internacional, deu-se após a Segunda Guerra Mundial a fim de estabelecer a paz entre as nações, através do diálogo e da cooperação econômica. Esta cooperação viria por meio da implantação do Plano Marshall e da Aliança para o Progresso. O primeiro traria socorro aos países que haviam perdido a guerra; já, a segunda seria composta por programas para erradicação da pobreza.

A primeira fase das ONGs surge com o objetivo de executar projetos de interesse social, em instituições não oficiais e sem fins lucrativos. Segundo Steil e Carvalho (2001, p. 37-8):

Seu principal foco de irradiação se encontra na política desenvolvimentista dos EUA, abrangendo tanto as instituições que atuavam por meio de projetos de desenvolvimento local para os setores carentes dos países pobres, quanto as entidades americanas que dispunham de fundos de assistência para o desenvolvimento na forma de fundações públicas ou privadas como a Fundação Interamericana, mantida pelo Congresso Americano e a Fundação Ford, de origem privada.

A segunda geração é marcada por valores e conceitos como desenvolvimento social, cidadania e sociedade civil. As principais bases de sustentação são as políticas européias para o desenvolvimento da década de 1970, que envolviam tanto fundos governamentais de assistência oficial, quanto à rede de organizações de cooperação não-governamental para o desenvolvimento social.

Destacando a América Latina nessa geração, os fundos europeus tiveram como destino os centros e institutos que eram tidos como focos de resistência aos regimes militares. Tanto os centros como os institutos visavam à emergência de uma nova base social ligada às classes populares, através dos sindicatos e dos novos movimentos sociais.

Com a abertura política e o final da ditadura militar no Brasil, os exilados assumem um papel importante nos centros de formação e assessoria. O movimento de grande destaque em meados dos anos 80 é o movimento de educação popular de Paulo Freire.

A partir da experiência dos exilados surgem dois aspectos principais: o primeiro diz respeito à democracia como valor universal e, o segundo seria o elogio à diferença. No que tange ao aspecto da democracia como valor universal, tem como referência garantir uma cultura democrática, fundada na cidadania e na participação política. Já o segundo ponto tem como princípio a valorização do pluralismo de identidades sociais, construídas sobre múltiplos pertencimentos: étnico, geográfico, de gênero, político, etc.

O terceiro momento das ONGs, em nível internacional, começou em meados de 1990 e 2000, associado ao termo Terceiro Setor, trazendo como foco a parceria e o voluntariado, sendo estes vistos como alternativas para crise do “Estado do Bem Estar social” e para avanço das políticas neoliberais. A terceira geração é marcada pela era da globalização, que tem como fonte de recursos o capital financeiro mundial, tendo as ONGs como parceiras e co-executoras dos programas sociais por ele financiados, numa tentativa de substituir ou terceirizar a ação do Estado. Conforme Steil e Carvalho (2001, p. 40):

ao recorrer aos financiamentos externos desses organismos para realizar políticas sociais, os estados nacionais são capturados por uma rede de condicionalidades que lhes impõem ao mesmo tempo, a diminuição drástica do custo financeiro das políticas públicas, através do desmonte de sua estrutura assistencial, e a necessidade de recorrer a agentes não-governamentais, de caráter privado, para realizar as ações sociais que anteriormente eram como de responsabilidade dos órgãos do Estado.

Focalizando a América Latina, as ONGs têm assumido cada vez mais iniciativas que eram papel do Estado na realização de políticas públicas e de assistência social. Além disso, assistiu-se durante essa terceira fase a descontinuidade política, na qual anteriormente atores

sociais e intelectuais se engajaram na ação política, propondo alternativas políticas contra o sistema capitalista e os governos militares.

Passarei ao contexto brasileiro, que está dividido em três fases importantes para o desenvolvimento das ONGs<sup>23</sup>. No Brasil estas Organizações surgiram no período da Ditadura Militar clandestinamente, organizando-se em grupos de base, sendo de caráter político-religioso e pouco estruturadas, instalaram-se nas periferias das cidades e no campo.

O primeiro momento das ONGs, período da década de 70 do século XX, traz ao palco do cenário brasileiro a luta e reivindicações dos trabalhadores frente aos salários, à participação na produtividade, aos bens coletivos (saúde, transporte, saneamento básico, educação, etc.). O período é caracterizado pela resistência ao regime militar, o qual Steil e Carvalho (2001, p. 43) dizem que

a conjuntura de semi-clandestinidade, que impunha a invisibilidade diante da ditadura, acaba reforçando os princípios filosóficos que inspiravam a atuação das instituições e dos profissionais-militantes de que existem para os outros, a quem cabe o papel e o protagonismo como atores.

Nos anos 80, que corresponde à segunda geração de ONGs brasileiras, retiram-se da clandestinidade estas organizações e tecem-se, através das relações internacionais dos exilados, as redes de alianças com essas agências internacionais. Sua atuação passa a ser marcada pelas questões sociais, definidas a partir do gênero<sup>24</sup>, do étnico, da livre opção sexual, da ecologia etc. Gohn (1997, p. 53-4) destaca que: “O Banco Mundial tem dado grande atenção às ONGs desde a década de 80, considerando-as como mais eficientes que as agências governamentais, priorizando ações em parceria com elas”.

---

<sup>23</sup> As ONGs enquanto formas de organização também podem ser consideradas como integrantes do campo democrático popular, conforme Paludo (2001).

<sup>24</sup> Aqui, no Rio Grande do Sul, temos uma ONG de grande expressão na área de gênero – Themis (entidade ligada ao Comitê Latino-Americano de Defesa da Mulher, tendo como financiadores a Fundação Ford, a Fundação McArthur, etc.). Seu objetivo, segundo Fonseca, Bonetti e Pasini (2002, p. 2-3) “centraliza-se na defesa dos direitos da mulher, tendo como atividades principais: a prestação de assessoria jurídica gratuita, a sensibilização dos operadores de Direito (juizes, promotores, delegados, defensores públicos, advogados, etc.) através de cursos, a colaboração em eventos junto a entidades afins, o curso PLP e a implantação do Serviço de Informação à Mulher”.



Nessa fase há uma explosão dos movimentos sociais no país, que são formados por distintas minorias, consolidando suas identidades, dando visibilidade ao sindicalismo urbano e rural, à política da teologia da libertação, das pastorais populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Toda essa pluralidade redimensiona o trabalho dos antigos centros e institutos, constituindo um olhar mais atento a respaldar as ações das várias organizações e lideranças dos movimentos sociais, que assumem posições de grande destaque e de decisão na política nacional e local.

É, também, nesse período, que a denominação ONG passa ter definição e fronteira. De acordo com Steil e Carvalho (2001, p. 45) “predominou a lógica da demarcação de espaço simbólico, num contexto de disputas pelas categorias com as quais designar uma experiência coletiva que emergia com a legitimidade política dos que haviam resistido ao regime ditatorial”. Assim, estava aberto o caminho para o estabelecimento da autonomia das ONGs e para assumirem uma posição de protagonistas no cenário político. Na medida que se autonomizam e são reconhecidas como novos atores sociais, passam a receber demandas de instituições religiosas e das organizações sociais. Sendo estas demandas compreendidas como de assessoria em assembléias de organização e estruturação institucional, tendo que elaborarem material pedagógico e de divulgação.

Na terceira instância das gerações das ONGs, na década de 90, houve um grande crescimento desse setor, interligando-se aos contextos político, econômico e social brasileiro.

No que tange ao aspecto político, com o advento da globalização e com as crises econômicas, isso impossibilita que milhares de excluídos possam sonhar com um futuro melhor, mostrando a inviabilidade do Estado de Bem Estar Social. Isso porque não houve um projeto político de inclusão social e sim a desregulamentação das relações de trabalho, que retira direitos sociais dos trabalhadores a fim promover o aumento do capital financeiro. Assim, através da pressão dos organismos financeiros internacionais, a população acaba por legitimar, através do voto, governos nacionais para reproduzir o jogo desses organismos, promovendo políticas de restrição dos direitos sociais: desemprego, confisco dos salários dos trabalhadores etc.

A respeito do aspecto econômico, observa-se o aumento da dívida externa e interna e um esgotamento da acumulação de capital baseado na produção e exportação de bens. Nesta fase, a hegemonia do capital internacional vai sobrepor-se à autonomia e soberania dos

Estados nacionais periféricos. O principal motivo da perda da capacidade de investimento interno é constituído pelos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), impedindo o crescimento e desenvolvimento dos Estados nacionais.

Falando em termos sociais, assiste-se na última década do século XX a privatização dos serviços e órgãos públicos, transformando-se esses em mercadorias, onde a população deve pagar por serviços e bens sociais que antes eram oferecidos pelo Estado. Segundo Voigt (2001, p. 80)

todos estão responsabilizados, de um jeito ou de outro, com a tarefa pública e a própria lei brasileira passa a prever esta desconcentração. Por exemplo, no artigo 227 da Constituição Federal consta que *É dever da família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação[...]*.

Isso mostra que, independente da situação, a família ou sociedade têm total responsabilidade seja pela alimentação, seja pela vida da criança ou do adolescente e, em última instância, cabem tais funções ao Estado.

O Estado, responsável pela expansão das políticas públicas e especialmente as políticas educacionais na defesa de uma escola e universidade universal e gratuita, não tem sido capaz de cumprir integralmente tais funções. Tanto Gonçalves (2000) como CUNHA (2000), ao examinar o papel da universidade e do ensino superior, reafirmam esta impossibilidade do Estado que acabam pôr deixar vago o espaço público para a ação de organizações na sociedade civil.

Analisando as mudanças nos vários contextos citados acima, verificamos que as ONGs vêm assumindo cada vez mais a ação pública, mostrando assim o motivo de sua existência e de sua identidade.

O Estado assume um papel secundário, apenas devendo repassar os empréstimos que são concedidos pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Estes, por sua vez, buscam estabelecer parcerias com os organismos da sociedade civil sem passar necessariamente pela figura do Estado.

Com a desresponsabilização do Estado, as ONGs vêm assumindo um papel importante a partir da década de 90. Houve uma transferência da função pública e, nesse processo de inovação institucional, conhecemos a figura do projeto, sendo este uma arma das ONGs para arrecadar fundos.

As políticas públicas no campo social são pensadas cada vez mais como políticas a serem implementadas através de projetos que tenham começo, meio e fim, com uma dotação determinada e agentes que sejam eficientes na aplicação dos recursos em vista da maximização dos resultados (Steil, 2001, p. 16).

Além disso, os projetos exprimem, através dos resultados e da eficácia, os critérios de inclusão e de pertencimento na rede das ONGs. Outro ponto que legitima as próprias ONGs são as atividades desenvolvidas ou a inserção nos campos de influência de organismos financiadores estatais e multilaterais.

Apesar do importante papel que as ONGs têm assumido e do papel secundário que vem sendo designado ao Estado, estas não podem sustentar políticas públicas que são de responsabilidade exclusiva do Estado e tampouco fechar o rombo da dívida social do país.

Se, nos anos 80, as palavras de ordem das ONGs eram assessoria e militância, nos anos 90 são parceria, voluntariado e redes de movimentos, mostrando que estas passam a atuar com autonomia, destacando, na sua bandeira, a cidadania e a ética em favor da vida e contra a violência e a corrupção.

Gostaria de fazer algumas conexões do tema desenvolvido – ONGs, com o trabalho voluntário que vem sendo desenvolvido nos cursos pré-vestibulares, usando como exemplificação o relato do docente de um dos cursos. Na perspectiva do voluntariado, o professor vê: *o serviço voluntário como uma cachaça e a gente fica viciado muito facilmente. E, acho que essa questão do tempo é muito relativa, todos encontramos tempo quando temos menos tempo. Quanto menos tempo tens disponível tu acha um tempo[...]* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Toda essa caminhada acaba por redefinir a identidade dos antigos movimentos sociais, através das redes das instituições e dos atores sociais e políticos. Temos, como exemplo, a realização do Fórum Social Mundial, em 2000. “Muitos movimentos e organizações sociais

conseguem articular-se nacionalmente e atuar em redes, como o MST, o Movimento de Direitos Humanos, as entidades de trabalho com crianças e adolescentes, as redes socioambientais, as ONGs/AIDS, etc.” (Armani, 2001, p. 59).

Com essa abordagem das redes, foi fundada a Associação Brasileira de ONGs – ABONG, sendo esta representante em nível nacional. Cabe-lhe controlar o surgimento das novas ONGs, ordenar as já existentes, verificar a legitimidade e a certificação da idoneidade das entidades. Armani (2001, p. 59) diz que: “A ABONG (Associação Brasileira de ONGs) ganha densidade e projeção em nível nacional e internacional, e se consolida também em nível regional a partir de oito fóruns regionalizados”.

É importante salientar que, no final dos anos 90, houve uma diminuição significativa do número das ONGs de grande porte. Muitas se fragmentaram, formando pequenas organizações, produzindo uma maior especialização dos serviços prestados. Outras, que tinham alcançado uma abrangência nacional, voltam a ter sua ação ao âmbito local.

Outro ponto que merece destaque é a exigência de profissionais qualificados na realização e operacionalização dos serviços. Geralmente, esses profissionais vão estar à frente das ONGs, elaborando os projetos e custeando os recursos financeiros. E temos ainda os voluntários, que trabalham junto às ONGs, sem remuneração, estimulados pela mídia e pelas próprias organizações. As diferentes categorias de pessoas que trabalham nas ONGs produzem uma certa tensão entre voluntários e profissionais. Se no passado as ONGs eram voltadas aos interesses políticos associados à militância de esquerda, agora os interesses são voltados aos projetos sociais que podem ser avaliados e mensurados. Dessa forma, cabe às ONGs mais do que executar ações sociais.

Para finalizar a breve discussão estabelecida na dissertação, penso ser importante descrever os campos de atuação das ONGs, com a finalidade de situar as iniciativas negras que vêm aparecendo neste cenário. Segundo Fernandes (1994), os principais campos, onde as ONGs têm declarado estarem desenvolvendo seus trabalhos se destacam de acordo com os seguintes percentuais: criminalidade/violência/drogas – menos 1%; negros e índios – 5,5%; formação qualificada/assessoria – 40,6%; educação – 36%; pesquisa – 15,98%; desenvolvimento/promoção social – 29,50%; desenvolvimento rural – 15,78%; saúde – varia entre 44% a 51% de acordo com o país da América Latina; mulher – 11,58%; meio ambiente

– 18,12%; comunicação – 18,58%; direitos humanos – 8,70%; projetos de financiamento – 8,64%.

Tais percentuais correspondem à realidade da América Latina, focalizando a questão racial, Fernandes diz: “Negros e Índios – somente o diretório brasileiro destaca o tema da negritude – 5,5% das entidades registradas neste diretório estão associadas ao movimento negro” (1994, p. 71). Nota-se com base na análise do autor, que as ONGs que estão trabalhando com o assunto, têm uma ligação com o Movimento Negro. A partir do enfoque passo a descrever brevemente a respeito das ONGs e Associações Negras, passando a chamá-las de Organizações Negras<sup>25</sup>.

### **3.1 ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

As organizações negras são importantes para este estudo, pois mostram o que vem sendo desenvolvido em termos de iniciativas em prol da comunidade negra. Tais iniciativas são executadas pelas ONGs, Movimento Negro, Associações Negras etc. Conforme Davis (2000), destacam-se três tipos de organizações negras: primeiro, entidades governamentais; segundo, organizações de base; e terceiro, organizações regionais, incluindo entidades social, política e culturalmente independentes.

Mas, independente do tipo de organização negra, suas atuações têm se destacado pelo seu foco, principalmente de resistência, “[...] dentro do contexto político em que atuavam, em que predominavam os partidos políticos de esquerda, as ONGs de desenvolvimento e a presença da Igreja Católica progressista” (Heringer, 2000, p. 346).

Penso ser importante explicitar o que seriam as ONGs de desenvolvimento. Gohn (1997) menciona que a esfera de atuação das ONGs tem sido sempre a sociedade civil em distintos campos: assistencialismo (por meio da filantropia), o do desenvolvimentismo (por meio dos programas de cooperação internacional, entre ONGs e agências de fomento, públicas e privadas), e da cidadania (por meio das ONGs criadas a partir de movimentos sociais que lutam por direitos sociais).

---

<sup>25</sup> Tal denominação foi dada pela autora a fim de nomear as iniciativas desenvolvidas por segmentos do Movimento Negro e, outros, que não somente deste movimento, tendo cumprido um papel de atender as demandas da comunidade negra e carente que têm sido pouco atendida por outros setores da sociedade.

Voltando à classificação de Davis (2000), o primeiro grupo das entidades governamentais distribui-se nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. No entanto, a entidade de maior destaque é a Fundação Palmares, no território, tanto em nível de poder constitucional, quanto em relação ao apoio recebido das autoridades federais. A Fundação Palmares está ligada ao Ministério da Cultura, com sede em Brasília desde de 1990. Tem como principais objetivos: a) mapear e pesquisar os quilombos com a finalidade de legitimar a obtenção do título de propriedade das terras; b) promover a harmonia racial e deter manifestações de racismo, preconceito e discriminação.

Outra entidade governamental que tem importância em nível nacional é a Secretaria Nacional de Direitos Humanos em Brasília, desempenhando um papel de destaque junto aos vários escritórios das Nações Unidas (Unesco, Unicef etc). Apesar do surgimento das entidades governamentais em nível nacional e estadual, Davis ressalta: “As organizações de direitos humanos ou de direitos dos afro-brasileiros, sancionadas pelos governos estaduais e locais, têm pouco poder para mudar os outros setores do governo ou para fazer cumprir as leis estaduais ou nacionais” (2000, p. 52). Tal fato ajuda a perpetuar o racismo, o preconceito e as discriminações contra a população negra brasileira porque grande parte das ações/intervenções está sendo desenvolvida por iniciativa da sociedade civil. E, o campo de iniciativas de políticas públicas está começando a ser explorado pelo estado, em relação às questões raciais.

Passo, a partir deste ponto, a relatar o segundo grupo: das organizações nacionais de origem popular. Este grupo tem pouca expressão com relação ao número de entidades espalhadas pelo país. A Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) é uma das entidades que mais se sobressai no país, reunindo grupos em diversos estados brasileiros. Seu principal foco é discutir formas de obter apoio mútuo e promover/divulgar a agenda do Movimento Negro no Brasil.

Outro grupo menor e bem menos conhecido é o Partido Popular Poder para a Minoria (PPPOMAR), inspirado em grupos de *rap*, tendo sede em 15 estados brasileiros. O PPPOMAR surgiu da necessidade de comunicar nas eleições de 1999 e atualmente, a insatisfação de jovens negros com sua exclusão na sociedade brasileira.

E, o último grupo, as ONGs. Vêm surgindo e têm dado uma contribuição importante nas últimas décadas para os indivíduos que estão à margem do tecido social. Antes havia listado

as principais ONGs latinas, agora irei destacar as principais ONGs brasileiras com ênfase na temática racial, segundo Davis (2000): a) educação e promoção cultural; b) serviços legais – tratam de direitos humanos e civis, ajudando vítimas de racismo, discriminação apresentar queixas formais às autoridades; c) necessidades psicológicas – auto-estima; d) questão do emprego – formar para o mercado do trabalho; e) necessidades das mulheres negras.

Para Landim, citado por Heringer (2000), o quadro das ONGs distribui-se em: serviço do movimento popular: 447; mulher: 196; movimento negro: 565. Heringer chama a atenção que tal levantamento foi feito na segunda metade de 1980, existindo a confusão entre a classificação entre ONG e movimento social. Possivelmente, tais números se elevariam se fosse feita a pesquisa nos dias de hoje.

Existem várias ONGs espalhadas por todo o Brasil, mas a de maior destaque em nível nacional tem sido o Instituto da Mulher Negra Geledés, em São Paulo, que oferece serviços à comunidade negra em geral, nos aspectos educacionais, morais e legais, focalizando principalmente as reivindicações das mulheres negras. O Geledés possui financiamento de organismos internacionais para execução dos seus projetos.

No Rio Grande do Sul, mais especificamente, as ONGs que têm desempenhado papéis cruciais são: o Movimento Negro Unificado (MNU), Fórum de Articulação das Entidades Negras, o Instituto África América (IAFRA), Associação das Mulheres Negras (funciona junto à Assessoria do Negro).

Cabe observar que tem ocorrido uma confusão entre as atuações políticas do Movimento Negro e a atuação das ONGs, porque possuem estratégias de intervenção e denúncia semelhantes. Mas ultimamente, uma das estratégias específicas adotadas pelas organizações negras foi a implementação de programas que acolhem as denúncias e o apoio a vítimas de discriminação racial. No entanto, tais programas nem sempre conseguem ter êxito nas suas ações, segundo Heringer (2000, p. 346): “A eficácia deste trabalho, porém, é limitada em função da dificuldade que a polícia e a justiça no Brasil possuem em lidar com estes casos, agravada pelos problemas associados à tipificação do crime de racismo na legislação

específica”. É muito difícil provar uma acusação de racismo contra qualquer indivíduo de acordo com as leis que regulamentam os crimes<sup>26</sup>.

E, por fim, cabe ressaltar que existem ONGs que não lidam com a questão racial especificamente, mas que enfrentam o tema de uma forma ou de outra, a exemplo do IBASE, da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social), do CEDI (Centro Ecumênico de Divulgação e Informação), entre outros.

É importante ressaltar que a luta contra as desigualdades raciais no Brasil não cabe somente aos atores políticos do Movimento Negro e às ONGs específicas que trabalham com o tema, tornando-se necessário o envolvimento de diferentes segmentos sociais na mudança do quadro para minimizar o abismo que separa brancos e negros no Brasil, que, ainda, nos dias de hoje parece tão utópico.

### **3.2 A ONG IBÁ**

O IBÁ surge em 11 de julho de 1998. Num primeiro momento, em meados dos anos de 1980, teve como berço discussões sobre África, questão racial, relação África-Brasil entre estudantes africanos e brasileiros dos cursos de Letras e Ciências Sociais, no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Posteriormente, houve uma caminhada de cursos, palestras ministradas a respeito da história da África, da questão racial, em escolas e espaços comunitários. Essa caminhada tinha como precursores Fernando Moreira e Sandra Noronha, que resolveram institucionalizar essa idéia, formando o IBÁ. No início, reuniram familiares para compor um número razoável de pessoas para legalizar o Instituto. Sendo que, no começo, o principal objetivo era dar palestras a respeito da temática do negro, da cultura africana, relação do negro com a África etc., para os professores das redes de ensino. Nesse sentido o coordenador destaca: *a idéia era que ele fosse além de um Instituto para promover as relações Brasil-África e para divulgar a África, mas também um Instituto de estudos, onde pudéssemos estudar não só do ponto de vista humano, cultural e social. Mas, também, do ponto de vista econômico, das relações turísticas, das relações comerciais. Enfim, pode entender e pode até inclusive assessorar, como temos em alguns*

---

<sup>26</sup> “Aliás, já no foro criminal, justamente em homenagem à legítima necessidade de se provar a existência de dolo em processos-crime de racismo, a Justiça Criminal de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, registram nove casos de condenação desde julho de 1951, data da promulgação da famosa Lei Afonso Arinos, antecessora da Lei nº 7.716/89, a denominada Lei Caó, atualmente em vigor” (Silva Jr, 2000, p. 379).



*momentos feito, as empresas, instituições públicas e pessoas físicas, particulares, sobre África. As pessoas aqui no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, não têm informação nenhuma sobre a África, o máximo que se conhece e o que se sabe é o que aparece na mídia, que a gente já sabe como é. Ou é a miséria, ou é guerra, é corrupção que eles exaltam como se aqui não existisse, como se na Europa não existisse, como se nos EUA não existisse corrupção. Mas isso é exaltado quando acontece na África, então [...] procuramos mostrar outras coisas. Então, atividades culturais que acontecem na África, a história africana antes da colonização...isso tudo buscamos estar mostrando de uma forma sistematizada, é o que fazemos aqui no curso Superação, nas escolas, para estudantes das licenciaturas de Pedagogia. Para que, quando forem escrever livros didáticos, forem dar aulas, forem escolher literatura, não se omitirem sobre isso, ou pelo menos não fazerem o discurso, como disse antes, que ouvíamos nas escolas quando começávamos a conversar: ah! nós não temos material para trabalhar isso, nos não sabemos sobre isso (Ent, 25/09/02, F.) .*

No início, os integrantes eram Fernando e Sandra, mas esta última veio a falecer e agora continua Fernando como coordenador interino do IBÁ e a Nina, coordenadora e secretária do curso pré-vestibular para negros e carentes – Superação. O Instituto conta, ainda, com parceiros voluntários (professores do curso Superação etc.), que prestam serviços ou auxiliam em algumas atividades da ONG.

O IBÁ é uma organização não-governamental, a-partidária e sem fins lucrativos. Foi fundada com a preocupação de desenvolver os laços históricos e culturais que unem brasileiros e africanos. Caracteriza-se por resgatar e divulgar a cultura africana e negro-brasileira, assim como promover e apoiar ações de efetiva integração entre o Brasil e os países africanos.

O IBÁ pretende ser um ponto de referência dos países africanos no Rio Grande do Sul, fornecendo informações diversas a respeito desses países: sua cultura, sociedade, economia, notícias e política, bem como informações turísticas e de intercâmbio, calendário de eventos e folclore. Possui como objetivos: (a) a promoção de eventos, tais como seminários, congressos, encontros, cursos, festivais, exposições; (b) o relacionamento com os povos de países africanos, no intuito de ampliar o conhecimento dos povos brasileiros afro-descendentes ou não; (c) o trabalho com a identificação do Brasil e dos brasileiros com aquele continente, sua diversidade cultural, sua especificidade, através da divulgação da História da África; (d) a

prestação de consultoria a pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em desenvolver trabalho conjunto com países africanos nas áreas cultural, social, histórica e econômica<sup>27</sup>.

Os projetos que o IBÁ desenvolve atualmente são: a) Espaço Afro na Feira do Livro, que traz literatura de autores negros e autoras negras ou outros não-negros, que trabalham sobre temática da realidade do negro no Brasil e na África; b) Centro Cultural Brasil-África na Rua dos Andradas, no chamado Corredor Cultural de Porto Alegre<sup>28</sup>, será um espaço de divulgação das culturas da matriz negro-africana, disponibilizando artes plásticas e visuais, literatura, vídeo etc.; c) Superação – curso pré-vestibular para negros e negras de baixa renda, que prepara jovens e adultos para acesso à universidade; d) “Conto africano” para crianças de 5 a 8 anos e a “História da cultura-africana” para crianças de 10 a 14 anos, onde são produzidas tanto oficinas de música, de artes plásticas, como também momentos para contar histórias africanas tradicionais, ocorrendo nas férias do verão ou do inverno; e) Atividades políticas do movimento negro, atividades ligadas à educação e à cultura, e à formação de jovens e adultos.

Em relação à captação de recursos, dá-se através de patrocínios de materiais doados por livrarias, lojas de brinquedos. Em outras ocasiões, como na Feira do Livro, são feitas parcerias com as editoras. No curso Superação, por exemplo, foram doadas apostilas pela Secretaria de Educação do Estado em 2002, que as recebeu do curso Unificado. Já nas oficinas que são oferecidas no período de férias, é cobrado um valor simbólico para dar conta das despesas mínimas e também para a valorização, por parte do público que frequenta a oficina. Durante a entrevista ficou claro o aspecto que alguns autores (Armani, 2001, Gohn, 1997) colocam a respeito da dificuldade das ONGs pequenas sobreviverem, como é o caso do IBÁ, que não dispõe de apoio internacional e tampouco nacional.

A divulgação do IBÁ é feita através de parcerias e patrocínios com empresas privadas. O Instituto apresenta pequenos projetos às empresas, mostrando o benefício que estas vão ter ao ajudar o Instituto, por meio de divulgação da mídia, durante os eventos. A empresa acaba aceitando essa parceria porque é uma forma de tornar visível sua imagem. Outra forma em

---

<sup>27</sup> IBÁ (Folder). Porto Alegre, 2001.

<sup>28</sup> Este espaço não está assegurado, dependendo de um acordo a ser firmado com a Secretaria da Cultura de Porto Alegre – RS, que deveria ter acontecido em 2002, segundo a assessoria do secretário da Cultura, mas que ainda não foi firmado.

que é feita a divulgação do IBÁ é por meio de *releases* enviados à imprensa, geralmente sobre as ações dos seus projetos.

Outro ponto é a reformulação legal do Instituto para buscar o financiamento público, transformando a organização em OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que pode fazer convênios com governo federal, ou estadual. Por exemplo, segundo o coordenador: *o Centro Cultural [...] agora que estamos instalando, temos o apoio da Fundação Palmares, mas com a formação de ONG e não de OSCIP, a Fundação Palmares não pode conveniar conosco, teria que conveniar via governo estadual ou via uma outra instituição para repassar dinheiro para nós. Isso impede, por exemplo, de estarmos buscando recursos de várias fontes. Trabalhamos com cultura, com educação, trabalhamos com arte e cultura, [...] com direitos humanos[...], o governo federal tem vários programas nessas várias áreas, mas para podermos acessar esses vários programas temos que transformar legalmente em OSCIP, tem uma legislação nova, tem todo um aparato legal* (Ent, 25/09/02, F.).

Com a nova lei, as ONGs terão que justificar, perante a população e a mídia, suas ações e a destinação de seus recursos financeiros. No entanto, só terão acesso aos fundos públicos mediante credenciamento e aprovação pelo Estado. *Temos que provar que é do interesse público, entra naquele [...] então participa desses processos [...] na verdade tu tens que ter muito mais transparência na tua gestão dos recursos, na destinação desses recursos etc. que eu acho importante, mas não sei, tenho que estudar isso, mas o advogado está estudando isso, acho que vai ser bom para nós* (Ent, 25/09/02, F.).

A perspectiva de ampliação vai depender da reformulação do IBÁ para o novo formato de OSCIP, da eficácia da campanha de chamamento de novos sócios, que tem como preocupação preservar a política da instituição (ou seja, como esses novos sócios irão participar do instituto) e relações com outras instituições. No momento, o principal desafio do IBÁ é a implementação de novos sócios.

Apontando para os problemas e desafios, o coordenador ressalta sobre o Terceiro Setor: *o grande problema das ONGs hoje é falta de capacitação dos gestores. As pessoas que administram as ONGs não têm prática administrativa, não têm formação administrativa para dar conta de administrar o que é uma empresa. As pessoas têm muita vontade de fazer, mas não têm a experiência administrativa que lhes dê condições de fazer com que aquela empresa*

*[...] porque funciona como uma empresa, que é uma organização e tem que ser administrada como uma organização. Então, muito do que passamos de dificuldade no IBÁ, hoje, é em função das deficiências da minha gestão, antes da Sandra, e da Nina, enfim da equipe que está na frente disso. Esse é o grande desafio de quem quer manter uma ONG. Porque associado com isso tem o caso de [...] numa sociedade capitalista...interessa aquilo que dá retorno financeiro. As ONG não trabalham pelo retorno financeiro, em tese, por princípio, elas não trabalham por retorno financeiro, elas trabalham por retorno social. Ou seja, cobrir um espaço social onde o Estado não tenha dado conta... então, por isso que fui para administração, justamente para poder me capacitar na gestão organizacional, não simplesmente eu, o voluntarista, aquele que gosta muito de fazer e não sabe fazer e acaba fazendo coisas erradas. Então, assim, chega de improviso na ação social [...] o dinheiro vem quando temos uma administração realmente competente (Ent, 25/09/02, F.).*

Na verdade, a “fala” do entrevistado traz à tona um dos problemas mais recorrentes que as ONGs enfrentam na atualidade – a gestão e a capacitação. Daí, decorre um novo campo que está em ascensão no país, onde as instituições de ensino públicas ou privadas têm investido em cursos de capacitação gerencial.

Tornou-se relevante situar a trajetória das ONGs, à medida que um dos cursos está ligada diretamente a esta realidade, que foi abordada diante dos perfis da realidade brasileira.

Passarei a descrever as atribuições da coordenação do IBÁ, à qual o curso está interligado, através do curso pré-vestibular Superação. O coordenador F. relata que é *coordenador interinamente, porque o meu mandato terminou, não tivemos nenhum interessado em assumir então estou interinamente até que se faça uma reunião para definir a nova direção* (Ent, 25/09/02, F.).

A principal função do F. é *relações institucionais, ou seja, buscar parceria para o IBÁ, trabalhar com um pouco de captação de recursos* (Ent, 25/09/02, F.). Esse papel dá-se principalmente porque *não tem uma equipe. Desde o início, o IBÁ começou com uma equipe pequena que depois se reduziu. Não conseguimos implementar uma política de chamar outras pessoas. Nos envolvemos no projeto e acabamos não nos dedicando para essa coisa de angariar parceiros [...] A gente tem parceiros que participam conosco nas atividades, que prestam serviços. Sempre geralmente de maneira voluntária [...]. Mas não temos uma equipe que fica montada para dar estrutura mesma para a instituição* (Ent, 25/09/02, F.).

Nesse processo de arrecadar patrocínio para o curso, o coordenador do IBÁ fala da aula inaugural do Superação no Colégio Rosário: *As pessoas se aproximam no dia 5 de maio, temos 5 instituições dizendo que iam estar conosco o ano todo [...] não é quatro instituições, não a gente vai estar aqui. Falaram no microfone, vamos estar apoiando, vamos estar com vocês até final. Não demorou um mês para eles desaparecerem, porque eles viram que não tinha dinheiro, não cobramos dos alunos* (Ent, 25/09/02, F.).

Mais adiante, na nossa entrevista, ele continua dizendo: *quando começamos a pensar na coisa de buscar o associado houve a fatalidade da morte de Sandra (ex-coordenadora do curso Superação)* (Ent, 25/09/02, F.) e, assim, o IBÁ continua com a mesma estrutura de duas pessoas para administrá-lo.

### **3.3 ASP**

A ASP surgiu no dia 20 de abril, em 1902, num momento que era não permitida a entrada de negros em alguns clubes e sociedades gaúchas. É importante salientar que a ASP originou-se da fusão de duas sociedades da época. Havia se passado quatorze anos após a abolição da escravatura, quase inexistindo entidades sociais para negros. O principal objetivo era de fundar uma associação que atendesse às necessidades dos negros dessa época. Sua origem foi marcada pela presença de negros em seu interior, restringindo no seu espaço os indivíduos brancos. Os autores descrevem as atividades afro-brasileiras antes e depois da abolição:

Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros [...], a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organizações de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas (Nascimento e Nascimento, 2000, p. 204)

Em consonância com o surgimento de uma das associações, o presidente justifica, mencionando: *[...] algumas famílias da comunidade negra, filhos e netos de escravos, já num processo de ascensão, unidos num propósito de construir uma sociedade que pudesse abrigar as suas culturas, suas idéias e saberes, um espaço de difusão de lazer e do entretenimento,*

*fundaram a Sociedade Satélite Portoalegrense, na verdade, “Sociedade Bailante Satélite”* (Ent, 18/02/03, N., presidente da ASP).

E, assim, começou a delinear-se os preceitos da primeira associação em 20 de abril de 1902. Para que o indivíduo viesse a integrar o quadro de sócio, deveria ter uma formação baseada em princípios morais. Tal fato rendeu à associação ser conhecida como séria e progressista, assim como, por outra ala da sociedade, era chamada de elitista e seletiva.

A Sociedade Satélite Portoalegrense foi marcada por suas participações no carnaval, de cunho cultural, mas também se destacou pelo seu caráter assistencial, ajudando alguns associados no infortúnio de sua morte com despesas.

O presidente da ASP menciona a dificuldade de relatar a história dessa associação devido à perda de parte do seu acervo: *Tornou-se extremamente difícil o trabalho de coletar fatos e acontecimentos sobre a Sociedade Satélite, em função da perda do seu acervo, especialmente de documentos, na grande enchente ocorrida em Porto Alegre em 1941. No desaparecimento daquele cúmulo histórico, ficamos desfalcados de fotos valiosas, quadros de expressivas personalidades, livros e escritos de grande conteúdo e projetos importantes, dados que nos permitiria projetar com mais segurança o perfil da Sociedade naquela época* (Ent, 18/02/03, N., presidente da ASP).

O Grupo Carnavalesco Prontidão, a segunda sociedade, surgiu em 1925, a partir de quatro rapazes que não tinham o recurso necessário para participar de uma noite festiva. Se hoje, popularmente se usam expressões como ‘sem grana, duro, sem din-din’, na época se usava ‘prontos’. *Fato marcante, entretanto, viria ocorrer no dia 1º de março de 1925, quando quatro decidiram participar de um baile de carnaval promovido pelas Satelistas no salão Ariopa, que situava-se quase ao lado da casa da família do compositor Lupicínio Rodrigues, na Ilhota, nº 92. Estavam eles, sem dinheiro, ou seja, segundo adágio popular, “prontos”. Apenas um possuía 400 reis, o que era insuficiente para a compra dos convites. Armaram então uma estratégia. Organizaram-se em fila indiana, ficando os mais baixos na frente e os mais altos atrás e, de repente, penetraram na salão cantando a música, - na realidade um refrão – que eles criativamente construíram – uma expressão que fazia alusão à condição financeira de cada um. Pron, pron, Prontidão/ Pron, pron, Prontidão. As garotas que cuidavam da recepção dos convites, entre surpresas e emocionadas, acabaram por deixar que os jovens entrassem no salão e participassem do baile. Nesta mesma noite foi*

*consolidada a idéia de formarem uma outra sociedade, no que foram acompanhados por outros jovens e algumas famílias, surgindo então o Grupo Carnavalesco Prontidão* (Ent, 18/02/03, N., presidente da ASP).

Suas atuações eram basicamente culturais, em bailes e desfiles no carnaval. Além disso, possuíam o desenvolvimento de atividades sociais como cursos de alfabetização e atendimentos à comunidade com trabalhos assistenciais.

Em 1950, o Prontidão ganha um novo nome, passando a denominar-se Sociedade Recreativa e Beneficente Prontidão. Deu continuidade ao caráter social que desenvolvia junto à comunidade, ocorrendo o surgimento de grupos carnavalescos que mais tarde viriam a dar origem à escola de samba (exemplo: Escola de Samba Trevos de Ouro). Nesse mesmo período, enquanto a Sociedade Recreativa e Beneficente Prontidão crescia, a outra sociedade Satélite Portoalegrense estava em declínio nas suas atividades.

Apesar da S.R.B Prontidão estar em plena ascensão, não possuía sede própria. Então, um dos diretores da Satélite lembrou que esta associação possuía um terreno, pensando neste espaço como uma alternativa para o problema da Prontidão. A partir dessa negociação, surgiu a idéia da fusão entre as duas sociedades. *No dia 29 de maio de 1956, na sede da Sociedade Beneficente União Operária 13 de Janeiro, localizada à rua Cabral, nº 63, em Porto Alegre, em sessão de Assembléia Geral da S.R.B. Satélite Portoalegrense, foi decidido pelos presentes, após explanação detalhada do Presidente da Sociedade, José Luiz Machado, corroborada por discursos eloqüentes proferidos pelos Senhores [...], com base em uma exposição que salientava o período de dez anos de inatividade da Sociedade e do abandono do patrimônio, que a fusão seria salutar às duas Sociedades* (Ent, 18/02/03, N., presidente da ASP).

Em 1956 ocorreu a união das duas sociedades, formando a ASP. Atualmente a ASP possui vários departamentos, destacando-se o social e o cultural. Neste último está o Projeto de Educação, que atende à comunidade carente que deseja uma vaga na universidade.

Para se integrar como sócio na ASP, existem duas formas. Através dos dois tipos de sócios que se angaria os fundos para manutenção da sociedade.

O sócio patrimonial é mais conhecido e dificilmente abandona o clube “... porque existe um patrimônio deles aí”. Já o sócio contribuinte tem como característica ser o que mais circula entre as várias sociedades e, às vezes, acontece o abandono do clube por parte do sócio (Rodrigues e Barcellos, 1997, p. 11).

Voltando aos departamentos, a sociedade promove festas, bailes, jantares, mas para além das questões culturais, existem outras ambições que estão em fase de organização para que se concretizem. A exemplo do Departamento Cultural, no Projeto de Educação, almeja-se ampliá-lo para que possa atender alfabetização, profissionalização etc. Outro projeto seria a criação de um Centro Assistencial a fim de atender às demandas como campanhas contra a fome, agasalho. Além disso, promover cursos de pintura e costura. Ainda, pretende-se no Departamento Jurídico criar um Centro de Assistência Jurídica [...] *a gente quer até dando segmento, claro o jovem, ele tem que formar, até mesmo estagiar, a gente quer criar um grupo que possa trabalhar essa questão da assistência jurídica, determinadas fases, determinados detalhes. E assim só para entender não só o jovem, mas até a comunidade geral. [...] À parte da comunidade negra, o que acontece é que não tem dinheiro, não pode pagar um advogado não é, e é uma questão complicada, é uma questão que envolve toda uma reestruturação da própria sociedade* (Ent, 18/02/03, N., presidente da ASP). Estes são alguns projetos que a associação pretende estar promovendo nos próximos anos.

Uma nova mudança na ASP seria o Departamento de Esportes que passa a ser o Departamento de Lazer, Esportes e Saúde. Todos os departamentos trabalham na perspectiva de atender às necessidades da comunidade.

### **3.4 PARA ALÉM DA TEORIA OU AÇÃO AFIRMATIVA**

É impossível nos dias de hoje falar sobre o cidadão negro e, não falar sobre políticas de ação afirmativa. Tema que vem despontando na agenda da sociedade brasileira. Temos assistido a diversas notícias sobre o assunto, mas com outro nome – cotas (principalmente nas universidades) é o termo utilizado<sup>29</sup>. Ainda que este estudo não tenha a finalidade de discutir

---

<sup>29</sup> “O Brasil já adota as Políticas de Ações Afirmativas em vários setores. Toda sociedade, até então, a tem acolhido com grande simpatia e sem polêmica. Constatamos que os Partidos Políticos discriminavam mulheres: criamos cotas de 30% para mulheres. [...] As Empresas, por livre iniciativa não se interessavam em empregar portadores de deficiências: implantamos uma lei e esta injustiça está corrigida. O salário do trabalhador brasileiro é injusto: criamos a lei do vale transporte, vale refeição, vale cesta básica, etc. [...] Tudo



as cotas, o tema “ação afirmativa” torna-se relevante à medida que as iniciativas desenvolvidas pelos cursos são consideradas um tipo de discriminação positiva. Santos J. (2002, p. 94) concorda que:

É uma forma peculiar brasileira. No Brasil aparecem formas originais não ortodoxas para “resolver” problemas. Cursinhos para negros é uma forma criativa, inventiva para enfrentar tanta desigualdade. O resultado é bom, entram na universidade alunos carentes que de outro modo não teriam chances. Isso é ação afirmativa, é a discriminação positiva.

Começo a seção refletindo sobre as desigualdades vividas pelos negros no Brasil, desde sua chegada nos navios negreiros, trazidos como mercadorias do continente africano para trabalhar na produção agrícola do recém país descoberto.

O livro *Casa-grande e Senzala* retrata claramente a desigualdade entre senhores e escravos, no entanto, a sociedade brasileira era vista como racialmente igualitária, se comparada à sociedade norte-americana, que apresentava fortes conflitos raciais.

Essa visão harmônica das relações raciais obteve consenso até a primeira metade da década de cinquenta, do século passado. Nessa época, a pesquisa, coordenada pelos sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes, concluiu que os negros tinham sido marginalizados após a abolição da escravatura e que sofriam discriminação e preconceito (Fernandes, 1989).

Mais que a marginalização, os negros após receberem sua liberdade ficariam sem moradia, sem trabalho e, conseqüentemente, num estado de total miserabilidade. Começará, nessa época, as mazelas enfrentadas pelo negro que viriam a se estender até os dias de hoje. Muitos negros migraram para os grandes centros urbanos, aglomerando-se em favelas, adquirindo doenças e isso acarretou a redução da média de vida da população negra. Segundo Santos (2000, p. 57): “O Brasil seria hoje um outro país caso a Abolição se fizesse

---

isto visa compensar aqueles grupos de pessoas por perdas que a sociedade entende que sofreram. Esta é a proposta das várias leis de Ações Afirmativas aplicadas em várias partes do mundo. No Brasil, estas Ações Afirmativas foram introduzidas sem usar este nome e, quase não foram percebidas pelo povo. Por que, agora está criando polêmica?” (Santos, 2003b).

acompanhar por uma adequada reforma agrária, por meio da qual onde as famílias dos escravos tivessem recebido pequenas propriedades agrícolas aptas à produção”.

As pesquisas (Silva N., 2000; Oliveira, 2000; Azevedo, 1996; Guimarães, 2002; Silva Jr., 2002; Henriques, 2002; Alberto, 2000) têm demonstrado que os negros vivem em relação ao branco com os piores índices da situação econômico-sócio-política, mesmo depois de ter se passado mais de um século da abolição da escravatura, indicando a desigualdade racial no Brasil. Apesar de não existir mais o uso de açoites e de ferros, os negros permanecem em condições que os impossibilitam de viver com dignidade.

Na verdade as desigualdades não são vistas como decorrência da escravidão e da tardia abolição, por isso são tratadas de maneira tão natural e acabam por perpetuar o mito da democracia racial e da cordialidade das relações do cotidiano. Tal naturalização engendra resistências para identificar as desigualdades raciais e impede o avanço de políticas públicas.

No entanto, tal quadro tende a se modificar, haja vista, o fim do consenso acadêmico sobre a suposta democracia racial. A discussão do racismo no Brasil ainda é um dilema. O presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de novembro de 1995, admitiu publicamente que o país discrimina racialmente os negros (Santos S., 1999). Ainda que o ex-presidente tenha admitido o fato, nem todos os integrantes do governo pensam da mesma forma.

Em julho de 1996, o Ministério da Justiça chamou a Brasília vários pesquisadores nacionais e americanos, assim como um grande número de lideranças negras, para participarem do seminário internacional sobre “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”.<sup>30</sup> Foi a primeira vez que um governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas voltadas à ascensão social dos negros no Brasil (Guimarães, 1999). A importante declaração do Estado brasileiro produziu um fato marcante na história de nossa sociedade. Assumida a discriminação, podemos antever a possibilidade de ações afirmativas.

---

<sup>30</sup> Este seminário, realizado em Brasília, no ano de 1996, foi organizado pelo Departamento de Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (Santos S., 1999, p. 48).

Em nível acadêmico, o assunto vem ganhando espaços novos, junto aos movimentos sociais e às organizações não-governamentais.

Guimarães (1999, p. 153) define a ação afirmativa como “programas voltados para acesso de membros de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas a escolas, contratos públicos e postos de trabalho”. Nesse sentido, o curso Superação pode ser entendido como um tipo de programa voltado aos negros e carentes, que visa a preparar o aluno para concorrer ao vestibular em igualdade de condições com um branco.

Mais especificamente, Silva W. (2002, p. 54) descreve a respeito do tipo de ação afirmativa que os cursos vêm desenvolvendo com suas iniciativas, ou seja, os cursos pré-vestibulares vêm cumprindo seu papel como um tipo de ação afirmativa:

Projetos que, em meu entender, só podem ser adequadamente avaliados e entendidos como parte, distorcida, de um processo de ações afirmativas. Digo ‘distorcida’ porque, diferentemente do que seria ‘esperado’, essas ações estão sendo empreendidas por setores outros que não o Estado, em geral sem nenhum apoio institucional.

O autor traz à tona uma responsabilidade que seria do Estado, mas que acaba por ser assumida por outros setores da sociedade, no caso do estudo, pela ONG IBÁ e pela ASP. Mesmo que a ASP não faça nenhum tipo de discriminação em relação à raça ou etnia, mas, sim, faz sua seleção com base na questão econômica, denominada pelo curso – carentes, ajudando a uma parte significativa da sociedade que não teria como pagar um pré-vestibular. Na mesma linha, Silva Jr. avança no sentido de problematizar o papel do Estado frente às ações afirmativas e à necessidade de seu comprometimento.

[...] numa sociedade como a brasileira, desfigurada por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis. Vale dizer, incumbe ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isto dá-se o nome de ação positiva, compreendida como comportamento ativo do Estado, em contraposição a atitude negativa, passiva, limitada à mera intenção de não discriminar (2000, p. 380).

Silva Jr. faz uma crítica ao Estado, enfocando que não basta apenas haver leis, é necessário ir além. Deve-se criar condições para que exista igualdade de oportunidades entre os diferentes cidadãos brasileiros. Poderia arriscar que tais condições seriam entendidas como programas de ação, recursos para minimizar as desigualdades e as discriminações raciais. Há, ainda, um longo caminho para que se alcance tais objetivos, mas torna-se alentador o fato de já termos começado a dar os primeiros passos (a exemplo, do Programa Diversidade na Universidade, a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas e outras alterações<sup>31</sup>).

Sabe-se da existência de vários conceitos a respeito do tema ação afirmativa, mas na dissertação o uso que se entende mais adequado é a utilização do conjunto dos conceitos dos autores (Guimarães, 1999; Silva W., 2002) acrescido do exposto logo abaixo, da ONG Geledés. Tendo em vista o objetivo do curso Superação, que é o de beneficiar negros a se preparem para o vestibular, e seu intuito de formação social, o conceito de ação afirmativa será utilizado como política que favorece negros em detrimento de outros segmentos sociais. O curso é iniciativa de uma organização não-governamental que visa a garantir igualdade de oportunidades aos desfavorecidos socialmente no acesso ao Ensino Superior.

Entende-se por ação afirmativa, segundo o Geledés (2002):

qualquer política que vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, religião, sexo e etnia e que, em decorrência disto, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais. A ação afirmativa também é chamada de discriminação positiva. Implicam na formulação de políticas abertamente não universais, visando beneficiar de forma diferenciada grupos discriminados de modo a permitir que, no médio e longo prazo, eles possam alcançar condições econômicas, sociais e culturais equânimes. As premissas da ação afirmativa são o reconhecimento de que pessoas sujeitas à desigualdade devem receber tratamento diferenciado e a promoção da justiça social.

---

<sup>31</sup> Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira; Art. 79-A. (Vetado); Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ ”. (Barros, 2003)

De acordo com o conceito do Geledés entendo que o Superação, ao selecionar alunos negros para ingressarem no curso, está discriminando positivamente a fim de beneficiar este grupo.

Em termos oficiais, foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) um conceito de ação afirmativa, que poderá servir de referência para implantação de políticas públicas em benefício da população negra.<sup>32</sup> O conceito diz:

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (Santos S., 1999, p. 43).

O conceito traz a preocupação com as desigualdades raciais e o reconhecimento das diferenças étnico-raciais, que “impõem a necessidade de políticas preocupadas com reparações, compensações e/ou ações afirmativas que visem assegurar condições de acesso e tratamento igualitário para os afrodescendentes em todas as esferas da vida social” (Silvério, 2001, p. 4)<sup>33</sup>.

Guimarães (1999) discute ações afirmativas sobre duas perspectivas: a primeira – axiológica e normativa; e a segunda – histórica e sociológica.

---

<sup>32</sup> O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) foi criado em 20 de novembro de 1995 e instalado em 27 de fevereiro de 1996. Tem como meta, ao longo do atual Governo de Fernando Henrique Cardoso, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro a importância que lhe tem sido negada historicamente (Santos S., 1999, p. 48)

<sup>33</sup> A noção de reparação foi, aparentemente, lançada por uma componente do movimento negro norte-americano, celebrada em muitas das letras da música reggae e nos filmes de Spike Lee (cuja a companhia de produção se chama “Quarenta acres e uma mula”, o equivalente ao que foi prometido aos ex-escravos pelos nortistas durante a guerra civil americana), e, nos últimos anos, promovida internacionalmente pelas missões diplomáticas da Nigéria. A idéia que se encontra por trás da noção de reparação – já colocada em prática com as vítimas do holocausto nazista – é a de compensar, com uma quantia a definir, todos os negros do Novo Mundo, vítimas de injustiças históricas (Sansone, 1998, p. 754).

De um lado, a perspectiva axiológica e normativa destaca que cada indivíduo possui mérito e desempenho individuais, devendo ser considerado por suas características próprias, independente de sua cor, sexo, religião, etc. Por outro, a perspectiva histórica e sociológica trata dos efeitos das ações afirmativas na estrutura social.

Isto é, procura compreender os antecedentes sociais e históricos (sistemas de valores, conjunturas políticas, movimentos sociais e ações coletivas) que tornaram ou podem vir a tornar possível a construção de políticas públicas de cunho e de intenção antidiscriminatórias em países plurirraciais ou étnicos de credo democrático (Guimarães, 1999, p. 151).

Os argumentos contrários às ações afirmativas pautam-se em que: a) essas políticas contrariam o credo de que somos um só povo e uma só raça; b) as discriminações positivas ferem o princípio universalista e individualista do mérito; c) para outros, não existe a possibilidade real e prática para implementação dessas políticas.

O primeiro argumento expressa uma versão romântica de anti-racismo, que nega a existência das raças e nega a discriminação de cor. Adão (2002, p. 66-7) coloca que:

Essa visão é bem exemplificada na postura de Rachel de Queiroz, que afirma que, diferentemente dos Estados Unidos da América e da África do Sul (países que possuem uma rígida linha de cor), como distinguir no Brasil quem é negro e quem não o é? A grande maioria da população brasileira é constituída de mestiços: somos um País de mestiços. E esses mestiços todos, como seriam enquadrados? Este consenso nacional de que não se pode reconhecer a existência formal da discriminação racial quando ela é denunciada e comprovada, porque não somos brancos, somos todos mestiços, não resiste a um exame mais detalhado, tanto no empírico quanto em nível acadêmico.

Em direção ao segundo argumento, temos a defesa do ideal de igualdade de tratamento e de alocação de recursos, segundo o mérito, como nos Estados Unidos. Esses argumentos contrários censuram a insconstitucionalidade ou a incorreção moral de tais políticas. No entanto, temos sólidas defesas que utilizam as discriminações positivas a fim de favorecer a integração de diferentes grupos: o caso de reserva para mulheres de 30% das vagas nas listas de candidatas apresentadas pelos partidos; as cotas de 5% nas empresas com mais de mil funcionários para portadores de deficiência; a famosa lei dos dois terços, que obriga as

empresas a empregarem uma maioria de trabalhadores brasileiros, instituída numa época em que imigrantes predominavam em alguns setores do mercado de trabalho, como os portugueses nos bondes do Rio de Janeiro; as convenções internacionais de que o Brasil é signatário, como a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ou a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho. Ambas as convenções visam à adoção de medidas compensatórias a grupos discriminados, tendo força de lei, segundo a Constituição de 1988<sup>34</sup>.

E a última constelação de argumentos contra as ações afirmativas é de ordem histórica e empírica. O aspecto histórico lembra-nos que vivemos longe dos princípios da igualdade e que estamos inseridos, sim, num contexto de desigualdades entre pobres e ricos, negros e brancos. Onde os efeitos de uma política de ação afirmativa poderiam muito mais favorecer do que inibir a dimensão hierárquica das relações. Tal justificava baseia-se no fato de que políticas universalistas de erradicação da pobreza reverteriam as desigualdades raciais. O que do ponto de vista dos estudos negros não é real.

O argumento de ordem empírica levanta que os questionamentos baseiam-se na ausência de uma classificação racial (ou de cor) bem estabelecida e rigorosa. Os defensores deste argumento perguntam: Quais seriam os reais beneficiados por essas políticas?

Atualmente não existe a identificação da raça ou cor nos principais documentos emitidos pelo estado, como: cédula de identidade, carta de habilitação, carteira de trabalho etc. Para que conste a identificação racial devemos retornar “ao ponto que (...) tais políticas compensatórias significam o reconhecimento, amplo e universal, de raças ou cores pelo Estado” (Guimarães, 1999, p. 175). Só a partir desse reconhecimento pelo Estado é que poderemos concretizar as políticas de ação afirmativa.

Não podemos esquecer que as “políticas públicas para a ascensão social de populações negras, ou ações afirmativas *tout court*, não se resumem a um tipo especial e particular de política, baseadas em metas a cumprir, ou cotas a preencher” (Guimarães, 1999, p. 172). Essas políticas necessitam estar ancoradas em políticas de universalização de assistência médica e odontológica, em políticas sanitárias e de melhoria da educação básica pública, primando pela ampliação da cidadania da população pobre.

---

<sup>34</sup> Fonte: Afirma - Revista Negra Online.

Silva Jr. destaca a iniciativa dos CPV e o necessário reconhecimento e legitimidade dessas ações:

Os cursinhos pré-vestibulares, criados a partir de 1992, por iniciativa da sociedade civil, tiveram e têm importante papel, estimulando e criando reais condições para que muitos (as) jovens negros (as), possam realizar o sonho de entrar na universidade. É importante que os cursinhos reconhecidos e legitimados por organizações negras sejam subsidiados por recursos federais, estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que sejam criados programas de ação complementar para aqueles que entrem na universidade. O investimento em cursinhos pré-vestibulares deve caminhar lado a lado com os financiamentos estudantis para que os estudantes possam permanecer nos cursos universitários, sejam eles públicos ou privados (2002, p. 80).

Mais uma vez tal idéia vem a consolidar o entendimento a respeito das políticas de ações afirmativas, devendo estas virem ancoradas a outras iniciativas que dêem conta de atender às demandas da população negra.

Outro argumento é que, se a maioria da população é negra, não existe a necessidade de ações afirmativas e, sim, de ações universalistas de ampliação da cidadania. Segundo Guimarães (1999, p. 176), essa afirmativa é falsa: “não podemos classificar a maioria da população como negra, se não é assim que se define e se identifica racialmente. [...] poucos querem ser (ou não podem deixar de ser) negros ou pretos e, a estes, mais discriminados é que se dirigem as políticas de ação afirmativa”.

A ação afirmativa visa favorecer grupos socialmente discriminados pela raça, etnia, sexo (Geledés, 2000). O curso Superação quer oportunizar a igualdade de oportunidades aos alunos negros a concorrerem ao vestibular, de modo que as condições de desvantagem socioeconômica, em relação aos outros segmentos sociais, não impeçam esse grupo de conquistar emprego e escolaridade. São ações como essas que ajudam grupos de mulheres e negros a não desistirem de seu sonho de melhoria de vida.

É importante salientar que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a reserva de vagas para negros no serviço público federal, através do Programa Nacional de Ações Afirmativas. Essa reserva de vagas não atinge concursos públicos, restringindo-se apenas à contratação de funcionários para cargos de confiança e aos serviços terceirizados.



Em relação aos concursos públicos, a reserva de vagas depende, ainda, da aprovação de lei pelo Congresso Nacional<sup>35</sup>.

Na verdade, a adoção de políticas de ação afirmativa pela sociedade civil e, principalmente, pelo Estado se faz cada vez mais urgente, haja vista o ínfimo número de ‘caras pretas’ nas universidades. Portanto, está no momento de avançarmos com nossas diferenças pela igualdade de oportunidades para todos.

---

<sup>35</sup> Netto e Cavalheiro (2002)

## **4 RADIOGRAFANDO O TABULEIRO DOS CURSINHOS ou COLOCANDO AS PEÇAS NO TABULEIRO**

O capítulo traz à tona o olhar, o entendimento dos sujeitos da pesquisa a respeito dos cursos pré-vestibulares em que estão imersos. Indivíduos estes, denominados algumas vezes de peças, envolvidos de uma forma ou de outra com os cursos pré-vestibulares gratuitos. Os sujeitos compõem as peças do tabuleiro que se relacionam na dinâmica de funcionamento dos cursos. Agrupei-os em três seções, ou três subdivisões, a fim de possibilitar ao leitor a melhor compreensão do tema exposto no trabalho. Dessa forma, o principal objetivo foi mostrar as especificidades de cada grupo. O primeiro grupo é composto de coordenadores negros voluntários que estão dirigindo, organizando, estruturando as estratégias que os cursos pré-vestibulares desenvolvem frente à comunidade porto-alegrense e Grande Porto Alegre – RS. O grupo de professores não é constituído somente de indivíduos negros, mas de voluntários que acreditam e lutam pela causa dos cursos, doando um tempo de suas vidas para alunos negros e carentes que não teriam condições de arcar com as despesas de um CPV convencional. O último grupo, de estudantes negros e carentes, vem com a pretensão de estabelecer um perfil dos alunos que estão inseridos nos cursinhos. Desde já é bom explicitar que as funções das coordenações vão além de administrar os CPV.

### ***4.1 SITUANDO NO TABULEIRO CIDADÃOS NEGROS VOLUNTÁRIOS E SUA ATUAÇÃO À FRENTE DOS CURSINHOS OU COORDENAÇÕES NEGRAS NO TABULEIRO DOS CURSOS***

Os papéis que pude detectar, sendo exercidos pelas coordenações são: organização da divulgação do curso, seleção dos alunos, entrevistas com professores voluntários, promoção de eventos (como: Seminário **Jovem no Mercado de Trabalho** na ASP, e **Evento dos Profissionais** no Superação), recrutamento de professores, captação de materiais didáticos e recursos financeiros, discussão e intervenção na relação professor-aluno, quando necessário, emissão de certificados dos professores e atestados para os alunos (com vistas a conseguirem passagem escolar), controle de evadidos e das rotinas (organização do tempo e do espaço dos cursos pré-vestibulares). Embora as atividades cotidianas sejam semelhantes em ambos os

curso, é preciso explicitar algumas questões conjunturais que os diferenciam radicalmente, e têm resultados marcantes nas suas dinâmicas.

Trarei, como exemplificação de tais diferenças, a organização do espaço e do tempo. Durante o ano de 2002, cabe registrar que o curso Superação funcionou no Colégio Rosário, sendo destinadas quatro salas para o curso. Três para as aulas e uma quarta, para atividades múltiplas, tais como: atender pessoas que procuram informações a respeito do curso, acolher os professores que aguardam para entrar no seu período de aula ou atendem alunos com dúvidas, ou então, a própria coordenação, quando entrevista algum professor ou aluno, que pretende ingressar no curso.

No entanto, em um determinado momento, houve rearranjo das regras de ocupação desta sala. No mês de agosto, ocorreu que, geralmente, ficava na sala, uma noite F. e outra, N. Em algumas noites ambos, e assim por diante. A partir de setembro houve alteração. Esse compromisso (a responsabilidade pela sala) passou a ser delegado aos professores. Ou seja, numa noite ficaria um representante da coordenação, seja do IBÁ ou do curso Superação e, em outras, os professores ficavam alternadamente responsáveis pela sala. Na verdade, era feita uma escala prévia, com o nome do professor que ocuparia a sala e seria responsável por atender aos demais professores, alunos ou outras pessoas. A coordenadora N. disse: *Essa estratégia é para não sobrecarregar a coordenação e tampouco deixar a sala sozinha* (Diário de Campo, 24/09/02).

Outro objetivo desta sala era o de funcionar como sala de espera, isto é, os alunos chegavam atrasados, após o horário das 19h 15min, e deveriam esperar o segundo período para entrarem na sala de aula que, no caso, era 19h 15min. Essa atitude foi acordada pela coordenação, alunos e professores, com vistas a não atrapalhar o andamento das disciplinas no decorrer do período. *Não! Isso aí foi combinado até, por que antes não era assim, chegava aluno atrasado. Por que estava até todo mundo se conhecendo. Por que ninguém sabia se um trabalhava e se outro não, um poderia chegar mais cedo, outro não tinha condições de chegar nesse horário. Então, não tinha isso, só que ficou uma coisa que estava atrapalhando a maioria da turma. Porque era um grupo que sempre chegava atrasado, eram sempre os mesmos. Aí foi conversado. Não foi um negócio arbitrário assim: chegou atrasado, não entra. Foi conversado com a turma antes, foi dado um prazo. Aí, depois, começamos a cumprir isso. Chegava depois de 15 minutos de tolerância, esperava o próximo período, senão, só depois do intervalo para pegar as últimas duas matérias* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

No Projeto de Educação da ASP, o aluno chegava e podia dirigir-se diretamente à única sala de aula, no 2º andar das dependências do prédio. A única diferença, no que tange ao aspecto da chegada do aluno, dava-se na porta da Associação, que se encontrava fechada e sempre necessitava de alguém para abri-la. Cabe ressaltar que era a mesma sala para todas as disciplinas, com exceção da Língua Espanhola, que acontecia na sexta-feira nos dois últimos períodos, numa sala atrás da habitual. É a sala onde atualmente está sendo organizada a biblioteca cultural da Associação.

Percebe-se que o curso Superação havia recebido da direção do Colégio Rosário quatro salas, não devendo nenhuma delas permanecer vazias, porque isso poderia gerar questionamentos por parte da direção do Colégio Rosário sobre a necessidade dessa quarta sala. O Projeto da ASP não tinha essa preocupação, visto que o curso funcionava nas próprias dependências da Associação. Nota-se aí uma diferença na dinâmica das rotinas dos cursos, onde um deveria adequar-se às regras do Colégio que cedia o espaço. Já o outro, estando dentro do seu próprio ‘território’, não tinha que obedecer a regras externas para o seu funcionamento.

Uma das normas estabelecidas pelo Colégio Rosário, mais especificamente praticadas pelos porteiros do colégio, era a seguinte: eles estabeleciam algumas regras rígidas do horário de término das aulas e do material utilizado pelo professor, material que não poderia ficar nas salas, a exemplo do giz. *Assim, chegava tipo, dez para as dez, mais ou menos, ficavam com a chave, era todo o dia isso. Ah! acho que o mais era isso. Mas, incomodava os professores, porque tu está lá concentrado na aula e passa alguém com uma chave e ficava, soando, que nem um sininho* (Ent, 26/02/03, A., aluna do Superação).

Ainda que a coordenação do Superação não ficasse sempre controlando os alunos, existia uma orientação que fazia parte da rotina desses alunos. *Por exemplo, assim, chegamos às 7 horas no colégio, a ordem que tínhamos da parte da direção, tendo professor em aula ou não, fiquem em aula, não saiam fora do horário, senão for intervalo, não fiquem circulando pelo colégio, porque tem outra turma, tem o pessoal, tem o pessoal que não é do curso circulando por aí* (Ent, 01/03/03, C., aluno do Superação).

Voltando às atribuições das coordenações, pretendo discutir cada um dos itens elencados acima. Começarei pela divulgação dos cursos. O projeto de educação da ASP utiliza-se de anúncios em jornais cotidianos e, também, de recursos informais, como

exemplifica a aluna C. da ASP: *fiquei sabendo do curso pela minha tia, que participa de vários projetos comunitários e, então, ela ficou sabendo. Tive que correr para trazer os documentos que precisava, já era o último dia para inscrição.* (Diário de Campo, 27/08/02). Dos cinco alunos entrevistados da ASP, quatro ficaram sabendo pelos jornais, mais especificamente, pelo Diário Gaúcho.

O curso Superação tem como principais focos de divulgação o Programa *Hip Hop* Sul, no canal da TVE, o Jornal Correio do Povo, a Rádio Bandeirantes, Afronotícias (informativo interativo sobre relações raciais, África e cultura negra no Brasil) a Internet (n. 114, ver Anexo E). Durante a divulgação na rádio, aconteceu um fato interessante relatado por F. (Ent., 25/09/02): *a Rádio Bandeirantes tem um programa que não lembro o nome, em que temas [...] são colocados para discussão na comunidade. E as pessoas telefonam para lá dando suas opiniões sobre esses temas. E a rádio frisou o nosso anúncio, divulgando um curso de pré-vestibular para negros e negras. E a rádio colocou se isso era uma forma de racismo ao contrário, se não era uma forma de discriminar. E uma pessoa ligou para lá dizendo exatamente isso, uma pessoa que se dizia negro, um afro-descendente ligou dizendo que achava que isso era uma forma de racismo, ao contrário, que estava na verdade excluindo as outras pessoas. E quando eu falei, falei de uma coisa muito bem, que não está institucionalizada, pelo menos não do ponto de vista legal ou formal. Mas, se tu entras num cursinho pré-vestibular desses de classe média, freqüenta, em Porto Alegre ou em qualquer parte do Brasil, você vai encontrar um mínimo de estudantes afro-descendentes, e ninguém acha que haja discriminação nisso. Então, minha colocação foi além da história já comprovada pela estatística e corroborada pela Conferência Mundial de Durban. O fato de já existirem cursos só para brancos não está institucionalizado, não está no texto que os cursos são só para brancos ou só para a classe média, onde negros efetivamente não são colocados.*

Mas F. (Ent., 25/09/02) destaca outros tipos de divulgações *a gente faz basicamente em cima das ações dos projetos. Então assim: no Superação está acontecendo a visita do MEC, divulgamos a visita do MEC, conseqüentemente o Superação aparece. O Correio do Povo veio aqui fazer uma entrevista e o Superação saiu no jornal.* Esse tipo de divulgação não é feito diretamente para o chamamento de alunos, pois acontece no decorrer do ano, dependendo das atividades do curso, mas que, indiretamente, a sociedade toma conhecimento do curso, através desses acontecimentos e, muitas vezes, pode vir a ocasionar o interesse pela procura de mais informações.

No item da seleção dos alunos para ingressarem no pré-vestibular, optei por tratá-la em uma seção específica a fim de possibilitar a explanação desse aspecto, visto que trago outras implicações que são inerentes ao assunto, como o tipo de aluno que cada coordenação espera selecionar para a entrada no curso. Esta seleção faz-se de acordo com os objetivos e a filosofia que rege cada CPV.

Retomando as funções da coordenação, a promoção de eventos organizada pelos cursos tenta trazer diferentes profissionais falando do seu dia-a-dia de trabalho, onde os alunos questionam suas dúvidas a respeito da profissão que estão pretendendo abraçar para sua carreira, de como se desenvolve o curso de graduação (disciplinas, temas) etc. O Projeto de Educação da ASP organiza o “**Seminário Jovem no Mercado de Trabalho**”, a partir de um levantamento que faz com base na ficha de matrícula dos alunos, tentando, dessa forma, localizar profissionais que se disponibilizem a falar de sua graduação e de sua profissão, gratuitamente: *a gente promove o seminário O Jovem, Mercado e Trabalho, visando atender à nossa população, a gente faz um levantamento do curso de preferência, e aquele com maior indicação procura-se trazer os profissionais para tratar, falar do mercado, da profissão, do currículo do curso, enfim, dar uma visão para o aluno ou para futuro aluno, de como é o curso que está pretendendo [...]. Na verdade, a gente chamou o seminário, mas é um painel, dependendo do tempo, a gente abre para perguntas e para eles fazerem questionamentos, dúvidas. Já se fez em 2 ou 3 momentos diferentes. É até aberto ao público, mas, ultimamente, temos focado mais para a nossa clientela, as escolas de 2º grau, o Dom Pedro [...]. No ano de 2002 aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro, aí trouxemos um advogado, uma bióloga, um administrador de empresas, uma enfermeira. Isso a gente faz anualmente, sempre se procura fazer na semana que abriu as inscrições ao vestibular ou, até, na semana anterior. Porque quando eles vêem na ficha que eles preenchem, colocam a opção do curso e aí, em cima disso, a gente faz o levantamento (Ent, 29/10/02, C.).*

O Superação organizou o “**Evento dos Profissionais**”, também em setembro de 2002. E estava previsto outro para fins de novembro, mas não sei se acabou acontecendo, pois já não estava mais fazendo minhas observações no campo de pesquisa, regularmente, nessa época do ano. O evento contou mais uma vez com a colaboração do Colégio Rosário, que cedeu o auditório. Esse espaço serviu para reunir aproximadamente 60 alunos do curso, que receberem as primeiras informações de como se desenvolveria o evento. No segundo andar das dependências do Colégio Rosário, onde funcionavam as aulas, estavam os profissionais organizados em cada sala de aula, conforme as áreas: administrativas, saúde e corpo,

educação, humanas e artes, comunicação e informática, engenharia e arquitetura. Totalizando 5 salas com números que variavam de 3 a 10 profissionais em cada uma. Gostaria de destacar que o chamamento de profissionais se deu por correio eletrônico, via Internet. e, também, por meio de amigos ou conhecidos que divulgaram e atenderam ao convite da coordenação do IBÁ e do Superação (Anexo F)<sup>36</sup>. Os professores, chamados nesse evento de monitores, subiam para o 2º andar do Colégio Rosário com um grupo de cerca de 7 a 15 alunos e os encaminhavam à sala. O grupo ficava em cada sala de 15 a 20 minutos e, com o sinal do apito, tocado por F., trocavam para outra sala. Os profissionais eram todos negros, com exceção da área da saúde, na qual havia uma psicóloga branca que participava do evento. Chamou-me atenção que a maioria dos profissionais não se remetiam a sua origem social, talvez porque esqueceram de fazer isso ou porque não eram carentes ou, na sua trajetória, não havia nada de tão significativo que devesse ser contado aos alunos. Assisti a apenas 2 sessões, já que eram simultâneas; nas outras, não saberia dizer como transcorreu o desenvolvimento do evento.

Mas houve uma exceção. Na sala onde eu estava, quando o advogado colocou que: *um advogado deve saber sobre várias áreas. Mas, que gostaria de destacar que sua origem era a mesma de muitos alunos que ali estavam. O pai era portuário e a mãe costureira, e, se estava aqui hoje, é porque teve ajuda de sua família, conseguindo vencer. Sugeri aos alunos que tivessem força e garra para entrarem na universidade. E, que deviam, acima de tudo, ter um compromisso social, a exemplo dos professores voluntários* (Diário de Campo, 06/09/02). Na mesma direção, Barcellos (1996, p. 133) destaca o seguinte: “A vida como pobre é referida como uma luta dos pais ou avós para vencê-la, superá-la através da educação dos filhos, do investimento para uma casa melhor, um bairro melhor, uma escola melhor”. Quando o advogado fala a respeito da ‘força e da garra’ que os alunos devem ter para alcançarem seus objetivos, a mesma autora Barcellos enfatiza categorias semelhantes, acionados pelos seus informantes para conseguirem vencer as dificuldades que a pobreza lhes impõe na sua trajetória de vida.

---

<sup>36</sup> Uma das perguntas da ficha “Cadastro do Candidato” tenta fazer um levantamento de interesses dos alunos para este evento.

“Fé” e “garra” são elementos fortes na formulação do discurso sobre família, instância construtora dos valores e princípios morais que compõem a personalidade do indivíduo bem sucedido econômica e socialmente, sendo remetidos dessa forma, de modo direto à ascensão social (1996. p. 154).

Na atribuição de recrutamento de professores, de materiais didáticos e recursos financeiros, os cursos agem praticamente da mesma forma. Em alguns momentos fazem doação de materiais para o outro curso. No caso, o Superação doou apostilas que havia recebido do Universitário, pois os professores não aproveitaram o número total delas e resolveram oferecer ao Projeto da ASP: *Esse ano conseguimos, junto com o Superação lá do IBÁ, material de um curso pré-vestibular. Em cima do tempo que foi dado, o trabalho já tinha sido desenvolvido, não foi muito bem otimizado o uso dessas apostilas esse ano* (Ent, 29/10/02, C.). A coordenadora coloca que as apostilas não puderam ser bem utilizadas em função do pouco tempo. No entanto, este é um caso estranho, porque 3 dos 5 entrevistados colocaram que as apostilas estavam guardadas em uma sala na Associação e não teriam sido entregues à turma. Somente depois de alguns meses isso foi feito, mas esses alunos não conhecem o motivo. *Enxergamos no dia em que tivemos aula de espanhol, dentro daquela sala, porque, era assim, no mesmo dia que tinha inglês, um pedaço da turma, na outra salinha, ali foi uma aula só de espanhol, tivemos aula de espanhol com aquela professora. E aí digo, mas por quê?... não nos entregam? Sabe, aí ficamos naquela, e o erro foi nosso de não ter falado pra eles* (Ent, 19/03/03, C., aluna do Projeto de Educação da ASP).

Outra aluna conta que *no começo teve meio um atrito, porque eles disseram que iam nos largar as apostilas, e não liberavam as apostilas. E a gente queria estudar, e eles não estavam liberando, e as apostilas estavam lá e, aí, meio que a gente teve um atrito, a gente brigou, lá na Associação. As apostilas estavam lá guardadas, eu não sei se é realmente isso, mas pelo que ouvi falar dos outros alunos é essa a situação. E eles não liberavam, e a gente meio que brigou com eles pra eles poderem liberar* (Ent, 27/02/03, J., aluna do Projeto de Educação da ASP).

O problema das apostilas teve de alguma forma uma repercussão no aprendizado desse aluno. Principalmente, quando reclamam que as apostilas poderiam ter sido entregues antes para serem melhor otimizados pela turma de 2002. Esse problema mostra a falta de comunicação da coordenação com os alunos e também com os professores. Não podemos esquecer que, geralmente, existe apenas uma reunião por ano, para organizar e dar início às



atividades do curso da ASP no ano. Talvez, isso possa ocasionar a falta de comunicação entre professores e coordenação, e até mesmo de ter sido pensado não só pela coordenação, mas pelo grupo de professores qual a melhor forma de aproveitar as apostilas distribuídas. A inexistência de momentos para reuniões, pode contribuir para mal-entendidos, desperdício de materiais (como é o caso das apostilas), além disso, existe a carência de um espaço para a formação dos professores.

A coordenação sabe da importância de uma pedagoga para auxiliar os professores nas dúvidas, ou ainda, na troca de experiências para qualificar sua prática. No entanto, tal necessidade não foi possível atender porque depende do engajamento de um profissional voluntário e, infelizmente, isso não aconteceu no ano de 2002. Em contrapartida, conseguir professores tem se mostrado uma tarefa mais fácil se comparada a pedagogos. Cabe ressaltar, que ambos os cursos não têm coordenação pedagógica e, tampouco, um projeto político-pedagógico. Isso de certa forma impossibilita o avanço de algumas estratégias planejadas pelos cursos. A exemplo do curso Superação, que tinha como meta expandir as temáticas raciais, sociais para outras disciplinas. A viabilidade de tal aspecto necessita de uma formação específica destinada ao grupo de professores. Essa formação viria com a intenção de suprir uma lacuna na formação dos docentes para atuarem com a questão racial. É claro, não poderia ser qualquer profissional da área de educação e, sim, um profissional sensível ao tema e com alguma experiência sobre o assunto.

A partir de agora, passo a descrever como isso vem acontecendo. Começo pelo recrutamento de professores. No Projeto da ASP, a busca dos professores dá-se: [...] *primeiro uma reportagem tem saído sempre no início do período das inscrições, desperta o interesse das pessoas que querem fazer voluntariado e, aí, nos procuram. Outros professores do próprio curso indicam conhecidos, os próprios alunos também trazem pessoas que têm interesse, pessoas que sabem que o aluno está aqui, vêm conhecer o projeto e alguns se engajam no trabalho, e assim tem sido feito* (Ent, 29/10/02, C.). Numa de minhas notas de campo menciono: *que C. me contou como havia buscado o professor de inglês, ele era meu professor de inglês, então perguntei a ele se não queria dar aulas voluntárias num curso pré-vestibular para carentes, ele aceitou e veio, então resolvemos o problema da falta de professor* (Diário de Campo, 27/08/02).

O Superação tem conseguido seus professores com muito esforço, assim como no outro curso: *Aí está a nossa maior dificuldade. É conseguir professor voluntário, vamos nas*

*universidades, principalmente na UFRGS, por que preparamos os alunos para a Universidade Federal [...] Na UFRGS, este ano, devido ao nosso pouco tempo o que fizemos, colocamos cartazes nos murais do curso e abordamos alunos no corredor. Nos seminários que a gente tem participado, assim que tem ido estudantes e professores, fazemos apelos nos seminários. Pedimos esse ano, no início, em março, pedimos no programa Hip-Hop Sul da TVE, fizemos um apelo aos professores. E os professores que nos acompanham, tem professores que nos acompanham já há 4 anos, e outros do ano passado pra cá, e eles também têm feito esse apelo para os colegas” (Ent, 30/10/02, N.).*

Em relação à captação de materiais didáticos e financeiros é realmente muito difícil para as coordenações, visto que não contam com nenhum tipo de recurso, a não ser a contribuição dos alunos. O Superação contou com uma única ajuda: *Este ano nós, da coordenação, tiramos do nosso próprio bolso, este ano não tivemos patrocínios de nenhuma entidade. Mas, tivemos doação de apostilas, a SUSEF nos doou apostilas que vieram do Unificado. Então, elas nos doaram 1000 e poucas apostilas, e cada um dos alunos recebeu 6 apostilas. De todas as disciplinas, teoria e testes [...]. Eventualmente, nós tivemos alguns professores sim, que tiraram do seu próprio bolso para fazer xerox (Ent, 30/10/02, N.).*

A respeito da ajuda que os alunos dão aos cursos. *A turma do extensivo não dá nenhuma contribuição. Essa última turma que entrou, como não tinha um número suficiente de apostilas para eles, dão uma contribuição de 5,00 reais para fazer o xerox (Ent, 30/10/02, N.).*

No projeto de educação da ASP muda o valor da contribuição: *O cursinho se responsabiliza pela reprodução, o professor traz o material e a gente disponibiliza. Isso é feito com verba do próprio aluno, porque ele tem uma colaboração de 10,00 reais de contribuição, exatamente 10,00 reais mensais, exatamente para esse tipo de retorno para ele. E também desse dinheiro tiramos o auxílio para os professores, ou para os colaboradores que vêm de ônibus; para os que vêm de carro, a gente acabou não conseguindo fazer nenhum auxílio. Mas, para os que vêm de ônibus, nós disponibilizamos o vale transporte (Ent, 29/10/02, C.).*

A coordenação tinha a função de entrevistar os professores, a fim de que estes se inserissem no curso. Eram várias as formas como os professores voluntários chegavam aos

curso, como se viu acima. Sobretudo, a entrevista era atribuição da coordenação e se constituía num momento importante na estrutura dos cursos.

Tive o privilégio de assistir N. fazer uma entrevista com o professor de geografia para a turma de intensivo; mas, no Projeto de Educação da ASP, isso não aconteceu. Portanto, darei, como exemplo, o curso Superação: *Durante a entrevista, N. foi colocando a forma como o curso se organiza, que o IBÁ é uma Organização Não-governamental, onde o Superação não tem nenhum recurso, com exceção das apostilas doadas pelo Universitário. Não tem retroprojetor, nem mapas, e somente neste ano conseguiram o vídeo e a TV. Em contrapartida, o professor A. foi falando de sua trajetória de vida. Ele veio do interior, morou na Casa do Estudante/UFRGS, viveu durante a graduação com bolsa e, agora, se formou no semestre passado (1º semestre de 2002) em licenciatura em geografia. Atualmente faz bacharelado em Geografia, trabalha em uma empresa na Grande Porto Alegre. Mas, apesar de estar empregado, não se esquece do seu passado, e não é agora que vou virar um mercenário. Por isso tudo quer contribuir com a causa do Superação* (Diário de Campo, 20/08/02).

O controle de evadidos é também tarefa das coordenações. No entanto, conforme o relato da coordenadora do Superação, a evasão é percebida pela lista de chamada, logo, não se tem um controle imediato dos alunos que estão desistindo do curso. Já no Projeto de Educação da ASP, é averiguado através das justificativas que os alunos devem preencher ao se evadirem do CPV. Tanto que, quando fui solicitar as fichas dos alunos que estão arquivadas no curso, a coordenadora da ASP deixou separadas as pastas dos alunos evadidos dos que foram até o final do curso. Já no Superação, a coordenadora entregou-me todas as fichas, sem nenhuma classificação entre alunos que ainda freqüentavam e evadidos.

No caso do Superação: *percebemos, através da chamada, ligamos para esses alunos. Alguns vêm avisar que vão desistir, outros começam a faltar, e ligam agradecendo a oportunidade que tiveram. Os que desistiram vêm devolver a apostila. Não aceitamos de volta, para eles continuarem tendo a oportunidade de, pelo menos, estudarem em casa a apostila que receberam no início do curso* (Ent, 30/10/02, N.).

No projeto da ASP, o aluno tem que preencher sua justificativa de desistência por escrito, a fim de que a coordenação possa fazer o controle. Este aluno que justificou sua saída, no próximo ano poderá reaver sua vaga, estando esta garantida se resolver retornar ao curso.

Enquanto que o aluno que abandona o curso terá que disputar uma vaga novamente com alunos de fora do curso. Essa exigência é feita através do acordo com o discente, onde o objetivo é *uma exigência que a gente faz, até para poder manter o material para eles, então, se ele estiver em dia com a contribuição dele, e veio fazer a desistência formalmente, no ano que vem, se ele vier dizer que quer continuar, a vaga dele está garantida [...]* (Ent, 29/10/02, C.).

Com respeito à relação dos alunos com os professores, a coordenação intervinha de acordo com as necessidades. Sua função nessa relação educador-educando era muito mais a de refletir, discutir, junto ao professor ou ao aluno, sobre suas ações. Existe um caso que merece destaque: quando a coordenação do Superação encontra algum aluno que perturba, desrespeita o professor e colegas, esta tem o seguinte procedimento, segundo a coordenadora (Ent, 30/10/02, N.), *damos 3 advertências orais e, depois, convidamos esse aluno a se retirar do curso.*

A coordenação do Projeto de Educação, C. coloca que há momentos que são marcados por um diálogo entre aquela e o professor, a respeito dos alunos. Geralmente são pontos como: *a gente discute as dificuldades do aluno, levamos as dificuldades até o aluno. Este traz que não está gostando da maneira do professor trabalhar, está achando que somos 'muito criancinha'. Então, esse tipo de coisa, de relação professor-aluno, tentamos aparar as arestas nas dificuldades que acontecem, a gente faz com muita frequência* (Ent, 29/10/02, C.).

As coordenações de ambos os cursos emitem certificados aos professores que trabalham no curso. Normalmente, na ASP, quando solicitam, a coordenadora (Ent, 29/10/02, C.) destaca que *já saíram mas, ainda não conseguimos fazer isso, mas a idéia é encaminhar para cada um que colaborou neste período todo e que já não está. E tem gente que está desde o começo, há 7 anos [...] então damos esse certificado. O E. (professor<sup>37</sup>) é um que, inclusive, conseguiu trabalho enquanto acadêmico com o currículo daqui.*

No Superação é feito da seguinte maneira: *todos os anos a gente prepara para os professores os certificados, falando do trabalho que eles fizeram, não só para aqueles que são graduados, mas, para aqueles que estão na pós-graduação ou pretendem fazer pós-*

---

<sup>37</sup> Parênteses que coloquei para identificar o “E.”.

*graduação. Porque esse trabalho voluntário também conta na pontuação de concursos (Ent., 05/01/03, F.).*

Além dos certificados dos professores, ambos os cursos emitem um atestado fornecido aos alunos, a fim de que estes possam conseguir o auxílio para passagem escolar: *[...] recebem o atestado para fazer a carteirinha escolar, e eles compram as passagens escolares. E nós realizamos no dia 05 de outubro um galeto, e esse galeto foi para ajudá-los na compra de passagens, alguns que não cobrem todas as necessidades. Mas, eventualmente, a gente podendo auxiliá-los [...]* (Ent 30/10/02, N.). Nota-se que a atribuição da coordenação vai além da emissão de atestados, mas, também, organizam almoços e outros eventos com a finalidade de ajudar aos alunos.

As coordenações que estão à frente dos cursinhos têm um papel de organizar toda sua estrutura, mas, acima de tudo, de formar cidadãos, sejam carentes ou negros. E esse papel, apesar das adversidades, principalmente financeiras, tem sido desenvolvido. Porque todos os anos têm saído novas edições dos cursos, contemplando a média de 50 a 100 indivíduos por ano que são preparados para enfrentar o concurso vestibular, tanto das universidades públicas, quanto privadas. O trabalho feito sob a liderança destas pessoas, evidentemente não sozinhas, porque sabemos da contribuição dos professores, tem seu mérito por estarem desempenhando um papel social crucial na vida de alunos, que não teriam como pagar um curso pré-vestibular. As coordenações têm mostrado sua coragem para assumir sua identidade racial, no caso do Superação que seleciona negros, sem medo de ser incutido na legislação por discriminação. Já o Projeto da ASP, na sua essência, tem um enfoque mais social, mas não deixa de abranger a temática racial. Essas iniciativas negras tem um diferencial numa sociedade que têm uma dívida com a população negra por seus quase 300 anos de opressão.

#### **4.1.1 ESTUDANTES NEGROS E CARENTES, QUAIS SERÃO SELECIONADOS PARA CONSTITUÍREM O TABULEIRO DOS CURSOS? OU QUE TIPO DE ALUNO AS COORDENAÇÕES DESEJAM SELECIONAR PARA OS CURSOS?**

Passando a descrever como foram feitas as seleções dos alunos pelos cursos, começo pelo Projeto de Educação da ASP. A seleção para ingresso no curso, em 2002, foi feita a partir de dois critérios: prova de redação e renda. A classificação deu-se em função da tabulação crescente da renda, selecionando-se o aluno carente, independentemente de cor. A partir da divulgação feita pelo curso, os alunos se inscrevem, completando uma “*ficha*

*cadastral e de pré-inscrição*”, formada por 2 partes: dados do candidato<sup>38</sup> e dados subjetivos sócio-político-educacional e racial. A segunda parte da ficha constava de 3 perguntas abertas e 1 semi-aberta (Anexo G).

A partir de agora, analisarei que tipo de informações essas quatro perguntas dos “dados subjetivos sócio-político-educacional e racial” queriam descobrir dos alunos. A primeira, ou melhor, a questão de número 17 dizia: *Existe relação entre o abandono escolar e pobreza? Explique.*

A implicação que a pergunta traz é: se a falta de condições financeiras do indivíduo tem relação com a evasão do aluno da escola. Poderia-se pensar que tal pergunta da coordenação, veio na direção de pensar sobre a família de um aluno que não tem condições para pagar seu material escolar, sua alimentação, seu transporte escolar, seu vestuário etc. Ainda poderia ser na perspectiva de que muitos alunos abandonam a escola porque necessitam trabalhar para ajudar no sustento das famílias. Outros desistem porque precisam cuidar dos irmãos mais jovens, para que seus pais possam trabalhar e tenham com quem deixar os filhos pequenos. Existem aqueles pais que exploram seus filhos, fazendo com que eles peçam esmolas nas ruas, avenidas. Todos esses fatores, entre tantos outros que poderiam ser levantados, contribuem para que haja uma relação entre a pobreza e o abandono escolar.

A questão de número 18 menciona: *Na sua opinião quais os principais problemas vividos pelos trabalhadores? Quais são suas causas?*

O que especificamente queriam saber com essa questão? Se é o desemprego, a fome, a falta de recursos econômicos para sustentar sua família, se esses são os problemas experienciados pelos trabalhadores? E quando falam das causas desses problemas? Poderiam levar os alunos a pensarem que a causa seria a falta de uma política governamental para atender a essa camada da população. Ou, que os precedentes dos problemas poderiam ser, justamente, a maneira como a renda é distribuída no país, de forma desigual. Isso faz com que uns tenham tantos problemas e outros quase nenhum.

As duas primeiras questões, são de ordem econômica e social, e levam o aluno a refletir sobre a escola e a evasão e, também, a respeito do trabalhador e de suas dificuldades.

---

<sup>38</sup> Estarei tratando dos “dados do candidato” no item: Situando os Alunos no Tabuleiro dos Cursinhos ou De Onde Vêm e Para Onde Vão?

Em relação às dificuldades vividas pelas famílias, gostaria de exemplificar com os sujeitos da tese de Barcellos (1996, p. 220):

O pai de Rogério foi muito pobre na infância. Morava num bairro pobre. Aos 6 anos trabalhava como entregador de pão de um panifício próximo. Empregou-se na Prefeitura de Rio Grande onde trabalhava na ‘zorra’ (máquina utilizada para rebocar os bondes enguiçados) sendo, portanto um trabalhador braçal. Estudou depois de casado.

Já as duas próximas questões são de cunho racial. Vejamos a de número 19: *A população afro-brasileira é de 44% do total da população brasileira segundo o IBGE. Deveríamos encontrar esta mesma proporção de afro-brasileiros nas universidades públicas. No entanto, não passa de 1,6% o número de afro-brasileiro freqüentando universidades. Como você explica isto num país que se define por uma democracia racial?*

Ao mesmo tempo em que a ASP deseja encontrar, nas respostas dos discentes às questões de cunho social, não pode deixar de lado também as cunho racial. Ou seja, a coordenação questiona o aluno a respeito da relação entre pobreza e escola, sobre os problemas enfrentados pelo trabalhador, questões estas de cunho social, mas também questiona os alunos em relação à democracia racial. Esta última, de cunho racial. Porque é uma associação que está orientada para privilegiar o cidadão negro, através de suas festividades, oferecidas durante o ano (a exemplo, do Troféu Zumbi)<sup>39</sup>. Pareceria importante para ASP saber a opinião dos alunos a respeito do pequeno número de universitários negros, independentemente de sua cor.

De alguma forma, as questões acenam para o tratamento que as coordenadoras dão para as questões de cunho social e racial. Estava-se selecionando um aluno carente, mas, ainda assim, as questões raciais fazem parte da pauta do curso. Em uma das minhas anotações do campo, a coordenadora C. dizia: *que não poderia selecionar somente negros no curso, porque isso é contra a lei, como era feito em outros cursos* (Diário de Campo, 10/09/02).

---

<sup>39</sup> Este é um evento promovido pela ASP na Semana da Consciência Negra, no dia 20 de novembro. Tem por intuito homenagear alguma personalidade da sociedade, geralmente negra, que tenha se destacado em prol de ações feitas para beneficiar a comunidade brasileira, ou porto-alegrense. *Normalmente, tu mandas correspondências para algumas entidades pedindo indicação de um nome de pessoa da sociedade, e, a sociedade instala uma comissão, para analisar os currículos e escolher entre eles, a pessoa que vai receber o Troféu Zumbi do ano* (Ent, 29/10/02, C.).

No entendimento de C., dentro dos carentes estariam os negros: [...] *quando falamos em carentes, se formos avaliar o nível sócio-econômico dos nossos alunos, vamos ver que a maioria dos que conseguiram entrar são de descendência Afro. Talvez, não sejam de cor preta, mas tem mulato, tem negros, tem pretos de todas as tonalidades. E, por isso, por existir muita mistura na nossa população, acho que a questão do resgate das nossas raízes não passa por essa questão de só para negros, ou só para brancos, acho que estou discriminando na verdade. Entendo assim, nós entendemos assim, e a seleção se faz ao natural* (Ent, 29/10/02, C.).

A professora de Cultura e Cidadania conta a mudança que houve: *Quando o projeto veio aqui para Porto Alegre, a idéia básica era essa, oferecer apenas para negros. Tanto que a implementação do Projeto, nas primeiras turmas era 99% de negros, porque ele nasceu ali na Vila Cruzeiro, se não me engano. Mas, depois, a procura, como é algo aberto, outras pessoas brancas foram se aproximando. E aí os coordenadores não tiveram como barrar, não tem por que. E existe inclusive uma legislação que é contra a discriminação dos negros, que serve também contra a discriminação do branco. Então, foram aceitos brancos também aí, enfatizando justamente a dificuldade econômica dessas pessoas. Mas foi algo que foi difícil de trabalhar, inclusive, dentro da própria coordenação do Projeto, porque havia professores que não concordavam. Tanto que uma delas se retirou do Projeto porque o Projeto, segundo ela, estava sendo desvinculado, ao abrir para qualquer pessoa carente. No Prontidão tivemos essa intenção primeira de beneficiar e favorecer, de abrir oportunidade para os negros. Até porque a Associação é uma Associação negra. Mas não conseguimos fazer isso porque, quando a gente viu, tinha gente lá, branca, e tu olha no contra-cheque, ou a renda familiar das pessoas é trinta reais por pessoa, a renda familiar* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Entre o formato anterior de atender somente negros e, após a mudança, que passou a enfatizar carentes, talvez, esse processo ainda esteja em construção, tanto para a coordenação quanto para alguns professores que acompanharam essa inovação. Digo isso porque, apesar do curso ser para carentes, sempre se faz presente a questão racial. *E com isso abrimos, hoje temos basicamente, assim, 55% de brancos e 45% de negros. Como fazer pra reverter isso, porque, o nosso objetivo é maciçamente a população negra, e acredito que ainda tem que se fazer um trabalho social. Um trabalho de motivação nas próprias moradias das pessoas. E aí precisaria uma campanha maior com outro cunho, que é justamente voltado para a elevação da auto-estima das pessoas* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).



A fala de um dos alunos entrevistados vai nessa mesma direção do pensamento da coordenadora e da professora. *É assim, prefiro pensar da seguinte forma, existem negros carentes, também existem brancos carentes, e essa questão, eminentemente ou não, enfatiza o curso pra carentes negros ou não, até não sei. Mas se existem carentes negros e carentes brancos, nada mais justo que colocar em pé de igualdade, porque assim, como os carentes reclamam que o pessoal mais privilegiado no vestibular pagou um bom curso, foi lá fazer. Também o pessoal carente tem o mesmo direito, tanto branco quanto negro. E se o pessoal negro ficar de fora tem os seus motivos, ou não estudou, ou não estava preparado, ou de repente o aluno branco estava mais preparado que o aluno negro e não deu, meu. Vai da qualidade de cada um, da inteligência de cada um, da vontade de querer passar* (Ent, 28/02/03, G., aluno do Projeto de Educação da ASP). A fala desse aluno entrevistado, um jovem negro, mostra que o pensamento da coordenação está de alguma forma embutido na visão do aluno.

Na verdade, tais perguntas caminham na direção de explicar as desigualdades sejam raciais ou sociais, pelo viés da pobreza. Barcellos traz à tona essa discussão quando fala sobre ascensão social: “No discurso sobre ascensão social, a luta, as dificuldades, são referidas enquanto esforço para vencer a pobreza. Esse esforço é maior devido à condição de ‘negro’ ” (1996, p. 230). A luta e a garra são condições indispensáveis para vencer as dificuldades e a pobreza que impõe a vida ao negro. Mais que isso, vencer a pobreza significa vencer as dificuldades da vida. Dessa forma, ASP trabalha na tentativa de conscientizar os alunos de sua luta diária, de seu esforço para tentar mudar o quadro de exclusão que o negro sofre na atual sociedade. A mudança de tal contexto só é possível a partir do esforço, da luta, do próprio negro para transformar a realidade.

O trabalho que a ASP vem desenvolvendo, através da iniciativa do Projeto de Educação, tem como objetivo desenvolver uma consciência racial e social. Essa consciência reforça a solidariedade intra-racial, ou seja, a solidariedade entre os próprios negros. No caso da associação, constituída por integrantes negros, desenvolve um projeto para atingir tanto negros como carentes. Adão coloca o papel das sociedades recreativas na luta do Movimento Negro Atual como reposta político-cultural à sociedade:

A exclusão econômica e geográfica sofrida pelo negro gaúcho influenciou e fortaleceu o desenvolvimento de uma consciência racial no próprio meio negro, em nível político, o que, conseqüentemente, reforçou uma

solidariedade intra-racial, mesmo no contexto de exclusão, fazendo com que a assimilação ou integração ao “mundo branco” acontecesse bem mais tarde e em menor número. O espaço típico onde aconteceu e acontece esta solidariedade intra-racial são as sociedades recreativas. A organização dessas sociedades em todas as regiões do Estado, fundadas e freqüentadas exclusivamente por negros, representou uma resposta político-cultural (2002, p, 81).

Voltando ao questionário, a última pergunta, a 20: *Você participou de alguma organização de moradores, entidades do movimento negro, partido político ou grupo de comunidade religiosas? ( ) Sim ( ) Não Qual e onde?*

O interesse da coordenação nessa questão pode consistir, principalmente, num aluno que seja atuante na sociedade e preocupado com as questões sociais e raciais. O motivo de saber “qual e onde” era para conhecer que tipo de aluno estava se considerando: um aluno mais político, um atuante no movimento negro, com preocupações que viessem a beneficiar o negro, ou aluno ativo na sua vila ou bairro. De alguma forma, a tentativa era a de descobrir se esse aluno tinha algum tipo de pré-requisito que pudesse ter ajudado a desenvolver sua consciência crítica.

De uma maneira ou outra, a preocupação dos cursos tem ido além da preparação para o vestibular. Não podemos deixar de perceber isso, descrito em vários trechos desse estudo. O curso da ASP tem se orientado por desenvolver as questões sociais na sua disciplina “Cultura e Cidadania”, que visa trazer à tona, também, a temática racial, fazendo os alunos refletirem sobre os temas afins a essa problemática. Fonseca (2002, p. 214-5) coloca o papel desses cursinhos como ultrapassando os conteúdos do vestibular:

Somente preparar os alunos para o vestibular não deveria ser o único, tampouco o principal objetivo dos cursinhos. Os cursinhos “alternativos” têm apresentado uma proposta inovadora, a preocupação com o desenvolvimento da cidadania, pela conscientização e formação de pessoas críticas de seu papel na sociedade. Como uma das maiores dificuldades no sistema ensino-aprendizagem é a baixa auto-estima e o sentimento de inferioridade que muitos candidatos apresentam, ao deparar com provas que exigem um grau muito maior de reflexão e conhecimento, a atuação desses cursinhos na preparação de uma consciência crítica é muito mais útil do que a “simples” apresentação de conteúdos.

O preenchimento das fichas veio seguido pela seleção dos alunos, feita pela coordenação, com ajuda de alguns professores. *Nós disponibilizamos 55 vagas e fizemos uma seleção onde houve 155 inscritos; selecionamos 70, 50 para as vagas e 20 para a lista de espera. Destes 20 da lista de espera, já chamamos 10, em função das desistências. É problema econômico, problema de trabalho, muitos conseguem trabalho no horário de aula, então, é incompatível, eles acabam desistindo. Hoje temos em torno de 30 alunos, há também muita falta, ausência, em momentos diferentes* (Ent, 29/10/02, C.). Depois de selecionados os 70, os alunos preencheram a ficha de matrícula (Anexo J).

No curso Superação, à medida que viam a divulgação do pré-vestibular, os candidatos a alunos ligavam para a residência de F. e de N., deixando seu nome e telefone para contato. Na minha primeira observação, registrei no Diário de Campo (20/04/02) o seguinte: *um candidato a vaga que estava sentado perto me disse que viu o anúncio no Correio do Povo e ligou para o IBÁ. Ao ligar, falou com F., que anotou o telefone para contato. Passado um tempo, ligaram para casa dele dizendo que era para vir hoje no Mercado Público para entrevista. E agora, de entrevista virou preenchimento de fichas.*

Como vinha dizendo, a coordenação do IBÁ e do Superação retornaram o telefonema aos alunos, solicitando que comparecessem ao Mercado Público para seleção. Esta se desenrolou na sala 10 do Mercado, existindo uma fila de espera para entrada na sala. Foram cerca de 3 grupos de 100 alunos que concorriam às vagas do curso. Os candidatos responderam a dois questionários: *“cadastro do candidato”* e *“Curso pré-vestibular para negros e carentes Superação - Algumas questões importantes”* (ambos constam no Anexo C e D)

O primeiro questionário estabelecia o perfil do aluno, constituindo-se de 5 tópicos: nome, endereço, dados pessoais, dados escolares, o candidato e o vestibular<sup>40</sup>. Conjuntamente com o preenchimento desse cadastro, eram anexados: as fotocópias da identidade, Cadastro das Pessoas Físicas (CPF) e os comprovantes de escolaridade e de renda familiar<sup>41</sup>. O segundo questionário constava de 10 perguntas fechadas de caráter social, racial, histórico etc. Cabe destacar que, antes das questões, o aluno era advertido de que não era obrigado a se

---

<sup>40</sup> Retomarei este questionário de maneira analítica quando tratar do item aluno, onde traçarei um perfil dos alunos que estão inseridos nos cursos.

<sup>41</sup> Utilizei-me dos dados do primeiro questionário para construir o perfil dos alunos que está nas próximas seções.

identificar. Por esse motivo optei por analisá-lo aqui neste trecho da dissertação, já que não identifica nem sexo, nome ou qualquer outro tipo de informação que possa determinar de que indivíduo está se falando<sup>42</sup>. Ainda assim, o questionário traz dados importantes para o estudo da dissertação, pois tenta traçar um perfil do interesse que leva o aluno a procurar esse curso, sua identificação étnica, se já sofreu ou presenciou discriminação racial e outras questões<sup>43</sup>.

Na pergunta de nº 1: *Por que te interessastes por 'este' curso especificamente (podes marcar mais de uma alternativa)?*

Na resposta do aluno os coordenadores pretendem verificar quais os motivos que levam o aluno a procurar esse curso: se em função do aspecto financeiro, ou se é porque é especificamente para negros? Na tentativa de descobrir o motivo que levou o aluno a procurar o curso, a coordenação oferece várias possibilidades, mas sempre incluindo e esperando encontrar a principal opção: a questão racial. Se, no caso da ASP, as desigualdades podem ser explicadas pela pobreza, caso semelhante não acontece com o Superação. Neste curso as desigualdades são associadas ao fator racial. O entendimento da coordenação caminha na perspectiva do que Adão menciona:

Porém, os estudos também apontam que mesmo controlando a influência de variáveis como nível de renda, local e região de residência, os negros continuam a apresentar um perfil educacional inferior. Ou seja, existe também um ambiente escolar hostil ao negro, que tem sido detectado no currículo, no material didático, nos livros de literatura infanto-juvenil e de comunicação e expressão (2002, p. 85).

Ainda que se equiparem às desigualdades entre a renda de um negro e de um branco, mesmo assim vai continuar existindo diferenças, porque as especificidades dos negros não vão ser atendidas na escola, através do currículo; na universidade, devido ao pequeno número de estudantes negros, e também um currículo despreparado para atender às seqüelas que acompanham estes indivíduos que são oriundos, muitas vezes de uma escola deficitária; nos

---

<sup>42</sup> Salvo os alunos que optaram por se identificar, colocando seu nome.

<sup>43</sup> Analisarei aqui apenas os dados dos alunos que foram selecionados para estudarem no curso, pela coordenação, que somam 137 alunos.

postos de saúde que praticamente desconhecem sobre as principais doenças que atingem esta camada da população, entre outros.

A questão de nº 2: *Como te identificas etnicamente?*

A questão está diretamente vinculada à preocupação com a identidade do candidato à vaga do cursinho, se ele assume sua negritude, ou prefere ser pardo ou moreno, por exemplo. Essa questão torna-se um paradigma a ser trabalhado nas frentes de atuação do curso, tanto na disciplina de “Modelos Civilizatórios Africanos”, quanto de “Direitos Humanos e Cidadania”. Inclusive, no dia em que preencheram essa ficha, a palestra no final desse dia mostrava que se estava à procura de um aluno assumidamente negro, ou que viesse a desenvolver essa postura no decorrer do ano no curso. Porque, além das disciplinas citadas, a coordenação oferecia aos alunos outros espaços que projetavam as questões do ser negro, a exemplo do Teatro da Anemia Falciforme<sup>44</sup>.

As perguntas 3 (*O que pensas do Movimento Negro do Brasil?*), 4 (*Conheces alguma organização do Movimento Negro em sua cidade?*) e 5 (*O que entendes por ação do Movimento Social?*) visam o Movimento Negro e o Movimento Social de uma maneira genérica. Mas, em primeiro lugar, o Movimento Negro, verificando o que este aluno conhece sobre as entidades desse movimento. Tenta colocar a importância que este movimento tem para a nossa sociedade e, acima de tudo, se o aluno já visitou alguma entidade desse tipo. Não podemos esquecer que a coordenação é constituída de militantes do Movimento Negro e que o curso está vinculado a uma ONG do Movimento Negro. Logo, suas bandeiras de luta e atuação estão presentes nos objetivos do curso e na sua dinâmica. A conscientização negra é um dos focos do curso. Essa preocupação caminha na seguinte direção explicitada por Silva (2001, p. 39): “[...] a atualidade do Movimento da Consciência Negra está na proposta de uma drástica autocrítica que obriga o negro a se desnudar diante de si para saber quem ele verdadeiramente é. Dentro desse conceito, essa é uma condição *sine qua non* para se dar continuidade à luta com uma firmeza ideológica fortalecida”. Mais adiante, na pergunta 5, o enunciado trata do Movimento Social, levando-nos a pensar na seguinte alternativa: se o

---

<sup>44</sup> O Teatro da Anemia Falciforme foi um evento organizado e coordenado por N. (coordenadora do Superação), que tem o objetivo de mostrar para as pessoas de maneira simples e objetiva no que concerne esta doença que aparece com maior frequência na população negra.

aluno não conhece nada sobre o Movimento Negro, será que sabe alguma coisa a respeito de algum Movimento Social?

Agora, passo à questão de nº 6: *Já sofrestes ou presenciaste discriminação racial?* Com este questionamento, a coordenação do curso tenta verificar se o aluno sofreu ou presenciou discriminação. Mas, será que este aluno sabe o que significa o conceito embutido nessa palavra? Com certeza os alunos responderam à pergunta, pensando na discussão que se tem a respeito do tema no senso comum. No entanto, a pergunta está intrinsecamente ligada às disciplinas oferecidas pelo curso com o propósito de discutir os direitos dos cidadãos. Na verdade, também se ensinam formas de ação, das quais o aluno poderá lançar mão quando vier, eventualmente, a sofrer qualquer tipo de discriminação. O ensinamento se dá justamente, no relato das experiências e como cada um agiu no instante vivido. Por exemplo, [...] *porque as experiências que passei de discriminação, de racismo, outras, as que eu passei, outras pessoas não passaram, então tu coloca no grande grupo, aí, ela coloca a experiência dela, eu coloco a minha, quer dizer, um dia posso estar na experiência dela e ela na minha posição. Ela pode lembrar de como eu agi, e eu posso lembrar de como ela agiu, e isso era abordado nas aulas de direitos humanos e cidadania. Porque nos intervalos tu não tem tempo, 10 minutos não tem tempo, é só ir no banheiro e voltar. Então, o grande diferencial são essas duas disciplinas com certeza* (Ent, 01/03/03, C., aluno do Superação).

As questões 7 (*Quem foi João Cândido?*), 8 (*Qual (is) destes famosos escritores brasileiros era negro?*), 9 (*Quem foi Dandara?*) e 10 (*Luanda é capital de que país?*) são de caráter histórico, geográfico e literário. Mas estamos falando de uma literatura e da historiografia do negro, da parte geográfica de um país africano, não a de qualquer indivíduo. O aluno candidato à vaga necessitava conhecer essas questões para poder assinalar com segurança. Então, faço um questionamento: que tipo de aluno oriundo de uma escola pública tem esses conhecimentos? Eram respostas difíceis de serem respondidas, seja por um aluno com 19 anos ou por um aluno com 30 ou 40 anos. O primeiro, porque, geralmente, não aprendeu e, se aprendeu, talvez nem tenha se concentrado nesse momento da aula, quando se está numa idade em que a paquera, o namoro é muito mais importante e prazeroso do que qualquer assunto que possa cair na prova. Já o aluno com 30, 40 anos não se recorda mais do que aprendeu, já faz tanto tempo que está longe da escola.

Com as 10 questões brevemente expostas, fica explícito o aluno negro que o curso deseja selecionar, ou seja, um aluno comprometido com a sua raça<sup>45</sup>. Por meio das discussões travadas em sala de aula, através das disciplinas atípicas ao vestibular, pretende-se despertar no jovem ou no aluno mais velho o interesse pelo assunto e, talvez, até o engajamento nas lutas que o Movimento Negro vêm apresentando na sociedade brasileira. Silva W. (2002, p. 57) retrata esse aspecto:

Rompendo com a “invisibilidade” que nos querem impingir, esses cursos, até mesmo por sua simples existência, expõem à sociedade a necessidade de espaços específicos para que negros e negras se formem e superem séculos de opressão e superexploração. Servindo como espaço para formação de uma consciência racial crítica e sintonizada com o contexto político-social em que estamos insertos, esses mesmos cursos podem servir como palco para a formação de novas gerações de militantes que nos permitam “seguir em frente”, unindo ciência e consciência.

Retomando a cena da seleção no curso, concomitantemente ao preenchimento das fichas, F. estava respondendo às dúvidas dos candidatos: *se o tempo que ficou afastado da escola era um problema? Tinha limite de idade? Como ficaria o material didático do curso, já que era gratuito?* (Diário de Campo, 20/04/02).

No quadro-verde da sala estava escrito: *Curso Superação: gratuito; professores voluntários; para afro-descendentes de baixa renda; aulas à noite (segunda-feira à sexta-feira), sábado (manhã); já existe há 4 anos* (Diário de Campo, 20/04/02).

Logo após, houve uma palestra com o professor Jairo (um dos professores que trabalhou a disciplina “Modelos Civilizatórios Africanos”), que colocou: *sobre nossos antepassados que contribuíram para economia fundante [...], dizendo: não basta passar no vestibular e sim é preciso que essa cor negra tenha consciência política e social, precisamos dizer que o conhecimento surge na África...* (Diário de Campo, 20/04/02).

Notem que, durante a palestra, ele friza, para alunos, um dos objetivos do curso: formar, nos alunos negros, uma consciência do seu papel na universidade.

---

<sup>45</sup> Definida conforme Barcellos (1996), Guimarães (1999).

Gostaria de enfatizar que, ao chegar ao Mercado Público, encontrei uma candidata ao curso. Ela me narrou *que tinham ligado para casa dela dizendo que era para comparecer às 9:00 horas da manhã de sábado, mas ela nem sabia direito para que havia sido chamada. Ela revelou que a mãe dela a inscreveu. Perguntei se ela gostaria de fazer o curso? Ela me disse que a mãe a inscreveu, mas que ela gostaria de fazer o curso* (Diário de Campo, 20/04/02).

Para mim, essa passagem mostra o desejo da mãe de que a filha ingresse na universidade. Mas, será que esse desejo irá mobilizar a filha também para o estudo? Muitas vezes, o desejo que os pais têm de que seu filho entre numa universidade não é o desejo do filho, e isso, acaba se refletindo no desinteresse pelas aulas, sendo visto até pelos colegas. A exemplo de uma entrevista que fiz com um dos alunos: *Outro dia estava conversando com o F., que têm pessoas que é o pai e a mãe que querem o vestibular e não o próprio aluno, o aluno vem mais na obrigação* (Ent, 08/10/02, A., aluno do Superação). Por outro lado, a atitude da mãe pode ser interpretada, talvez, porque veja na educação ou, mais precisamente no curso pré-vestibular, uma possibilidade de mudança no futuro de sua filha. Barcellos menciona: “Entretanto, a educação, a escolaridade, segue sendo um valor perseguido como meio de preparar a vida adulta com independência e respeitabilidade” (1996, p. 214). Mais adiante Barcellos coloca como os pais agem frente à educação de seus filhos. “A postura verificada em Geraldo (o valor à educação e a ‘cobrança’ sobre os filhos), é a mesma de Ivo. Essa exigência, também Rogério sentiu em seu pai e sua mãe: o incentivo e a cobrança” (1996, p. 214).

Eram cerca de 300 candidatos inscritos para 75 vagas. No entanto, a coordenação resolveu ampliar as vagas e, ao invés de única turma, passou a constituir 3 turmas para dar conta dessa grande demanda de alunos interessados no curso. É claro que essa ampliação trouxe um vulto de trabalho para coordenação como: busca de professores voluntários que abarcassem as 3 turmas, negociação com Colégio Rosário para conseguir mais salas de aula, o material didático teria que ser reproduzido em maior número e isso implicaria em custos. Todos esses fatores ocuparam um tempo enorme da coordenação, que acabou por impedir sua organização para dar conta de outras tarefas. Por exemplo : a necessidade de formação de professores para atuarem em relação às discussões das questões sociais e raciais nas suas disciplinas, sejam exatas, sejam humanas. Essa responsabilidade não deveria ser delegada apenas para o professor das disciplinas de “Direitos Humanos e Cidadania e Modelos Civilizatórios Africanos”, porque essa tomada de consciência das questões sociais e raciais era um dos objetivos do curso.



A partir do momento em que a coordenação e professores decidiram expandir o curso, houve um aumento de trabalho e, em vários momentos, a coordenação não conseguiu dar conta da demanda. E, os alunos percebiam essa deficiência: *Eu acho, que, era porque, às vezes, eram duas, mas, às vezes ficava só uma, e acho que era muita coisa, porque eram três turmas ao mesmo tempo, fica difícil* (Ent, 26/02/03, A., aluna do Superação).

As oportunidades de ingresso para alunos negros e carentes no curso são inversamente proporcionais à sua renda familiar, ou seja, quanto menor é a renda, maiores são as chances de ingresso. Anualmente é feita a seleção através da comparação da renda dos candidatos. Outros critérios são: se o aluno concluiu o Ensino Médio em escola pública; e se a localidade da sua residência é em vila, bairro etc. A coordenação do curso parte do pressuposto de que os alunos residentes nos lugares mais pobres de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre têm sua renda comprometida, não podendo pagar um curso pré-vestibular. Então, segundo N.: *no extensivo entraram 160 alunos. Com o intensivo agora nós temos 130 alunos, é a média. No intensivo, então, entraram 45 alunos*<sup>46</sup> (Ent, 30/10/02, N.).

No entanto, essa seleção foi muito questionada por parte dos professores e, até, pelos próprios alunos em sala de aula. Participei de uma reunião pedagógica e ficou clara a crítica feita à seleção. *Não estamos contentes com a seleção dos alunos. E queremos participar da próxima seleção. Tem muito aluno ali que veste roupinha e tênis de grife* (Diário de Campo, 05/10/02). E duas alunas diziam que foram várias vezes questionadas pelos seus colegas se eram realmente carentes. *Uma colega chegou para mim, e me perguntou: tem certeza que tu mora na zona norte?* (aluna B.). *Como tu pode ser pobre se tu tem uma tia que mora na França?* (Aluna K.) (Diário de Campo, 09/11/02).

As seleções dos alunos tornam-se um aspecto importante no papel desempenhado pelas coordenações dos cursos. Pois, com base nessa seleção, alguns alunos vão ser contemplados e, outros, mais uma vez, não terão uma oportunidade de rever seus estudos gratuitamente. Com base na grande quantidade de alunos que ficam excluídos do processo, pode-se constatar a urgência e a necessidade de políticas públicas que atenda a essa massa de alunos que não dispõem de recursos financeiros para pagar um pré-vestibular particular, dificultando, ainda mais, seu acesso aos bancos universitários. Seja negro ou carente, selecionar cada candidato

---

<sup>46</sup> Na verdade, pude acompanhar mais diretamente a seleção de alunos do extensivo; já a do intensivo não foi possível, em função de compromissos profissionais.

às vagas oferecidas pelos cursos é uma tarefa difícil, visto que as coordenações desejariam ajudar esse indivíduo a ir em busca de seu sonho, rumo à universidade. Para essas centenas que ficam de fora dos cursos, seu sonho acaba se tornando uma utopia. Qual o estímulo, que jovens e adultos desempregados ou com uma jornada de trabalho de 40 horas ou mais, tem para estudar em casa, sem nenhum tipo de ajuda para esclarecer suas dúvidas? Na verdade com a oportunidade dos CPV, acabam encontrando outros indivíduos que têm o mesmo projeto. Nesse encontro se desenvolve uma união e um estímulo em prol de um sonho comum – a entrada na universidade.

#### **4.1.2 DIALOGANDO COM RAÇA, RACISMO E DISCRIMINAÇÃO E COLOCANDO AS PEÇAS NEGRAS NO TABULEIRO SOCIAL – PARA APRESENTAR DADOS NUMÉRICOS DAS PESQUISAS**

Acredito ser importante trazer tais dados estatísticos, bem como o diálogo que estabeleço com os conceitos de raça, racismo e discriminação vinculado à parte das coordenações justamente porque estas, no momento da seleção, procuram um tipo de aluno que se enquadre nos moldes estabelecidos pelos cursos<sup>47</sup>. A escolha do aluno a vaga ao pré-vestibular prioriza um aluno negro e, também, a opção por aqueles que possuem dificuldades financeiras. Tais critérios se vinculam diretamente com a discussão estabelecida nesta dissertação, que tenta mostrar as desigualdades entre brancos e negros no tabuleiro social do país.

A primeira parte desta seção agrega dados estatísticos do Brasil, que mostram as condições atuais e as desigualdades entre brancos e negros. Focalizando regionalmente o argumento da desigualdade racial, enfoco os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre. Concomitantemente, faço uma breve análise a respeito do racismo e da discriminação no Brasil.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra, em números, uma retrospectiva feita na década de 90, com a categoria cor no Brasil, evidenciando as diferenças nos indicadores sociais, demográficos, educacionais, ocupacionais e de renda. A população brasileira compõe-se de 54% de brancos e 45% de não brancos, ou negros (somando-se pretos e pardos), (Brasil, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000).

A partir dos dados da Tabela 1 observa-se que os negros vivem principalmente nas regiões norte e nordeste, consideradas as mais pobres do país. Isso coloca-os em situação de vulnerabilidade, em especial, no que diz respeito às condições de vida e ao acesso a serviços básicos.

O percentual da população negra é de 11,8% sobre a população total da Região Sul. Dentre as regiões metropolitanas, Porto Alegre tem a menor concentração de negros na população se comparada a Salvador, que possui 81,1% (Tabela 2). Vale a pena ressaltar os dados do Censo Demográfico 2000 (1º Resultados da Amostra – IBGE): o total da população residente porto-alegrense é de 1.360.590 e, de negros (somando-se pardos e pretos) é 225.354.

Os indicadores demográficos sobre a mortalidade infantil mostram que houve uma progressiva diminuição das taxas de mortalidade no país, caindo de 43/1000, em 1992, para 35/1000, em 1999, o que foi alentador na última década. Apesar disso, a população negra tem a maior taxa de mortalidade infantil, se comparada à branca, segundo a Tabela 3.

A educação é vista como um meio de mobilidade social ascendente dos indivíduos<sup>47</sup>. A população vê o aumento de escolaridade como um caminho para a mudança de classe social. O acesso à educação é apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores para o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a obtenção de melhores níveis de renda.

Os indicadores da educação mostram melhora significativa dos índices ao longo da década de 90, destacando-se a redução do analfabetismo e o aumento da taxa de escolarização entre pessoas de 5 a 24 anos. O aumento da taxa de escolarização é mais expressivo na faixa etária de 15 a 17 anos (Democracia Viva, 2001). Apesar de que na faixa mais jovem, Henriques coloca: “de 15 a 24 anos, as diferenças ainda são importantes; vemos que a taxa de analfabetismo dos brancos caiu de 4,4% em 1992, para 2,5% em 1999, enquanto entre os negros a queda foi de 13,2% para 7,4%” (2002, p. 38).

A Tabela 4 traz dados sobre a média de anos de estudo conforme sexo e cor, em 1999. A primeira comprovação é a baixa escolaridade da população brasileira como um todo, já que a média é 5,7 anos de estudo. A média de anos de estudo de um branco para um negro é de

---

<sup>47</sup> Ver seção anterior.

<sup>48</sup> Conforme Barcellos (1996).

6,6 para 4,6, respectivamente. Os negros possuem em média dois anos de estudo a menos que os brancos. Analisando a Região Sul, os dados mostram que não existe muita diferença nos números; os brancos possuem em média 6,5 anos de estudo e os negros somente 4,7.

Os gráficos A e B demonstram os anos de estudo efetivamente cursados pelas pessoas de 15 anos ou mais. Se compararmos a situação de 1988 e 1996, constata-se que houve um aumento de escolaridade no período. No entanto, tal “ampliação do acesso à escola não se traduziu em uma diminuição das desigualdades raciais, já que a proporção de negros entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudos é de apenas 2,8%, quase quatro vezes menos do que a dos brancos na mesma faixa (10,9%)” (Democracia Viva, 2001, p. 44).

Cabe destacar Henriques (2002, p. 35-6) que vem a corroborar os percentuais já mostrados. “[...] cerca de 19% da população branca tem 11 anos ou mais de estudo, mas menos de 8% dos negros atingem esse patamar de escolaridade. Em particular, os brancos com curso superior completo (15 anos ou mais) superam em 5 vezes os negros” .

Nos indicadores de ocupação e rendimento, aumentou o número de pessoas, trabalhando por conta própria (23,2%), como empregador (4,1%), com carteira assinada, destacando os trabalhadores domésticos (de 17,5% em 1992 para 25,0% em 1999). Com base nos dados da Tabela 5, as mulheres negras são maioria na taxa de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre, que corresponde a 26,3%. Para as mulheres brancas, o número cai para 18,6% no ano de 2000. Em termos da taxa de desemprego dos homens negros, como mostra a Tabela 6, a realidade não é muito diferente: 22,1% estão desempregados e apenas 13,3% de homens brancos encontram-se nessa situação (Mulher e trabalho, 2001).

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a pesquisa revela que, do total da População Economicamente Ativa (1998), que é de 1.640, somente 192 negros fazem parte desta, segundo a Tabela 7 (INSPIR, 2002). Os negros marcam presença em maior número como desempregados. Concentram-se nos postos de trabalho mais desprotegidos e com os mais baixos rendimentos. As oportunidades de emprego são escassas para os negros porque eles possuem um índice de escolaridade inferior ao dos brancos.

A população negra, na década de 90, obteve, no conjunto, pouco progresso nas profissões de maior prestígio social, no estabelecimento do seu próprio negócio e, portanto, no aumento de seus rendimentos. A principal concentração dos indivíduos negros é em atividades manuais que exigem pouca escolaridade e qualificação.

Já se passaram mais de 100 anos após a abolição da escravatura e a instauração da república no Brasil. No entanto, a maioria dos negros não consegue alcançar o pleno exercício de sua cidadania. Tal fato é evidenciado, através dos índices de desemprego, de renda dos estudantes dos cursos pré-vestibulares. A situação dos alunos que estão nos CPV gaúchos é semelhante à vivenciada no restante do país.

A partir da abolição da escravidão, os negros estavam libertos do cativeiro, porém não houve nenhum projeto para incorporá-los ao trabalho. Não se cogitava sobre os destinos da grande população escrava; o próprio texto da lei mostrava como não se pensara na incorporação dos ex-escravos (Schwarcz, 1996). Os ex-escravos eram vistos como cidadãos de segunda categoria, restando-lhes pouco espaço para o exercício da cidadania.

O quadro retratado pela autora ainda encontra espaço nos dias atuais na política e na economia. Para d'Adesky, as disparidades promovidas pela política e pela economia causam ferida na sociedade brasileira. “Essa ferida não cicatrizada entrava a mobilidade social dos negros, que se vêem descartados dos principais centros de decisão política e econômica” (2001, p. 66).

Se analisarmos a mobilidade social ascendente, mais uma vez as desigualdades virão à tona. Hasenbalg & Silva (*apud* Democracia Viva, 2001, p. 46) demonstram que

“os brancos têm uma vantagem significativa em termos de mobilidade ocupacional ascendente; pouco mais da metade deles (52,5%) encontra-se em grupos ocupacionais mais elevados que os de seus pais, ao passo que isso ocorre com somente 43,9% dos pardos e 45,5% dos pretos”, o mesmo não ocorre entre os negros. Os autores concluem que “os grupos não-brancos estão sujeitos a um ‘processo de cumulação de desvantagens’ ao longo de suas trajetórias sociais”.

As disparidades entre brancos e negros são amplamente disseminadas na sociedade como sendo da ordem econômica e não racial. Entretanto, com base nas pesquisas realizadas nas últimas duas décadas, bem como pelos dados estatísticos, fica evidente o descrédito que devemos dar à afirmação de que a ausência de conflitos raciais abertos, atesta a inexistência de racismo no Brasil.

O racismo resulta de desequilíbrios sociais entre brancos e negros, porém não gera conflitos raciais violentos porque no Brasil temos o chamado “racismo à brasileira”. Esta é a hipótese de um tipo de racismo peculiar ao país, muito bem definido por Schwarcz (1996, p. 154), dizendo que “as pessoas concordam em destacar a relação harmoniosa entre os diferentes grupos e jogam sempre o problema para o âmbito pessoal”. Tal fato, entre outros, gera o “mito da democracia racial” no Brasil, que se mostra como uma forma de mascarar que brancos e negros vivem em harmonia. Gomes (1995, p. 61) menciona que

o mito da democracia racial no Brasil surgiu com o objetivo de distorcer a percepção da realidade racial brasileira, inculcando, nos negros e nos brancos, a ilusão de que as oportunidades de ascensão social estavam colocadas para a sociedade brasileira, porém somente aqueles que tivessem um profundo empenho individual conseguiriam alcançá-las.

Sabe-se que a ascensão social não depende somente do empenho individual, mas, sobretudo, das oportunidades oferecidas aos diferentes segmentos da sociedade. Quando se menciona este ponto, já verificamos que as condições são adversas no que se refere à escolaridade, ocupação, rendimento e trabalho.

Para melhor entendermos o singular modelo das relações raciais no Brasil é de grande ajuda a análise do ideal de “branqueamento”. A tese do “branqueamento” era baseada na idéia de que se poderia chegar à “raça pura” (branca) por meio da miscigenação seletiva, priorizando a vinda dos brancos, através de uma política oficial de imigração. Conforme d’Adesky (2001, p. 69)<sup>49</sup>:

O ideal de branqueamento, que se apresenta por meio da miscigenação como um anti-racismo, revela na realidade um racismo profundamente heteróforo em relação ao negro. De fato, ele oculta uma integração distorcida, marcada por um racismo que pressupõe uma concepção evolucionista da caminhada necessária da humanidade em direção ao melhor, isto é, em direção a uma população branca, pelo menos na aparência.

---

<sup>49</sup> Sobre este estudo ver Barcellos (1996), Skidmore (1989).

Um dos conceitos a ser trabalhado nessa dissertação é o de raça, tendo em vista que está entre os objetivos de um dos cursos pré-vestibulares analisados, priorizar negros e no outro se encontram subsumido nos assuntos tratados em sala de aula. Outro motivo pela escolha do tema raça deu-se pelos dados apresentados anteriormente, que mostram a desigualdade racial que vigora no país.

Nesta pesquisa optei por usar a terminologia “negro” em vez de “não branco”, pois “esta definição se baseia em uma argumentação política que tem sua razão de ser na oposição entre dominadores e dominados, e na existência de um sistema de hierarquização social que repousa sobre as dicotomias que, durante três séculos, sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros” (d’Adesky, 2001, p. 35).<sup>50</sup> Essa classificação também é adotada pelo Movimento Negro, cujo termo negro engloba mulatos, pardos, morenos, sararás etc., em uma só categoria: negros.

No Brasil o conceito de raça é utilizado por alguns setores da sociedade, principalmente naqueles onde militam pessoas que se sentem discriminadas por sua cor e aparência física. Nos Estados Unidos, em contraste com o Brasil, a discussão varia, dependendo da área em que vai se considerar: “as raças são tão óbvias que os sociólogos não se sentem, em geral, obrigados a defini-las conceitualmente, ao contrário dos biólogos e dos antropólogos físicos que, de muito, passaram a evitar o conceito, considerando-o irrelevante para ciência” (Guimarães, 1999, p. 19).

No entanto, raça é um conceito recente como classificação humana: “o contexto e uso do termo raça foi ganhando vários entendimentos: como designação, como linhagem, como tipo, como subespécies, como *status*, como classe, como uma construção social” (Adão, 2002, p. 47)<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> “A análise lexical mostra que a categoria não-branco não corresponde totalmente à denominação negro. Não somente define os negros, *lato sensu*, por uma negação, mas também os designa de um ponto de vista etnocêntrico, isto é, a partir da categoria branco. Essas diferenças lexicais mostram, a importância ideológica das palavras e seu peso simbólico quando são utilizadas no quadro de relações sociais desiguais. (...) De fato, os termos branco e negro, devem ser entendidos no trabalho segundo sua dimensão *constructio* social, não se referirão, de forma alguma, a categorias biológicas. Todavia convém assinalar que esses termos são apreendidos numa dinâmica de interação que os submete a um campo ideológico constituído de estereótipos, de preconceitos que apresentam a imagem do negro inferiorizada em relação à do branco. (...) Com base nisso, propomos uma definição de negro como sendo todo indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones estéticos ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário (...)” (d’Adesky, 2001, p. 34).

<sup>51</sup> Consultar Banton (1998).

Para fins de análise, utilizarei neste trabalho o conceito de Guimarães (1999, p. 64), mencionando que:

[...] raças como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseada numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas.

Juntamente com o conceito de Guimarães, utilizo Barcellos (1996, p. 34) que define: “[...] cor e/ou raça enquanto atributo social, ou seja, como emblema de identidade portador de significado e valor, constituindo uma marca social capaz de estabelecer os limites, as fronteiras entre negros e brancos”. Na seção “Situando os Alunos no Tabuleiro dos Cursinhos ou De Onde Vêm e Para Onde Vão?” trago a baila o depoimento dos estudantes que relatam experiências do seu dia-a-dia, evidenciando esta marca que define muito bem quem é negro e branco no Brasil. Quando sofrem discriminação ao entrar numa loja para olhar um determinado produto; no coletivo urbano no momento em que ninguém senta ao seu lado; na procura de um emprego etc.

Sabendo-se da desigualdade de oportunidades, o curso Superação faz discriminação positiva pela raça. Visto que, nos seus objetivos, segundo a entrevista com o coordenador, entre um branco e um negro pobre opta-se pelo negro. Ressalta-se o fato de que ações, como as do curso Superação, que prioriza negros e gratuidade, ainda são poucas no Estado do Rio Grande do Sul. Iniciativas como esta são de suma importância, visto que, para alguns alunos, tal oportunidade tornar-se a única maneira de poderem concorrer ao vestibular. Silvério (2001) destaca, como novidade na sociedade brasileira, o aumento do número de jovens que se encontram nos inúmeros cursinhos, para negros e carentes, espalhados pelo Brasil. Há um movimento social crescente, diferentemente de benefícios particularistas, que privilegiam a juventude negra. Esses jovens esperam que lhes sejam asseguradas as condições mínimas de continuidade de seus estudos para disputarem, com igualdade de condições, as escassas oportunidades em uma sociedade que tem se orientado por conceder privilégios aos brancos.

O Dicionário de relações étnicas e raciais (2000) traz outros conceitos de raça, como: classificação, significante, sinônimo.



Raça é um significante mutável que significa diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes lugares na história e desafia as explicações definitivas fora de contextos específicos. A maneira pela qual o significante “raça” é decodificado e lido pelos sujeitos é conhecida como *significado* e isso, mais uma vez, só é possível pelo uso das regras do discurso” (Cashmore, 2000, p. 451).

Apesar de saber que alguns autores trabalham raça e etnia em conjunto, para explicar as relações raciais no Brasil, nesta pesquisa pretendo utilizar raça porque o curso Superação utiliza esse termo em vez de etnia. E por acreditar no conteúdo político da palavra (d’Adesky, 2001).

Racismo, tal como raça, é uma palavra usada com vários sentidos. Até o final da década de 60, havia consenso na definição do termo, em dicionários e manuais, como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. Tem como elemento principal dessa doutrina a “raça”, que determina a cultura e as derivações da alegação de superioridade racial. Os adeptos do racismo como ideologia atribuem uma relação determinista entre um grupo e suas supostas características. Banton e Miles (2000, p. 461) dizem que “a imputação de características negativas reais ou supostas a um determinado grupo é geralmente vista como um traço central do racismo como ideologia”.

O racismo se apresenta de vários tipos: racismo do meio ambiente, racismo europeu, racismo institucional e racismo invertido (“racismo negro”)<sup>52</sup>.

O termo racismo do meio ambiente designa atualmente, segundo Ratcliffe (2000, p. 463), “as diversas maneiras pelas quais as minorias são lesadas no que se refere à qualidade do meio ambiente (além de não conseguir se assegurar de renovações), locais pobres, índices de poluição química e sonora elevados, e assim por diante”. Um exemplo do racismo do meio ambiente, usado com bastante frequência por empresas, é o mito da leucopenia (diminuição na produção dos glóbulos brancos). Alguns hematologistas sugerem ou afirmam

---

<sup>52</sup> Para fins de análise não me deterei no conceito do racismo europeu por estar dissociado do tema aqui pretendido nesta dissertação. Ver Solomos (2000). Nos últimos anos, as expressões de hostilidade, discriminação ou até mesmo indiferença para com os brancos por parte de minorias étnicas foram algumas vezes interpretadas como racismo invertido [...]. A reação negra ao racismo branco assume várias formas; aceitar as categorias raciais e articulá-las de modo a imitar o racismo branco é apenas uma delas. Chamar isso de racismo invertido não parece servir às aspirações analíticas. (Cashmore, 2000, p. 473-5).

que a leucopenia é doença genética de negros. Mas as conclusões do Grupo de Trabalho para Saúde Preventiva (1985) mostram que, pelo fato da leucopenia estar presente nos resultados de exames dos trabalhadores, ela deve ser tratada como doença profissional, resultante da exposição ao benzeno. A “leucopenia em negros e nordestinos” pode estar ligada à maior exposição dessa população aos agentes contaminadores (Silva e Bento, 1999).

O racismo institucional é percebido na prática, necessitando de ações afirmativas para erradicá-lo.<sup>53</sup> Em relação ao racismo institucional, Cashmore (2000, p. 469-0) se

refere às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras. É anônimo à medida que os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da responsabilidade. [...] O racismo é mascarado nos procedimentos das indústrias, dos partidos políticos, das escolas etc.

Tanto o preconceito como a discriminação existem e funcionam em relação aos atributos percebidos e às deficiências dos grupos. Já dizia Schwarcz (1996, p. 155), “seja naquele que preconceitua ou naquele que é preconceituado, joga-se para o outro a culpa ou a má ação, como se “feito” fosse admitir a discriminação e não o ato de discriminar”. Há consenso de que existe a discriminação racial, mas nunca as pessoas se colocam como participantes dessa ação. Seja na intimidade, seja no cotidiano, a discriminação se dá nos elevadores, nos momentos de lazer, na educação e no trabalho.

Ainda que se saiba da existência da lei nº 7.716, a prática se apresenta de outra forma em que, não raras vezes, a lei é burlada<sup>54</sup>. Até o momento poucos são os casos de cidadãos serem punidos por infringirem a legislação<sup>55</sup>. Tanto a discriminação quanto o racismo são fatos da realidade presente, mas se debruçam em nosso passado: na política de miscigenação do período colonial até a triste sina de termos sido um dos últimos países a abolir a escravidão.

---

<sup>53</sup> Ver seção 3.4 sobre ação afirmativa.

<sup>54</sup> “Art. 1º - Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes preconceituosos de raça ou de cor” (Schwarcz 1996, p. 156).

<sup>55</sup> Em quase quatro décadas, desde que a discriminação racial passou a ser infração penal, ninguém ainda cumpriu pena de prisão por crime de racismo, mesmo a discriminação racial sendo um fato constante na vida dos afro-brasileiros (Silva e Bento, 1999).

Rumo à desmistificação da democracia racial devemos continuar trilhando o caminho que o Movimento Negro, e alguns pesquisadores, vêm propondo como estratégias: debates e denúncias do racismo na sociedade brasileira, por meio de dados estatísticos e depoimentos, com trabalhos de conscientização do negro quanto à sua inserção na sociedade e seu valor pessoal, cultural etc. Mais do que isso, devemos travar uma luta diária pela implantação de políticas de ação afirmativa em prol da comunidade negra para conseguirem atingir sua plena cidadania, participando dessa forma, de todos os espaços na vida social do país (universidades, política, economia, saúde entre outros).

#### **4.2 SITUANDO NO TABULEIRO DOS CURSINHOS OS DOCENTES OU UM TEMPO PARA O VOLUNTARIADO EM SUAS VIDAS**

Assim como a coordenação, os professores desenvolvem seu trabalho junto aos alunos carentes e negros, voluntariamente. Para entender melhor o trabalho que os docentes fazem, apresento dados das entrevistas que mostram três diferentes olhares: dos professores que ministravam as disciplinas extracurriculares ao conteúdo do vestibular, de um ex-aluno que retornou como professor para contribuir com a causa do curso pré-vestibular, e de um dos professores mais antigos de um dos cursos, para relatar suas experiências durante esse período.

Mas, antes de descrever esses olhares, penso ser importante destacar como esses quatro professores chegaram até o pré-vestibular e aceitaram o desafio de trabalhar voluntariamente. Além desses dados, relatarei observações que extraí da minha imersão no campo da pesquisa.

Começarei pelo professor que é ex-aluno do curso. Chegou ao Projeto de Educação da ASP, através de sua mãe, que tinha contato com o presidente da associação e falou a respeito do curso.

Numa das aproximações que tive com uma das professoras do curso Superação, ela relata a forma interessante como chegou ao CPV: *Estava esperando o ônibus para ir à UNISINOS, quando fui abordada por uma mulher. Apresentou-se dizendo que é coordenadora de um curso pré-vestibular gratuito e me perguntou se eu era professora. Questionei-a por que gostaria de saber? Ela disse que estavam precisando de professores*

*voluntários no curso e me viu com a pastinha da faculdade, pensando que poderia ajudar. Disse a N. que era professora de Língua Inglesa. N. colocou que estavam à procura de um professor de inglês para a turma de extensivo. E, foi assim que entrei no curso Superação (Diário de Campo, 05/10/02).*

O professor que é um dos mais antigos veio por intermédio do seu irmão que conhecia a ex-coordenadora do IBÁ e, que, por sua vez, comentou necessitar de professor de matemática voluntário para trabalhar no projeto do pré-vestibular. O professor, ao contar sua trajetória acadêmica, menciona: *fiz alguns estágios em escolas particulares onde não consegui me achar. Estava à procura de algo mais, estava sentindo que eu tinha condições de doar mais pra quem realmente precisa mais* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Em meio a esse trabalho feito pelos cursinhos de procurar professores voluntários, pude colaborar com um deles a encontrar um professor de matemática. Resgatei do meu diário de campo: No Projeto de Educação da ASP, os alunos não tinham aula há quase um mês porque o outro professor não veio mais dar aulas. Assistindo à necessidade da turma, comentei com minha professora de escrita sobre a questão. Ela pensou em seu filho que é graduando em física e, prontamente, ele se interessou pela idéia. Então o encaminhei a C., marcando uma entrevista. O professor conversou com a coordenadora do curso e veio a integrar-se ao grupo de professores voluntários do curso pré-vestibular.

Os professores das disciplinas ‘atípicas’ chegaram ao curso da seguinte maneira<sup>56</sup>. A professora do Superação, na verdade, não descobriu o curso e, sim, foi convidada pelo coordenador do IBÁ a vir a participar da causa. A professora conta que trabalha com temas relacionados a “trabalho, geração e renda” sempre conectando-os com gênero, raça e etnia. E, a partir dos temas tratados pela professora, surgiu a proposta e interesse para que ela fosse integrada ao curso. *Em cima dessa proposta eu fiz uma aula no cursinho da UFRGS com o J. e aí o F. M., sabendo que eu tinha toda essa discussão, me levou para o Superação aonde eu trabalhei* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

A docente do Projeto de Educação da ASP está vinculada a essa associação como membro desde 1988, fazendo parte do Departamento Cultural, a partir de 1992, e do curso

---

<sup>56</sup> A seguir, quero discutir a respeito das disciplinas ‘atípicas’. As professoras que as ministram trazem aspectos interessantes de como percebem seu trabalho nestas disciplinas e colocam sua perspectiva de não vê-las como ‘atípicas’.

Zumbi dos Palmares (que descreveremos em seguida), desde novembro de 1996. Além das funções referidas, também organiza a Biblioteca Cultural da ASP<sup>57</sup>. Em 1995 e início de 1996, surge o curso pré-vestibular Zumbi dos Palmares, por iniciativa de um grupo de professores na Faculdade de Educação da UFRGS. No segundo semestre de 1996, o curso Zumbi dos Palmares procura a ASP para implantar uma extensão do curso que funcionava na UFRGS, para atender às necessidades dos alunos, de maneira a aproximá-los de suas residências. Mas tal objetivo não foi atingido, pois apareceram alunos de várias localidades, inclusive de outras cidades da Grande Porto Alegre (Guaíba, Gravataí, Canoas, Viamão). Por um lado e de alguma forma, este fato reflete a preocupação da coordenação do curso em sanar as dificuldades dos alunos; por outro lado, mostra também a falta de um mapeamento das residências dos alunos que deveria ter sido feito para planejar a implantação do curso, evidenciando que, pela falta de estrutura, muitas das ações dos cursos acontecem muito mais de improviso do que como algo planejado. Então, a ASP encampa a idéia, formando o primeiro núcleo do Zumbi dos Palmares. *A diretoria entendeu que era importante e que fazia parte da missão da associação trabalhar a questão educacional, a questão cultural da cidadania negra e contribuir para inserir mais pessoas na sociedade, através de uma profissão de nível superior. E, nós, então, fomos convidadas pelas professoras C. F. e V. R. que são as coordenadoras até hoje do projeto e que se dedicam de corpo e alma. São pessoas que ficam ali noites e noites, né? Fui convidada a colaborar inicialmente com a disciplina de Literatura e, depois, a partir de 97, com a disciplina de “Cultura e Cidadania” também. Então, desenvolvo essas duas disciplinas com os alunos, e não me afastei do projeto até hoje* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

O trabalho voluntário é visto como desafio e também como doação a outras pessoas. Trabalhar como voluntário num curso que tem uma proposta diferenciada dos demais se torna mais desafiador. Esse desafio é colocado pelas professoras que ministram as disciplinas extracurriculares. A professora do Superação, responsável pela disciplina intitulada “Civilizações Africanas e Direitos Humanos e Cidadania”, justifica seu interesse em trabalhar a disciplina: *Por que do meu interesse em trabalhar modelos civilizatórios africanos numa turma de um curso para negros? Porque entendo que a identidade negra passa por um conhecimento da nossa história [...] Só vou me reconhecer negra se eu conhecer o meu*

---

<sup>57</sup> Ver relação da biblioteca com o curso na seção 1.2 – Projeto de Educação da ASP.

*princípio básico de minha existência que é a minha história* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

No entanto, a questão do voluntariado traz aspectos importantes a serem discutidos; algumas pessoas dispõem de um tempo em suas vidas para desenvolverem um trabalho voluntário e/ou solidário. Na verdade, estamos na era do voluntariado. Cresce o número de organizações não-governamentais e aumenta o número de pessoas ajudando outras de forma muito individual, que muitas vezes não se associam a nenhuma ONG, mas que, mesmo assim, ajudam como podem outras pessoas. Talvez esse movimento venha crescendo principalmente em função do *marketing* por esse tipo de iniciativa<sup>58</sup>. *Pois é algo interessante, de repente a gente se engaja num projeto desse, que na realidade é um sonho. Um sonho que sonhamos pelos outros e não vê como depois se afastar. Tenho muitos compromissos, sou uma pessoa que ainda estou na ativa na vida universitária, tenho grandes responsabilidades dentro da universidade. E, que muitas vezes fica bastante difícil pra mim ainda me afastar e dedicar essas horas para o curso. Mas digo que não tenho coragem de me afastar, porque entendo essa pequena parcela de esforço, vamos dizer assim não diria sacrifício, mas de esforço mesmo que se faz, nós não temos percepção dos benefícios que isso possa trazer para as pessoas. Alegria que tenho é ver aqueles jovens, aquelas senhoras, aqueles senhores ali, né? buscando um lugar ao sol, na sociedade. Então, isso também me incentiva e me encoraja, se eles que estão lutando com muito mais dificuldade aparente estão ali, né? porque não posso dar uma noite, dentro da minha vida, dos meus afazeres para colaborar com eles. E, depois que nós entramos em sala de aula tudo mais fica para trás, então aquele momento que passa rapidamente de poder trabalhar com eles, de poder conversar, de sentir o avanço, a compreensão, enfim, o crescimento intelectual. Procuro também trabalhar, além disso, outras questões dentro da 'Cultura e Cidadania' que é justamente já dar para eles uma visão da vida universitária, como professora universitária* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Na mesma direção da professora do Projeto da ASP, o outro docente considera o trabalho 'envolvente'. *Iniciei no Superação, tinha realmente duas horas à noite para dispor, não tinha outras. Queria ocupar aquelas duas horas dessa forma, como professor voluntário. Mas, depois, a gente vai se envolvendo de uma forma que, no final, do ano passado,*

---

<sup>58</sup> Discuto previamente a respeito das ONGs e perpasso pela temática do voluntariado no capítulo 3.

*conversando com minha esposa, eu disse: o ano que vem no mínimo duas noites vou dedicar a essa questão do Superação (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).*

O professor de Biologia do Projeto de Educação da ASP vê seu trabalho como contribuição à causa do curso. *[...] surgiu, foi espontâneo da minha parte a vontade de também dar uma contribuição para o curso, assim como eu também recebi esse benefício de professor voluntário. Queria retribuir de alguma forma, aí comecei, então, a dar essas aulas de biologia todo ano, desde 2000 (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).*

Na verdade, o professor acaba por justificar o trabalho voluntário, através de dois argumentos: ajuda aos alunos que não têm como pagar um curso e, também, gratidão pelo curso ter propiciado o seu ingresso no Ensino Superior. *Primeiro, a causa é muito nobre, as pessoas não têm condições de pagar um cursinho e tudo mais. Então, assim como eu, as pessoas se encontravam naquela situação, então era importante ter alguém que realmente ajudasse e, nesse caso, fui eu a dar a minha contribuição. E, em segundo lugar, porque como foi um lugar que me abriu as portas para poder estudar, acho que seria interessante dar esse retorno (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).*

No Superação, a professora entende seu trabalho voluntário imbuído de uma identidade negra. *Já estabeleci, no meu dia-a-dia, um momento pra fazer um trabalho voluntário [...] acho que esse trabalho que faço, voluntário, por dentro do cursinho pré-vestibular para alunos negros, é o retorno que, enquanto negra que fui pra universidade, tem que dar para a comunidade negra que não está na universidade. Esse é o retorno que todo negro que está na universidade, tem que dar àqueles jovens que não estão na universidade. Ou tenho que estar na comunidade, ou tenho que estar nesse espaço; bom, precisam de mim enquanto profissional negra, que consegui, que tive o privilégio de ir para uma universidade; tenho que dar o retorno para minha comunidade negra, senão minha fala vai ficar debilitada (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).*

A professora de “Civilizações Africanas e Direitos Humanos e Cidadania” traz duas dimensões do seu trabalho voluntário: o retorno e a comunidade negra. Quanto ao retorno, Silva P. menciona: “[...] do ponto de vista africano negro, a educação escolar que serve unicamente para o proveito do indivíduo, para que tenha melhor condição de vida, postos importantes, sem que contribua para o fortalecimento de sua comunidade, é de pouca valia”

(2000, p. 79). De nada adianta passar anos estudando se não revertermos tal conhecimento não só a nós mesmos ou a nossa família, mas sobretudo, e principalmente a comunidade em que estamos inseridos.

Em relação à comunidade negra, a professora evidencia o fato de que o negro que está no Ensino Superior deve ajudar de uma maneira ou de outra aqueles negros que ainda não conseguiram tal objetivo. Sobre isso, Adão (2002, p. 91) coloca a preocupação do militante com seus ‘patrícios’:

Na trajetória de cada militante das entidades e grupos do movimento negro gaúcho, aqui envolvidos, está presente a garra, a força, a teimosia, a persistência diante das vicissitudes e a preocupação com seus patrícios, o que redunda em ações concretas, em ações educativas e em políticas públicas.

No caso dessa professora, resultou em seu trabalho voluntário frente ao curso pré-vestibular Superação junto a estudantes negros e carentes, conseqüentemente na sua ação educativa frente à comunidade negra.

O professor traz algumas questões que fazem parte da preocupação de grande parte dos cidadãos, mas nem por isso deixa de dispor de um tempo para o trabalho voluntário. *Claro, não posso esquecer que também preciso sobreviver, preciso trabalhar... não adianta querer dizer que vou me dedicar 100% do meu dia que é impossível isso. Até porque o que move, infelizmente, o nosso dia-a-dia é o dinheiro, infelizmente é assim [...] hoje encontro muito mais tempo pra isto, e não diminui muito não, a questão financeira, diminui bem pouquinho* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). O esforço feito pelo professor traz, segundo ele, grandes gratificações para a sua vida: *Mas acho que retorno maior trabalhando no Superação não encontrei ainda, posso dizer, nesses dez anos de experiência, assim como professor de matemática [...] de forma gratificante no Superação até hoje* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Continuando, retomo algumas falas de dois professores deste mesmo grupo (uma das professoras que ministram as disciplinas ‘atípicas’ e um dos docentes mais antigos do curso), agora sob outra perspectiva, com relação ao trabalho voluntário e à chegada dos professores aos cursos.



Os dois professores do Superação trouxeram questões que merecem um olhar mais demorado. Ambos desenvolvem outros trabalhos voluntários, além do CPV. O professor de matemática menciona que, recentemente, entrou no grupo de Movimento Familiar Cristão, junto com a esposa (também professora do Superação) e se dispuseram a fazer alguma atividade no Hospital da Criança ou no Hospital do Câncer Infantil. Já a professora realiza um trabalho com jovens negros no Morro da Cruz: *[...] estamos tentando trabalhar geração, trabalho e renda através do lúdico, e a partir daquilo que eles mais se identificam no trabalho* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Casos como o dos dois professores me chama atenção: o tempo que encontram nas suas vidas cotidianas para disporem ao voluntariado. Algumas pessoas não conseguem encontrar nenhum tempo devido aos seus afazeres, outras chegam a fazer mais de um trabalho sem nenhum tipo de remuneração financeira.

A mesma professora faz uma ligação do seu trabalho voluntário com sua identidade negra, vendo-o como um retorno à comunidade negra. Consegue ter a percepção de que são poucos os negros que chegam até as IES e ela, sendo uma, deve, de alguma forma, contribuir com aqueles que não conseguiram alcançar este nível de ensino.

Apesar de serem três diferentes olhares sobre os cursos, os professores tratam de alguns assuntos que são comuns nos seus relatos, tais como: as diferenças existentes entre um aluno de CPV para negros e carentes e um aluno do curso convencional; as relações entre os sujeitos dos cursos (professor, aluno, coordenação); a inexistência de um momento de troca entre os professores do curso ou de mesma disciplina a respeito do trabalhado desenvolvido com as turmas; grande número de alunos evadidos.

Em contrapartida, existem especificidades na dinâmica de funcionamento dos cursos que os diferenciam. Estas, na maioria dos casos, são experienciadas ou assistidas apenas por alguns dos entrevistados. As limitações e as perspectivas não são faladas por todos os professores, apenas dois tocam no assunto, por isso penso ser conveniente destacá-las. A questão da identidade racial é um dos pontos cruciais que aparece na entrevista com a professora S. O professor A. vê, na mudança de estrutura do pré-vestibular da ASP, um ganho para o curso e isso possibilitou mais autonomia no momento das decisões de melhorias para o CPV. A relação com os porteiros do Colégio Rosário que, em alguns instantes, se tornou

difícil de ser administrada pelo curso. E as disciplinas atípicas, que aparecem, principalmente, nas entrevistas feitas com as duas professoras que as ministram.

#### 4.2.1 OLHAR COMUM DOS DOCENTES VISTOS NO TABULEIRO DOS CURSOS

Entre os assuntos freqüentes e as especificidades de cada curso, iniciarei pelo primeiro. No que tange às diferenças dos alunos dos cursos convencionais e do CPV que atende negros e carentes, os professores revelam: [...] *as turmas, que em comparação com outros cursinhos mais convencionais, digamos assim, o público é muito diferente. Pega pessoas que trabalham sol a sol, pessoas que vendem salgadinhos, bolos para vender, coisas que tu não vê em geral nos cursinhos mais tradicionais. Pessoas que estão ali só para estudar, pessoas que estão só ali, não para estudar, mas para fazer festa, curtir a época do cursinho. E, isso é uma coisa bastante diferente, o nosso público é bastante diferenciado. Pessoas bem mais pobres, às vezes pessoas com muita dificuldade, inclusive em prestar atenção em aula, pelo cansaço* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).

A outra entrevistada, também do ASP, coloca como ponto principal a questão econômica e o poder aquisitivo dos alunos porque, no restante, eles têm tanta competência para conseguir aprovação no vestibular como qualquer outro aluno de um curso pré-vestibular convencional. Essa limitação financeira impossibilita os alunos de irem ao teatro, ao cinema, mas, não somente, como também a falta de condições de pagar a passagem de um ônibus urbano e, muitas vezes, até a carência de vestuário adequado para freqüentar determinado ambiente. E, devido a esses obstáculos, os alunos [...] *se sentem diminuídos e não vão e perdem a oportunidade, porque a cultura a gente adquirir é no relacionamento, é no dia-a-dia, é na convivência, é na leitura, é na observação. E o que falta a eles é isso, e junto com isso tem, percebo é lógico uma limitação das lideranças culturais. Então é aquele jovem, aquele rapaz, ele gosta só de pagode, ele só vai para o pátio das escolas de samba, ali ele se sente bem ali, é o ambiente dele, ele está acostumado [...] Então a limitação que vejo é isso aí, isso dificulta inclusive a própria aprendizagem dele, quanto menos experiência as pessoas têm, menos capacidade de relacionar, de aplicar, esse processo mental interior que a gente sabe, que se faz o avanço do conhecimento, a construção do conhecimento* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A professora do Superação traz outros elementos que evidenciam as particularidades desse tipo aluno. *E, assim, esse curso para eles seria a possibilidade de eles alcançarem algo*

*que eles não conseguem [...] Eles apostavam no Superação, tanto que têm muitos alunos ali que se envolviam em estar arrumando a classe, em estar ajudando a N.. Então houve um envolvimento porque eles apostavam na metodologia do curso. E a especificidade para mim é a questão de trabalhar com questões da raça, a questão da pobreza. Não só a pobreza colocando eles como inferiorizados. Mas, assim, trabalhar que nós não estamos ali fazendo aquele curso gratuito porque há todo um envolvimento social por de trás de tudo isso. Que nós não estamos hoje dentro desses cursinhos comerciais aí Unificado, Mauá, não porque eu sou incompetente, porque me foi negado uma sustentação econômica para poder está ali, entende? Então, é isso que a gente está sempre trabalhando* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Tem um elemento que se revela figura central nas falas de dois professores: a ‘garra’ dos alunos. Estes vêem os alunos com este diferencial mais acentuado do que no aluno do cursinho tradicional. Os alunos negros e carentes passam por inúmeras dificuldades, mas, geralmente, a questão econômica se torna o maior impedimento de prosseguirem com seus estudos no curso, porque foge das possibilidades de conseguirem alternativas de solucionar percalços, que possam surgir ao longo do ano<sup>59</sup>. *Parece que eles ficaram muito tempo parados no tempo e de repente está se dando uma oportunidade, e essa, a maioria deles, está agarrando com todas as forças. Em algum momento até chega a aparecer que aquela é a última oportunidade que está sendo dada a eles, independente de idade, inclusive, às vezes, os mais jovens, outras vezes com mais idade. Então, assim, a garra em que eles entram é uma coisa muito interessante, muito diferente de um cursinho pré-vestibular particular. Eles entram com essa garra, também, mas a gente vê que, no decorrer do tempo, eles ou desistem [...] mas não da desistência no Superação. A desistência do Superação a gente vê que é por falta de dinheiro, é por não ter dinheiro para fazer um lanche, é pela passagem, pelas dificuldades de compreensão, por ter feito um 1º grau, um 2º grau fraco, diferente do curso particular* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

O outro professor associa a ‘garra’ com a oportunidade de estudar e ter um futuro melhor. *O grande desfavorecimento que grandes populações têm e, em contrapartida, a*

---

<sup>59</sup> Para ilustrar a situação destaque: *Quando eles chegam, e nos dizem não tenho dinheiro para pagar, ou, o meu filho adoeceu, perdi o meu emprego e aí? E a associação não tem como resolver esse problema deles, como vai segurá-lo no curso. Esse é o nosso grande problema* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

*grande força de vontade que muitas pessoas têm, muitas pessoas que querem estudar, que querem ter um futuro melhor, querem em si melhorar. Se aprimorar, principalmente nesse campo da educação [...]. Que existe muita diferença e muitas pessoas que têm grandes oportunidades e não aproveitam. E pessoas que têm mínimas possibilidades e se agarram naquilo com unhas e dentes* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).

Barcellos (1996, p. 237) destaca, em seu estudo, o olhar dos seus informantes sobre a educação e seus benefícios:

A ênfase na educação é a característica que o grupo pesquisado apresenta em comum. Estudar é, antes de mais nada o modo de garantir que o negro vai conquistar o “respeito”. Através dela se obtém um afastamento simbólico da pobreza, esta também definida como uma condição de “ignorância”. Muitas vezes os pais dos informantes eram pobres, mas honestos, trabalhadores e com “conhecimentos” apesar de terem “pouco estudo”.

Enquanto destaquei acima os aspectos referentes a ‘garra’ na fala dos entrevistados, a professora I. enfatiza a postura dos alunos que buscam um aprendizado para enfrentar seu futuro profissional. *Há pessoas muito determinadas, que a gente sabe, desde o início que eles têm chances de enfrentar e superar a barreira do vestibular* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Em contrapartida, a professora coloca ainda, o desânimo de alguns alunos: *E outros também que me marcam e me deixam bastante preocupados, são aquelas pessoas que têm assim um desânimo, eles estão lá, mas eles não acreditam naquilo que fazem. Então esses a gente procura conversar, procura incentivar mais de perto, dar exemplos, né. Mas alguns são bastantes pessimistas e, esses, normalmente não chegam, eles evadem* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Passarei para o aspecto das relações entre os sujeitos que integram os cursos (professores, alunos e coordenações). Como os docentes vêem a sua relação com a coordenação dos cursos? Colocam que havia uma certa afinidade nesse contato, ainda que dois professores fizessem ressalvas. A docente explicita a relação de proximidade com a coordenação, devendo existir uma troca de experiência entre ambos. *Olha no final de cada aula tinha proposto que a gente sentasse, os professores para trocarmos alguma coisa. Trocar o que fizemos no interior da sala de aula e com a coordenação. Consegui fazer isso minimamente uma ou duas vezes* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

O educador coloca que a relação é muito boa, apesar de alguns momentos existirem divergências de opiniões entre coordenação (no caso era ex-coordenadora do curso que ele cita) e professor. *No início com a falecida S. discutimos muito essa relação professor-aluno, ela não concordava com algumas coisas que eu dizia em sala de aula, ela não concordava que eu fosse sincero ao extremo em sala de aula. Principalmente na questão do número: os 36 mil alunos vão ficar de fora e que muitos alunos dessa sala vão ficar de fora. Ela dizia que isso ia contra os alunos, isso poderia desestimular os alunos. Não consigo enxergar assim, para mim é o contrário tu tem que jogar aberto [...] (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).*

Olhando para outro aspecto dessa relação, o professor coloca: *[...] quando trazia idéias ou discutíamos uma questão, eles sempre me retornavam de uma maneira muito tranqüila os porquês que não podia, ou, até então aceitavam algumas formas, as medidas, algumas mudanças que trazia para eles. Acho que sempre foi tranqüilo, sempre foi tranqüilo mesmo, porque eu sempre respeitei o princípio do Superação (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).* Destaca, ainda, alguns problemas do curso: *[...] em todas as reuniões tocávamos nessa questão da dificuldade de duas pessoas, que era o F. e a N. de dar conta de todas as tarefas do Superação, isso não tinha dúvida (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).* Os problemas com a coordenação eram sentidos pelos alunos segundo o professor: *É esse ano tivemos alguns problemas como disse anteriormente a questão da coordenação por ser uma coordenação centralizada, e, totalmente, de agosto em diante, totalmente indisponível. Então causou um desgaste muito grande em relação aos professores e os alunos sentiram isso bastante. Acho que esse foi o ponto mais preocupante segundo os professores dessa evasão do curso. Porque sentimos que eles, sentiram exatamente na pele dentro de sala de aula desleixo, não era desleixo, mas assim a dificuldade de estar presente um grupo que coordena (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).*

Em relação aos professores do Projeto de Educação da ASP também foram unânimes, dizendo que o contato estabelecido com as coordenadoras é maravilhoso. Ambos os professores se comunicam com a coordenadora C. na própria ASP, nas reuniões da diretoria, como é o caso da I. e o A. se encontra com ela no hospital, onde trabalham juntos.

As informações obtidas da relação professor-aluno, conforme a ótica dos docentes, revelam a tentativa de proximidade destes com seus alunos, seja na hora do intervalo ou durante a própria aula, cada um a sua maneira de aproximarem-se da turma. *Tinha mulheres*

*da minha idade assim, tinha seis mulheres da minha idade e a gente conseguiu estabelecer um vínculo de conversar as questões de filhos, questões de relacionamento, afetividade a gente conversou. E com os jovens, aquela questão de entendimento de se aproximar, de conversar o que mais gosta de fazer [...] (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação). Os outros dois professores em suas respostas deixam explícito o artifício que utilizam para aproximarem-se dos alunos e tornar sua aula interessante: *Então minha relação com os alunos era assim, muito informal, sem dar margem para a falta de educação [...] chegava na aula, geralmente fazia uma abordagem geral do conteúdo que ia dar naquele dia. E, contando assim, fazendo uma graça, fazendo com que as pessoas rissem né, como esses cursinhos tradicionais. E, mais do que isso, para despertarem. Então muitas vezes falava lá pelas tantas, quando via que o pessoal estava dormindo, porque o pessoal estava começando a adormecer lá pelos quarenta, quarenta e poucos minutos. Então tu larga uma piada, dentro da matéria entendeu. E, mais do que isso, acho que o pessoal precisa se sentir identificado contigo [...] Sou uma pessoa de origem pobre, sou pobre até hoje, então consigo para mim é mais fácil falar na mesma língua que todos ali entendeu. Então falar alguma coisa que está bastante no dia-a-dia deles, eles se sentem mais interessados (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).**

Na mesma linha da fala do último professor, utiliza-se de formas de descontração para levar os alunos a questionarem os conteúdos e participarem das aulas [...] *me considero um professor bobalhão, um professor palhação, porque esse meu 1º e 2º graus, curso de magistério, a própria universidade, os cursinhos pré-vestibulares foram 3 que fiz é lógico que paguei apenas um, os outros, consegui, ia pedir descontos nos cursinhos. Analisava muito a relação professor-aluno, e a minha grande pergunta era: por que os alunos prestam tanta atenção no pré-vestibular? Por que no 2º grau não é assim? Por que a universidade é um cursinho mais diferenciado? Por que o professor universitário, ele se sente que está muito acima daquele aluno. E quase não enxerga o aluno. Então assim, tive grandes decepções com os professores e disse que não ia fazer isso [...] Então assim a relação para quebrar o gelo, tirar aquela dificuldade que tem do aluno fazer a primeira pergunta, aquela chamada pergunta boba né. A pergunta boba que aquele aluno nunca faz, eu sempre faço entendo e digo, tento mostrar para eles que se eles não fizerem eles vão continuar não entendendo matemática. Eles vão continuar aceitando os professores ruins, eles vão continuar aceitando e engolindo os professores que saem de uma universidade e querem ser formais, entende [...] (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). A inexistência de questionamento por parte dos*

alunos era uma incógnita para o professor: por que os alunos não participam em sala de aula? Com o passar do tempo, o professor compreendeu a situação com a ajuda do coordenador F.: *ele me ensinou a forma, de que os negros ficam reprimidos, aquela dificuldade de olhar no olho das pessoas, nos olhos entende [...] sente o professor, que é algo muito distante para eles, que eles não conseguem fazer uma pergunta, um questionamento entende, então isso é assim, algo muito interessante* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Cabe ainda ressaltar, para o entendimento da relação professor-aluno, a experiência do ex-aluno, que atualmente é professor do Projeto de Educação da ASP, dizendo: *Peguei exatamente aquelas coisas que achava que me incomodavam quando era aluno e procurei reverter totalmente. Fazer totalmente o oposto, isso sim toda aquela deficiência que eu via. No modo como estava sendo passado tudo para mim, resolvi reverter* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP). Houve uma avaliação de aspectos que não eram tidos como positivos na relação professor-aluno, então, a partir disso, o professor pensou em formas diferenciadas de estabelecer essa relação, de modo que despertasse o interesse dos alunos: *Dar exemplos do dia-a-dia, eles me dão exemplos de casa. Aí eles, levantam: Ah! Minha mãe tem diabetes e ela não pode comer açúcar por quê? Tudo bem a gente explica dentro da matéria. Alguém aqui gosta de comer gordura, ah! gosto de uma costela bem gorda, olha aí a gordura. O que é a gordura, entende, exemplos do dia-a-dia* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).

Passo agora, a relatar alguns aspectos relativos a inexistência de um momento de troca entre os professores. Todos os professores foram unânimes em dizer que quase não conseguem sentar com seus colegas para trocar experiências a respeito das turmas. Quando ocorre, geralmente, é no início de ano, no momento do planejamento para o ano letivo: *a outra professora é a minha esposa, então conseguimos nos encontrar, mas o outro professor de matemática encontramos na primeira semana e depois não encontramos mais* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). *Conversei com eles uma, duas vezes, mas, no ano passado, a gente comentou como era a forma de trabalhar e tal, e chegou a conversar* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP). *Mas, assim, muito individual com alguns professores, não deu assim para fazer um grande grupo e conversar [...]* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação). Gostaria de sinalizar ainda, que a professora I. da ASP, aponta que para o ano de 2003, tem uma grande possibilidade das reuniões acontecerem com mais frequência, oportunizando dessa forma, a permuta das experiências entre os professores da turma.

Uma das hipóteses a serem pensadas, do motivo pelo qual não há essa troca entre os professores de maneira sistemática, seria a falta de tempo dos professores voluntários ou, ainda, dificuldade em conciliar os horários de todos numa reunião. Este último caso acontece com frequência nas escolas em geral, visto que o professor geralmente tem vários empregos para seu sustento.

Outro ponto que aparece na fala dos entrevistados: os alunos que acabam por abandonar o curso. A evasão dos alunos de ambos os cursos é muito grande, por isso merece um tratamento mais específico, visto que o número de alunos evadidos é superior a 50%, em relação ao número que ingressou nos CPV estudados. Os professores atribuem às evasões à dificuldade financeira, desinteresse de alguns alunos, mas, sobretudo, dois dos quatro entrevistados trouxeram aspectos importantes no que tange à questão: uma crítica à escola formal que deveria ter um currículo inclusivo, que abarcasse desde a história da África até questões mais genéricas que trouxessem reflexões para o interior da escola sobre discriminação, racismo (aqui não falo somente da raça/etnia negra, mas de outras também), cotas etc. Este currículo deveria abranger uma educação diferenciada, que desse conta de atender às necessidades do alunado, vindo de uma escola que produz marcas escolares que vão acompanhar os alunos negros e carentes para o resto de suas vidas.

*A professora destaca que a escola hoje não encanta, para mim a escola está morta, a escola não encanta. E aí assim, temos um curso pré-vestibular para negros e carentes com a coordenação do curso de negros. E aí a gente propõe trabalhar com temas não é, de trabalhar a minha identidade enquanto negros. E aí temos discussão por dentro do movimento negro a mais de 20 anos que temos que trabalhar os currículos escolares. Nos currículos temos que trabalhar, temos que ter referência; os negros não se identificam na sala de aula entendeu. Os educadores não sabem trabalhar com algumas particularidades, especificidades do povo negro, não trabalham com isso e aí o aluno evade. Mas temos negros que são formados por essa escola e que também não conseguem trabalhar com as particularidades e especificidades do povo negro. E isso eu vi no próprio cursinho, negros reproduzindo todo esse modelo da escola formal. Também a falta de expectativa muitas vezes, e às vezes a falta de passagem para ir no cursinho. Às vezes eu me alimento mal, às vezes tenho um estado de carência que não é bem resolvido, enquanto ser negro. Tudo isso faz com que evada e teríamos que ter uma escola muito bem equipada; psicologia trabalhar com tudo isso né (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).*



Na verdade, a escola que temos não consegue dar conta das especificidades raciais, sociais, culturais dos nossos alunos. Silva J. (2000, p. 93-4):

A escola, e a forma como esta trabalha diferentes conteúdos, apresenta um papel de extrema importância no processo de aprendizagem. O próprio Albert Einstein, físico que desenvolveu a teoria da relatividade, perdeu o interesse pelas atividades escolares devido aos métodos rígidos e desinteressantes de ensino de sua época. Para os seus professores, ele não passava de um aluno medíocre. [...] Também no campo educacional pode ser notada a falta de preparo das instituições e a má formação de muitos professores, que na prática apenas reforçam preconceitos ao utilizar uma abordagem eurocêntrica de ensino.

O professor de matemática explica que, na sua opinião, a evasão vai além da questão financeira, existindo outros fatores influenciadores para os alunos abandonarem o curso: *a organização do curso, nessa organização eu digo o seguinte o conhecer o aluno que tu está trabalhando. Muitos problemas que os alunos estão passando os professores, a coordenação não tem idéia. Acho assim, trabalhamos com um grupo diferenciado sim, trabalhamos com um grupo que não teve as mesmas chances de sair de uma escola e ter sido aprovado com média 6, média 7, com 50, 60% dos conteúdos compreendidos, enfim no 1º e 2º graus. Tem que ser diferenciado, não podemos acreditar que trabalhando em sala de aula no cursinho pré-vestibular da mesma forma que trabalho lá num pré-vestibular particular, onde os alunos saem de uma escola particular [...]* (Ent, 18/02/03, C., professora do Superação). Para que o processo ensino-aprendizagem avance, o professor acredita que é necessário resgatar alguns pontos do tipo: autoconfiança dos alunos, trabalhar assuntos das áreas das exatas como física, matemática e ainda português, química para, depois, dar início aos conteúdos do vestibular. Apontando o último enfoque citado, deve ser feito um trabalho durante o primeiro ano e só depois o aluno estará mais preparado para concorrer ao vestibular da UFRGS, por exemplo.

No trabalho a ser realizado durante esse primeiro ano, o professor aponta alguns aspectos que devem ser levados em conta. Tendo em vista o vestibular da UFRGS, que na opinião do professor é a prioridade do curso, mais especificamente a prova de matemática não tem mudado durante os últimos dez anos e, nos quatros últimos anos, o exame tem se dirigido mais para questões de raciocínio, ao invés de cálculos. Este perfil de prova deve ser acompanhado nas suas aulas, segundo ele, trabalhando com seus alunos questões de raciocínio: *tem que acompanhar, porque não adianta querer imaginar que a aula que tu dava*

*há seis anos atrás possa dar hoje, visando o vestibular da UFRGS não pode ser assim é impossível* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). Ainda que o professor destaque: [...] *com esse grupo de alunos num primeiro momento tem que ser feito a aquisição do cálculo, porque ele tem essa deficiência* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Darei ênfase ainda às colocações feitas pela professora I., que chegou a questionar-se durante os primeiros anos de voluntariado no CPV, conversando com uma colega sobre a validade de estarem doando parte de suas vidas para o curso, se os próprios alunos não aproveitavam a chance. *É ficamos com quatro, cinco no final do ano e aí essa moça me disse olha I. mesmo que seja um que fique vale a pena, mesmo que seja um que chegue ao vestibular valeu a pena* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). A partir desse diálogo estabelecido, a professora mudou seu entendimento sobre o assunto: porque se os alunos chegaram até o final do ano, mesmo que não se saiam bem sucedidos no vestibular, vão acabar voltando no ano seguinte para continuar sua caminhada rumo à universidade.

Os argumentos da professora para explicar as evasões foram muitos na linha da importância atribuída às disciplinas de “Cultura e Cidadania” ou, de “Literatura”, também ministrada pela mesma. *Mas eles estão muito mais preocupados com a Matemática, com a Química, com a Física. Então a Literatura pra eles é algo que eles acham que vão conseguir sem precisar ter um professor ali. Cultura e Cidadania então, nem se fala, porque não é matéria de vestibular, então eles acham que não tem porque trabalhar essa disciplina. Então também atribuo pelas minhas disciplinas o grau de evasão é maior em função da importância que eles atribuem a essas disciplinas na preparação geral ao vestibular* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Ela termina sua argumentação, observando que a evasão é maior nas suas disciplinas do que nas outras, talvez, porque seu trabalho é despertar o interesse pelo assunto de temas que num primeiro aos alunos parece não ter importância para o vestibular.

Na verdade, a evasão tem sido um grande problema para os cursos, embora o Projeto da ASP tem tentado solucionar parte do caso através de um período de nivelamento. Contudo, ainda, a coordenação do curso não tem uma estratégia formal dirigida para minimizar a questão e, sim, movimentos muito individuais dos professores, que tentam estabelecer uma comunicação com seus alunos para não desistirem do CPV.

O período de nivelamento, apesar não ser uma estratégia pensada para diminuir a evasão, acaba servindo também para essa finalidade. Esse período é uma oportunidade dos alunos recordarem disciplinas como matemática, física, química e português durante dois meses e, depois, geralmente em agosto iniciam as outras matérias com o programa do vestibular. Conforme o relato da professora I., o nivelamento pode ter facilidade, porque as outras dificuldades (financeiras, distância do curso de suas residências, trabalho, família, a baixa auto-estima e autoconfiança) continuam existindo: *É uma expectativa de que eles acompanhem melhor, ainda não temos uma análise mais metodológica sobre os resultados, mas parece que não há tanta evasão* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Até a presente parte desta seção, tratei a respeito das questões comuns que aparecerem nas entrevistas. Agora, na seção seguinte, darei ênfase ao que se refere às especificidades na dinâmica de funcionamento dos cursos, passando a abordá-las, a partir deste momento. Algumas das especificidades são vistas; outras são experienciadas pelos sujeitos. Observando examinar as limitações e as perspectivas destacadas por dois professores, sendo um do Superação e outro da ASP, darei início pelas primeiras.

#### **4.2.2 DIFERENTES OLHARES DOS DOCENTES NO TABULEIRO DOS CURSINHOS**

Analisando os percalços, são apontadas questões de ordem administrativa, ou seja, nas edições anteriores do pré-vestibular quando eram turmas de cinquenta alunos, uma coordenação de duas pessoas conseguia atender às necessidades básicas do curso. Mas, no ano de 2002, com aumento do número de alunos para 150, já ficou mais difícil conseguir organizar a estrutura do curso (na busca de professores voluntários, obter os materiais didáticos para todas as turmas etc.). Os próprios alunos perceberam a desorganização e vieram aos professores falar: *Colocaram que não precisava ser daquele jeito que faltava um pouquinho de organização. Quando chegou a esse ponto dos alunos falarem isso, tivemos que realmente parar e ver isso* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). Além desse obstáculo, também enfatiza o planejamento feito pela coordenação e pelo professor, que tinha como propósito preparar o aluno para passar na UFRGS, em longo prazo. Dessa forma, evitaria uma frustração do aluno: *Mas não conseguimos implementar porque não era só em matemática*

*que eles tinham essa dificuldade [matemática básica]<sup>60</sup>; português principalmente* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação).

Tal planejamento não alcançado passou a ser meta para o ano de 2003. Na verdade, o curso tem uma nova cara neste ano corrente, a coordenação deixou de ser de duas pessoas e passa ser uma equipe de professores e profissionais (áreas da psicologia, psicopedagogia, entre outros) voluntários. Nesse sentido, além de aumentar o número de pessoas na coordenação, conseguiram também montar uma turma de 50 alunos provenientes do ano de 2002 que retornaram devido, principalmente, à campanha feita pelo grupo de professores para que não deixassem de acreditar que é possível minimizar as dificuldades curriculares, rumo à entrada no ensino universitário público e gratuito. Então neste ano são duas turmas, uma com 50 ex-alunos e a outra, também de 50 alunos, selecionados para esta nova turma.

A partir do enfoque acima, mencionando uma nova equipe de coordenação do curso que se constituiu para estar a sua frente no ano de 2003, adentrei nas perspectivas vistas pelo professor. Assim como a coordenação, outra diferença é a questão da gratuidade do curso, que passou a ser cobrado uma taxa irrisória, se comparada com os cursos convencionais (a exemplo, do curso pré-vestibular Mauá). No ano de 2002 as turmas de extensivo do Superação eram totalmente gratuitas, já a turma de intensivo que ingressou no segundo semestre era cobrado cinco reais por aluno para as fotocópias<sup>61</sup>. Mas, agora, no ano de 2003 será cobrada uma taxa a pedido dos próprios alunos e também porque, conforme o professor, há um maior comprometimento dos alunos: *[...] vimos que no final os alunos ficavam incomodados com essa situação. Então assim, eles se mostravam, podemos pagar: cinco, dez, quinze reais entende, então assim eles podem pagar a maioria deles pode pagar certo [...]* Parece assim que há um entusiasmo maior, um comprometimento maior do aluno em relação ao curso. *Estar investindo alguma coisa, um dinheirinho e se desistir vão perder aquele dinheirinho, enfim é mais ou menos por aí. Acredito nessa questão, acho que a forma deles enxergarem o curso foi bem diferente dos anos anteriores para esse ano que fizemos gratuito.* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação)<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Colchete da autora para explicar o teor da dificuldade dos alunos.

<sup>61</sup> Lembrando que as turmas de extensivo haviam ganhado as apostilas do Unificado, que não sobraram para esta última turma.

<sup>62</sup> A decisão de não ser cobrado nenhum valor foi proposto em reunião com os professores e a coordenação no exercício em 2002.

Além disso, iniciativas como as que vêm sendo desenvolvidas, sempre cobram dos alunos um valor irrisório a fim de manter a sua estrutura. A exemplo do pré-vestibular Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO em São Paulo que tem como diretor-executivo Frei David Raimundo Santos, que menciona<sup>63</sup>:

Cada aluno contribui mensalmente com 10% do salário mínimo. Estes recursos são utilizados para fotocópias, apagador, giz, apostilas das matérias, ficando sempre um dinheiro em caixa para pagar os gastos de passagens e lanche dos professores. [...] os próprios estudantes têm assumido com consciência a sustentação interna do núcleo (2003a).

A professora do Projeto da ASP aponta, como perspectivas para o ano corrente, ampliar os eventos que sejam trazidos profissionais para discutir com os alunos a inserção social e econômica do negro na sociedade atual<sup>64</sup>. A proposta seria mostrar exemplos bem sucedidos de que é possível superar as naturais barreiras: *Então ele não tem por que se julgar coitadinho, pobrezinho, credor de tudo e de todo. Então a nossa linha de trabalho dentro de Cultura e Cidadania é mostrar as situações que existem, posicionar o negro ali, naquele local. Mas sem essa visão de você é descendente de escravo, porque houve exploração, tudo lhe é devido. Não ele vai conquistar o seu espaço e pela dificuldade sabemos. Mas nós temos condições de superar essas dificuldades* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A docente continua abalizando as perspectivas com vistas a angariar recursos junto a Assembléia Legislativa que, no ano passado, não foi possível porque a ASP necessita atender a uma demanda organizacional, mais explicitamente, na documentação da instituição, para pleitear tal ajuda financeira. A partir da obtenção de algum tipo de verba, a professora pretende utilizar alguns recursos que no momento são impossíveis, como: fitas de vídeo cassete com as obras literárias etc. A própria Biblioteca Cultural que servirá também para o

---

<sup>63</sup> É importante recordar que Frei David trouxe a idéia a Porto Alegre – RS, impulsionando os professores a organizar o primeiro núcleo do Zumbi dos Palmares, que mais tarde deu origem ao Projeto de Educação da ASP.

<sup>64</sup> Na verdade, no ano de 2002, o evento apresentado aos alunos foi o “Jovem no Mercado de Trabalho”, além desse a professora quer organizar outros para este ano.

CPV, onde será um centro de documentação de materiais publicados e não publicados sobre a história da Associação e sobre toda a questão da cidadania negra<sup>65</sup>.

Quando entro na discussão racial são dois aspectos bem específicos abordados pelos entrevistados: objetivo de um dos cursos que prioriza raça e os assuntos tratados nas disciplinas extras vestibular. A questão racial foi levantada por dois professores do Superação e pela professora de Literatura e Cultura e Cidadania do Projeto de Educação da ASP. Começo pela docente do Superação que tem uma identidade negra constituída e milita no Movimento Negro cerca de dez anos. Foi graduada pela Universidade do Vale dos Sinos em Ciências Sociais, ajudando a fundar o Ecau<sup>66</sup>, que: *a gente começou a se reunir em sala de aula, trazendo os alunos negros e falando a importância de estarmos trabalhando a questão racial por dentro de uma universidade branca que não tinha essa discussão* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação). Tanto a professora do Superação quanto a do Projeto da ASP trazem à pauta o tema no momento dos questionamentos durante a entrevista a respeito das disciplinas atípicas. Então vou abordar as disciplinas atípicas concomitantemente com alguns dos temas sobre: identidade racial, raça, racismo, discriminação, exclusão etc<sup>67</sup>.

No Projeto de Educação da ASP os assuntos tratados na disciplina de “Cultura e Cidadania” são: carreira universitária, cidadania do negro, como organizar seu tempo para o estudo, postura do indivíduo em determinadas situações, direitos e deveres, entre outros. A disciplina ocorreu de setembro a dezembro de 2002. Na verdade, o início estava previsto para agosto, mas, devido às dificuldades de horário da professora, não foi possível. Durante minhas visitas à ASP, assisti à reação dos alunos frente ao acontecimento: a turma se dividia, uma parte ficava na porta da frente da ASP fumando, conversando; alguns sentavam no sofá que está localizado no *hall* da associação. E, outro grupo não saía da sala de aula, também ficam conversando, lanchando, olhando o seu caderno. *Ficavam observando a rua para ver se a professora não está vindo, e se questionavam será que ela não virá novamente? No primeiro dia que a professora deu aula, um dos alunos subiu e disse a turma a professora veio. E, o*

---

<sup>65</sup> A previsão de inauguração era no mês de abril de 2003.

<sup>66</sup> Grupo constituído por alunos da UNISINOS e por pessoas da própria comunidade de São Leopoldo que se propõe a discutir temas como discriminação, racismo, preconceito. Promove palestras em sala de aula sobre estes temas e eventos alusivos aos dias que marcam a história do negro (20 de novembro, 13 de maio etc). Está ligado ao Instituto de Humanitas na área da Ciências Humanas.

<sup>67</sup> Haja vista, que os temas raça, racismo, discriminação já foram tratados na seção 4.1.2 de cunho mais teórico.

*outro pergunta como você sabe? Ah! Vi a foto dela lá na secretaria. Outra aluna diz: agora que ia embora, estou cansada* (Diário de Campo, 27/08/2002).

Mas também tive o privilégio de assistir algumas aulas: o tema da aula ‘metodologia do trabalho intelectual’ trabalhava com os alunos como dividir seu tempo para o estudo, lazer, trabalho etc. Após as primeiras explicações sobre o assunto, pede aos alunos para que elaborem um cronograma colocando as atividades executadas durante a semana. Alguns alunos começaram a trabalhar no seu cronograma e outros não sabiam o que descrever no papel a respeito de suas atividades diárias. De certa forma, esta atividade fez com que os alunos pensassem sobre seu tempo e o seu real aproveitamento. E, partir disso, a professora problematizou o espaço que o estudo tinha nas suas vidas.

Antes da professora entrevistada, houve uma outra professora que trabalhou a mesma disciplina, mas que a conduzia com enfoque diferenciado. A abordagem dada à disciplina era com temas que se relacionavam diretamente com a questão racial, tratando-se de assuntos como exclusão social do negro, preconceito de cor, do racismo, e do próprio movimento negro. Então quando é convidada pela coordenadora C. a ministrar a cadeira de “Cultura e Cidadania”, à professora I. assumiu-a com uma visão diferente de como estava sendo dada. É claro que ela não se coloca contra esta visão que a antiga professora dava a disciplina, porém tinha um outro olhar: *Nós temos que combater, eu entendo sempre, mas temos que combater é com armas muito mais sutis do que simplesmente dizer existe racismo e, ele tem que acabar. Não é assim, ele não vai acabar só porque a gente quer que acabe, vai acabar quando os negros ocuparem os seus espaços com postura, com dignidade, com competência, com profissionalismo, ou seja, que ele se faça respeitar no meio aonde ele atuar* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A disciplina desenrolou-se até dezembro do último ano com cerca de quinze alunos que, segundo a professora, esse número foi superior ao dos outros anos. Nas outras edições do pré-vestibular, chegou a ter apenas quatro, cinco alunos em sala de aula até o final do ano. A professora I. destaca a turma de 2002 de uma maneira geral mais interessada do que as outras trabalhadas na associação. No entanto, ressalta que existiam em sala de aula dois grupos: *[...] aqueles no fundo da classe ficavam lá conversando, ficavam parados olhando e às vezes cumpriam os exercícios outras vezes não, né. Levavam o material para casa, mais não desenvolviam, não traziam prontos. E a turma que normalmente sentam mais na frente é esse grupo, eles querem aprender. Bem que não é para todos, mas a maioria se comporta dessa*

*maneira, eles vêem ali para frente pra poder participar mais da aula* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Durante minhas visitas na ASP pude observar a diferenciação entre os grupos na sala de aula, colocada pela professora. O grupo que sentava no fundo da sala era chamado por alguns colegas como “lance final” porque estavam sempre preocupados com os resultados dos campeonatos de futebol e comentando a respeito do assunto, semelhante ao programa de TV com este nome.

Através do olhar da professora sob os grupos na turma, esta faz uma análise interessante, conseguindo distinguir o aluno que se encaminha para o sucesso no vestibular do outro que está ali no curso simplesmente indo às aulas. Faz a seguinte constatação: *De saída a gente já percebe aquele que vai se encaminhando pra um sucesso, pela postura, pela freqüência, pelo interesse e pelo cumprimento das tarefas que a gente dá, né. E destacaria nessa turma de 2002, olha talvez umas cinco pessoas, os outros entram na média, eles estão ali, eles participam. Mas eles não dão algo mais, e, pra esse tipo de grupo, até como qualquer outro aluno de outro curso pré-vestibular, também, eles têm que dar algo mais, não é só ir à aula e cumprir aquela tarefa, tem de haver uma disposição interior muito grande. Uma organização mental muito grande, inclusive uma disciplina para vencer, pelas dificuldades naturais que eles têm que é família, o emprego, a própria carência econômica para ir além* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

Após as considerações feitas acima passo, propriamente dito, para os temas da disciplina de “Cultura e Cidadania”. Os temas, citados pela professora, mais recorrentes durante as aulas são: vida universitária, cidadania negra, postura adequada para a conquista de emprego, datas importantes para consciência negra, esforço que o negro deve empreender para conquistar seu espaço na sociedade, racismo e discriminação.

Quanto ao assunto vida universitária tratada na disciplina, a professora busca subsídios na sua própria carreira, como adjunta da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Na sua profissão trabalha com a educação ligada à informação. Nesse sentido a professora vê-se comprometida a prepará-los a viver a universidade. *Prepará-los para usar a informação, prepara-los para aprender a aprender. Então é isso, já dar essa noção, essa visão de como se organiza um trabalho, o intelectual, como é que se organizam para estudar, como é que eles trabalham a produção textual. Não a parte de português que para isso tem professor, mas a parte do documento* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Para a professora é fundamental o aluno conhecer a respeito do local



onde tanto almejam entrar – universidade. [...] *não há nenhuma disciplina, nenhum momento que os alunos parem para pensar, para discutir, para ouvir o que é universidade [...] Que estrutura chamada universidade que oferece oportunidades de conhecimento e de educação formal? O que é uma carreira de nível superior? O que é um profissional liberal, o que é um licenciado? Qual a diferença entre um professor e um bacharel?* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). E assim vai descrevendo o entendimento que tem a respeito desse foco, levando sua experiência por dentro da universidade (estrutura, ensino etc.).

Outro tema discutido na disciplina é cidadania negra, tentando avançar em relação aos assuntos do preconceito racial, da discriminação racial, da exclusão do negro na sociedade brasileira. É dado um outro enfoque a questão até porque os próprios alunos já vêm com um preconceito em relação a esses temas. Conforme a professora: *Então o trabalho, o comportamento ético, a busca pelo conhecimento, pela ocupação do seu espaço com competência. E tudo isso, são até compromissos pessoais que tenho, então procuro mostrar esse lado. Não tipo explícita mas trazendo exemplos. Então trabalho, como eu trabalho com eles o estudo da Constituição do Brasil. Começo com a Constituição do Brasil, com os direitos, deveres sociais, temos muito mais direitos do que deveres. É outra coisa que não concordo. Porque para mim a cada direito corresponde a um dever e vice-versa. Direitos na Constituição do Rio Grande do Sul e aí vou abrindo espaço, que direitos são esses, o que é cidadania, o que é participação social, então procuro trabalhar essas questões* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A postura do indivíduo no momento de ir à procura de um emprego é muito importante, sendo um dos tópicos trabalhados na disciplina. Como o aluno deve comportar-se no momento de ir atrás de uma vaga no mercado de trabalho: modo de sentar, de falar, de vestir na hora da entrevista. A postura que o aluno deve desenvolver de acordo com o ambiente, algumas formais e outras mais naturais. A professora conta que quando começa a falar de ‘etiquetas’, alguns alunos pensam ser uma bobagem, mas depois vêm a importância de ser trabalhada a questão e muitas vezes até mudam de idéia sobre o assunto.

Como a professora relatou acima, através do enfoque dado à disciplina, mostra também os heróis negros, datas que são tidas por grande parte dos negros como marcos históricos para conscientização da comunidade negra [...] *por exemplo, a data de 20 de novembro é uma data importante para gente trabalhar com eles. Por que trabalha-se líder*

*Zumbi dos Palmares, nessa perspectiva de que foi uma pessoa que se destacou, lutou contra a escravidão, lutou. Então a luta dele hoje modernamente é com outras estratégias, com outras armas que a gente faz. Todos nós, nos nossos campos somos um pouco Zumbi, não é, mas temos armas diferentes. Por exemplo aqui sou a única negra nessa faculdade. (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).*

Através da temática discutida em aula, tenta expor aos alunos que a entrada na universidade, depende de seu esforço pessoal para alcançar tal objetivo. A professora destaca: *Então quero passar para eles na Cultura e Cidadania isso aí, que nada é fácil. Não é pro branco, não é pro negro, pro negro talvez com mais pimenta ainda, com mais dificuldade, mas nós chegamos. Porque o importante é confiar em si mesmo, é o que falta muitas vezes a essas pessoas é o alto confiança, é saber que pode. E que tem alguém que está aí junto com eles que está torcendo e que vai colaborar de todas as formas para que eles cheguem lá. Mas que a grande partida, a grande contribuição é deles (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).*

E o último tema que vou aqui explicitar, trabalhado pela professora na disciplina de “Cultura e Cidadania”, é sobre questões raciais. Apesar da turma não ser composta só de negros, o tema era tratado pela professora para que os alunos brancos percebessem que estão ocupando que é deles. *Mas que aquele espaço preferencialmente é do nosso negro e que portanto, a gente tem a maior preocupação de trabalhar essas questões. E são questões que a eles possivelmente não digam respeito, porque eles não vivenciam certas experiências que nós vivenciamos como negros (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).* A professora menciona que os alunos brancos ouviam com muita atenção, sem manifestar-se durante as discussões. Com raras exceções davam alguns depoimentos sobre suas experiências.

No entanto, a docente destaca que, em anos anteriores do curso, os alunos manifestavam-se, dizendo que não eram racistas e que não existe racismo, dando exemplos de suas comunidades, onde negros e brancos convivem em perfeita harmonia. Então, explica que isso acontece apenas em alguns espaços, mas que em outros, o racismo e a discriminação estão bem evidenciados. Os alunos argumentam que a questão é econômica, porque se o negro tem recursos financeiros, ele é aceito em qualquer lugar da sociedade. A professora mostra que existem as mais variadas situações: *Porque às vezes, realmente, nem com dinheiro certos espaços estão abertos, assim como é que vou dizer visivelmente. Porque tudo é feito*

*muito sutilmente, até porque se eles escancarem, eles são incursos na Lei Afonso Arinos, então eles não [...] aquele verdadeiro racista, ele não se arrisca porque se ele der oportunidade, ele até vai preso. E se ele trabalhar sutilmente, vai ser mais difícil se caracterizar* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP).

A disciplina de “Cultura e Cidadania”, na visão da professora, tem uma metodologia diferenciada das demais, onde se forma um espaço muito mais de discussão e reflexão do que propriamente uma aula com uma estrutura formal. Segundo a docente: *Porque ali são questões mesmo da vida, é questão da cidadania, o que é ser cidadão, é participar. Mas como é que nós participamos, né* (Ent, 24/02/03, I., professora do Projeto de Educação da ASP). Os alunos têm a liberdade de propor questões que sejam interessantes a serem discutidas na sala de aula. Outro meio sempre utilizado pela professora é a presença de um palestrante para trabalhar assuntos relacionados com temáticas da aula, a exemplo de edições anteriores, foi trazida uma professora que aborda a questão da auto-estima do negro<sup>68</sup>.

Nas disciplinas atípicas “Modelos Civilizatórios Africanos e Direitos Humanos e Cidadania” do curso Superação eram tratados tópicos que discorriam sobre: preconceito, gênero, racismo identidade negra, religiosidade, entre outros. Foi ministrada pela professora durante o período de maio a julho de 2002. A disciplina foi suspensa em comum acordo entre a professora que tinha de se afastar por suas obrigações religiosas e pelo grupo de docentes que entendeu que outras matérias eram mais importantes. A respeito desse último aspecto, a própria docente da disciplina faz uma crítica dizendo: *Então assim teríamos que tirar algumas aulas não é, e, para esse modelo formal de escola são importantes e tirar algumas aulas que para o ver de algumas pessoas não são importantes. E aí eles optaram por tirar Modelos Civilizatórios Africanos, Direitos Humanos e Cidadania [...] Para eles isso é atípico, é para encher lingüiça infelizmente para alguns deles. Senti isso, sou professor de Física, sou professor de matemática, isso dói, isto está implícito [...] que isso não faz parte desse mundo aqui, isso não vai surtir muito efeito e aí eu sentia isso* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação). Ficou inegável na fala da professora o descrédito que alguns professores davam a sua disciplina. Tal descrédito acontecia porque o modelo de ‘escola formal’ não possui esse tipo de disciplina que visa questões mais sociais ou de ordem racial, segundo a professora S.. No entanto, os alunos sentiram falta da disciplina, das conversas, da metodologia diferente da

---

<sup>68</sup> Esse ano não foi possível trazer a palestrante porque se ausentou muito de Porto Alegre.

usada na ‘escola formal’. Em uma das aulas: [...] *tinha um período e eles pediram para suspenderem o outro período, que eles queriam ter mais um outro período. Isso é uma coisa que prova que houve uma receptividade. Isso para mim foi muito gratificante* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Por isso, propõe uma educação diferenciada, pressupondo que: *nosso grande desafio é pensar um grande projeto não só trabalhar com essa classe que consegue chegar ao pré-vestibular mas anterior [...] Vocês são vencedores, conseguiram chegar até aqui, mas anteriores a vocês têm negros e jovens negros que estão na obra. Como é que vai ser o resultado de vocês depois de saírem da universidade* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Na opinião da professora, essa educação diferenciada deve abranger disciplinas de que não possuem um caráter somente de preparo para o vestibular, mas também discussões que alcancem à identidade dos alunos, realidade onde estão inseridos. Nesse sentido, a disciplina não é compreendida como atípica ao vestibular, já que faz parte da vida dos educandos. Talvez ela possa ser considerada atípica quando se fala de um padrão de escola formal que vigora na atualidade do país. *Ela é atípica para as pessoas que não entendem uma nova proposta no sistema educacional e até mesmo por dentro dessa escola dita formal entendeu. Trabalho a questão da transversalidade e aí temos que estar trabalhando tudo isso. Para mim dentro desse processo de fragmentação do homem que essa lógica oci-judaíco cristão ocidental promove no seio da humanidade, ela tem que passar por uma transformação radical. E aí o nosso grande diferencial enquanto ser, quando falo em ser negro ou ser em geral é estarmos trabalhando com essas coisas que nos eram negadas, que foram silenciadas através dos tempos* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Passando para os temas dessa disciplina, houve uma receptividade muito grande da turma em estar participando nos conteúdos da disciplina. Por volta de 45 alunos estavam assistindo às aulas que eram palco de diálogos sobre a identidade dos alunos negros. *Por que tenho algumas manifestações enquanto negro. Bom tu veio de um grupo ou de uma etnia que tinha esse reflexo que hoje faz parte do teu cotidiano. Conhecer isso me faz entender várias coisas que para mim não estão resolvidas enquanto ser negro entendeu. Por isso da importância de trabalhar essas disciplinas com os alunos negros, com certeza se essa passagem nossa pelo curso, trabalhando Civilizações Africanas, Direitos Humanos e Cidadania sob uma óptica negra. Esses alunos, eles vão ter outro olhar sobre algumas coisas*

*e consegui identificar isso quando converso com eles na rua* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

No que se refere à mudança de estrutura de um dos cursos, a coordenação entendeu que deveria ser modificada, conforme o que a própria professora I. relatou anteriormente, para que o CPV assumisse mais o perfil da associação. Antes o curso era o segundo núcleo do Zumbi dos Palmares, então a partir de 2001 o curso passa a ser denominado Projeto de Educação da ASP. Nessa nova configuração do curso, o professor de Biologia faz referência às inovações que ocorreram: *[...] acho que foi positivo porque o pessoal teve mais autonomia para decidir sobre mudanças, alterações, melhoramentos que pode ser feito para o cursinho [...] Então agora eles têm mais autonomia pra eles, já tem o conselho do próprio clube, sabe do que o próprio clube pode dispor para o cursinho. Então fica mais fácil gerenciar* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP). Porque, segundo o professor, antes havia muitos problemas que foram parcialmente resolvidos a partir desse desligamento do Zumbi: *Mas havia muita falta de professor, no início eu padei muito, eu e meus colegas com a falta de professores voluntários. E até por cadeiras, essas coisas toda faltou muito. E, hoje eu vejo que o pessoal está melhor servido nessa área* (Ent, 28/01/03, A., professor do Projeto de Educação da ASP).

Além das relações da coordenação, professores e alunos, outra que mereceu um tratamento específico foi a relação com os porteiros do Colégio Rosário. Meu interesse pelo assunto despertou-se a partir da entrevista feita com a coordenadora do Superação e também pelos momentos em que estive em campo, coletando os dados. Dos professores entrevistados dois citaram que havia racismo por parte dos funcionários. O colégio era tido como um ‘território branco’ e a comunidade do Superação nem sempre era bem vista pelos porteiros, *E quando eles nos notam, ou quando eles nos olham, ou quando eles nos percebem, essa percepção não é uma percepção receptiva. É só tu entrar em grupo em qualquer espaço, que é um espaço branco, ali estávamos dentro de um universo branco que é atípico os negros estarem dentro* (Ent, 18/02/03, S., professora do Superação).

Talvez por esse motivo em alguns momentos como assisti à relação entre o curso e os funcionários ficou complicada: *[...] acho que o ponto crítico foi uma reunião no sábado onde nos ficamos o nosso horário até o meio-dia e queríamos que ultrapassasse uns quinze minutos e esse senhor começou a dizer que não poderia dar um dedo e já queriam a mão. Eu achei que ele estava brincando né até sorri para ele, mas depois vi que ele estava falando*

*sério, nos meio que discutimos porque disse pra ele que não tinha o direito e nem o poder para fazer o que ele estava fazendo e ele, nos insultamos enfim* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). Após a saída dos professores do colégio, deram continuidade à reunião na praça em frente por mais uns quinze minutos, então observaram que continuava saindo pessoas do interior do recinto. No entanto, o professor C. faz uma ressalva interessante dizendo que: [...] *depois conversando com os pais de alguns alunos eu fiquei mais tranqüilo, porque a forma de tratamento conosco era mesma forma de tratamento com os pais dos alunos do Rosário há muitos anos* (Ent, 21/02/03, C., professor do Superação). O professor complementa mencionando que houve uma troca de funcionário e isso dificultou bastante a relação, devido ao fato de conhecer o antigo empregado, pois haviam trabalhado juntos no serviço militar. Sendo que antes o porteiro mais velho ficava acompanhado de um rapaz negro e, nesse ano de 2002, houve alteração com a permuta desse funcionário por outro branco.

#### **4.3 SITUANDO OS ALUNOS NO TABULEIRO DOS CURSINHOS OU DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO?**

Nesta seção da dissertação, traçarei o perfil dos discentes de ambos os cursos, com base nos dados obtidos, a partir das fichas preenchidas pelos alunos, que constam em Anexo, ao se candidatarem a uma vaga no respectivo pré-vestibular, conforme anunciamos no item “Situando no Tabuleiro Cidadãos Negros Voluntários e sua Atuação a Frente dos Cursinhos ou Coordenações Negras no Tabuleiro dos Cursos”. Esses dados serão confrontados com os elementos que se evidenciaram durante as entrevistas realizadas com a amostra de alunos. Cabe ressaltar, que as fichas são distintas de um curso para outro. Por isso, não se pretende estabelecer uma comparação entre os dados, mas, apenas trazê-los para mostrar quem são, o que pensam, quais suas idades, há quanto tempo concluíram o Ensino Médio, se já fizeram um outro curso pré-vestibular, entre outras questões.

Começarei obedecendo à ordem presente nas fichas. Para facilitar ao leitor apresento duas partes, na primeira apresento origem dos alunos em relação aos bairros, faixa etária, estado civil, profissão, participação econômica na manutenção da família, quanto tempo pararam de estudar, quantos já prestaram vestibular, raça/cor, quantos haviam feito pré-vestibular antes de chegarem aos CPV; e na segunda, escolhas do aluno: pela universidade pública e privada e opção pelo curso de graduação; como os alunos administram seu tempo entre estudo e trabalho e a forma como estudam; condições para o estudo; dupla jornada que a

mulher enfrenta entre o lar e a profissão; dificuldades para concluírem o CPV e o curso de graduação; e as disciplinas que possuem mais dificuldades.

#### **4.3.1 DE ONDE VÊM?**

Os alunos do projeto da ASP vêm, principalmente, dos bairros Nonoai e Partenon. A maior área de concentração deles encontra-se nos bairros que se localizam próximos à ASP, conforme o mapa de localização de suas residências por bairros (Apêndice E). Os discentes são provenientes basicamente de Porto Alegre e apenas 2, do total de 57 fichas respondidas, são da cidade de Viamão (Ver Apêndice F e G).

Mas, apesar da proximidade, a grande maioria necessita de transporte coletivo para vir assistir às aulas. Seja a partir do local de trabalho ou desde a sua casa. Dos 57 alunos que responderam ao questionário, 53 utilizam o ônibus como meio de transporte para se locomoverem até a ASP, o que corresponde a 93%. É necessário frisar tal percentual, pois, no decorrer do ano, muitos alunos desistem do CPV justamente por não terem como arcar com seu transporte coletivo até a Associação. Mesmo que o curso proporcione ao aluno um atestado de frequência que lhe possibilita usufruir de passagem estudantil, esta ajuda nem sempre se mostra suficiente, no caso de muitos alunos.

Já em relação à origem dos alunos do curso Superação, a maioria é de Porto Alegre e Guaíba (Apêndice H). Em Porto Alegre, a maior concentração de alunos reside na zona sul com 8,8% dos alunos residindo no bairro Partenon, e 7,8% no Rubem Berta, na zona norte da cidade (Apêndice D e I).

Passemos agora a tratar do item relacionado às idades dos alunos que frequentam os cursos. No Projeto de Educação da ASP a faixa etária dos alunos varia entre 18 e 46 anos. No entanto, a maioria está entre 19 a 27 anos, revelando quase a mesma proporção de concentração nessa faixa de idade no outro curso estudado.

A faixa de idade dos alunos varia entre 17 a 55 anos no Superação. O maior contingente de alunos situa-se na faixa etária entre 19 e 28 anos. O curso abarca alunos de considerável variedade quanto às idades, todos, com um grande empenho declarado, em conseguir aprovação no vestibular.

A maioria dos alunos do curso Superação é solteira, sendo apenas 7 homens casados e 14 mulheres casadas, totalizando 21 discentes e 3 mulheres separadas. Apesar de um número pequeno de casados, esse número aumenta ao analisar o item filhos. Ou seja, declaravam-se solteiros em muitos casos, no entanto, já tinham filhos. E, em alguns casos, poderiam ter um companheiro ou uma companheira e se consideravam solteiros. Do total de 137 fichas, 41 alunos responderam que têm pelo menos 1 filho.

Na ASP, das fichas preenchidas, apenas 7 alunos se autodenominaram casados, mas se formos analisar o número de alunos que possui filhos, esse número sobe para 12. Tal fato evidencia que vem crescendo o número de pessoas que têm filhos e que não são casadas. Principalmente, em se tratando de mulheres que criam e educam seus filhos, muitas vezes, sem a figura do pai presente. Para ilustrar tal acontecimento, faço referência aos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED – RMPA). “O tipo de família que mais cresceu nesse período foi aquela chefiada por mulheres com filhos, cuja proporção passou de 13,0% em 1993 para 15,7% do total das famílias residentes na Região em 2000” (Galeazzi, 2001, p. 62-3).

A maioria dos estudantes de ambos os cursos é do sexo feminino e solteira; não raras vezes são donas de casa e algumas com filhos. Isso acaba restringindo seu tempo para o estudo, porque necessitam se dividir entre as tarefas do lar e seu sonho de conquistar uma vaga na universidade. Essa dupla jornada de dona do lar e de estudante de um CPV ocasionou a evasão de muitas mulheres durante o curso. Como por exemplo, a esposa de um dos alunos entrevistados. *Então a minha esposa chegava no 2º período, né? um tempo como é aqui, perto do Rosário. Então ela ficava até as sete e meia, até a minha sogra chegar, quando a minha sogra chegava, ela ia pro curso. No caso, ela sempre perdia o 1º período, duas vezes por semana, uma vez por semana [...] E, quando questionei a respeito do desempenho da sua esposa no vestibular, ele respondeu: Não foi tão bem porque tinha pouco tempo para se preparar também em casa. Porque não bastava só ir no cursinho assistir as aulas, tinha que estudar bastante em casa e, em casa ela não tinha tempo por causa da casa e da neném, também (Ent, 01/03/03, C., aluno do Superação).*



No curso da ASP, do total de 57 fichas preenchidas, somente 21 alunos são responsáveis por sua manutenção<sup>69</sup>. Este dado leva-nos a pensar que, apesar dos alunos fazerem parte da População em Idade Ativa (PIA) e que deveriam estar inseridos na proporção da População Economicamente Ativa (PEA), tendo uma profissão, estão desempregados. Do total de fichas, apenas 18 alunos estavam empregados no momento da inscrição no ano de 2002<sup>70</sup>. O aumento do índice de desemprego que assola grande parte da sociedade brasileira e porto-alegrense não fica distante da realidade dos alunos negros e carentes que freqüentam ambos CPV<sup>71</sup>.

Os 18 alunos que fazem parte da PEA estão distribuídos nas profissões de baixa remuneração: balconista, empregada doméstica, auxiliar de serviços gerais, vigilante etc. Em relação à renda familiar, do total de fichas preenchidas, a renda variou de 1 salário mínimo a 10 salários mínimos, concentrando-se na faixa de 1,1 a 3 salários mínimos<sup>72</sup>. Mas, ao responderem sobre atividade remunerada, esse número passou de 18 empregados para 25 alunos com remuneração. Pode-se supor que estes 7 alunos a mais estão exercendo atividades remuneradas informais, não possuindo carteira assinada.

Os dados das fichas que o curso apresenta em termos de situação no mercado de trabalho corroboram e confirmam o quadro de exclusão que o negro vive na sociedade brasileira, conforme vimos na seção 4.1.2 que trouxe vários exemplos de pesquisas do IBGE, IBASE, relativas à educação, ao mercado de trabalho etc.

Realmente, ao analisar que a grande maioria dos alunos possui renda familiar aproximadamente de 1 a 3 salários mínimos, fica muito difícil pagar um curso pré-vestibular. O número médio de pessoas que compõem a família varia de dois a seis membros para dividir esta renda.

---

<sup>69</sup> Notem que houve uma oscilação de 18 empregados para 21 responsáveis por sua manutenção. Essa diferença, talvez aconteça, porque esses três alunos podem ter outra fonte de renda, que não necessariamente o emprego.

<sup>70</sup> É considerado pertencente à População em Idade Ativa (PIA) o indivíduo com 10 anos e mais. Ver: Galeazzi, (2001).

<sup>71</sup> Para os negros o quadro é ainda mais grave. As taxas de desemprego são sempre superiores às dos brancos (conforme a região metropolitana considerada, chega a mais de 8 pontos percentuais) e seus salários, muito inferiores, mesmo nas regiões onde a população negra é majoritária. Sua inserção no mercado de trabalho ocorre freqüentemente nas situações mais frágeis e com vínculos mais precários. Numa escala de rendimentos, os homens brancos, em qualquer região do país encontram-se no topo, seguidos, normalmente das mulheres não-negras. Mas as mulheres negras encontram-se na situação menos privilegiada (Dieese, 2003).

<sup>72</sup> Lembrando que renda familiar era um dos dados levados em consideração na seleção para ingresso no curso.

Entre as perguntas que está na ficha do Projeto de Educação da ASP, uma delas dizia: “qual a sua participação na vida econômica da família?”. Grande parte dos alunos respondeu que não trabalha e que seus gastos são financiados pela família. Em contrapartida, uma outra parte significativa trabalha e se responsabiliza pelo seu sustento e, inclusive, ajuda a família. A questão financeira era um dos principais motivos atribuídos à importância do curso, segundo a fala dos entrevistados: *[...] se eu não tivesse fazendo ele, provavelmente não ia fazer um curso particular. Porque eu não estava com dinheiro, não estava trabalhando ainda. Ai quando ele começou é que eu comecei a trabalhar, mas quando eu me inscrevi, que foi bem antes, foi um mês anterior à inscrição, não estava trabalhando, então não tinha condições de pagar um curso* (Ent, 27/02/03, J., aluna do Projeto de Educação da ASP).

Outro aluno também da ASP fala da questão econômica e do retorno que pretende dar ao curso. *Só que a oportunidade que eles dão [...] se pudesse um dia faria o mesmo. Porque não tenho condições de pagar um curso particular, um curso privado, eu sei que muita gente quer estudar e não tem condições. Então, se um dia tiver a mesma oportunidade faria a mesma coisa que eles, se tivesse espaço também. Porque muitas vezes algumas pessoas têm pessoal qualificado pra dar aula, voluntários, assim como lá, mas não têm espaços para poder fazer isso* (Ent, 28/02/03, G., aluno do Projeto de Educação da ASP).

A nota da entrevista expressa pelo aluno traz à tona a realidade de muitos cursinhos que começam a se organizar para instalar um pré-vestibular. Na maioria das vezes, não possuem um local para estruturar um curso e necessitam do auxílio de alguma instituição que se sensibilize com a causa. Nascimento contou um pouco a história desses cursinhos:

Eles se preparam para o vestibular em salas de aulas inusitadas. Pode ser numa igreja, num terreiro de candomblé ou num galpão da Faculdade de Veterinária da USP. Pode ser também numa casa com piscina num bairro nobre de São Paulo. Todos os dias, a partir das 19 horas, turmas de alunos entre 18 e 30 anos abrem suas apostilas para assistir às aulas de Física, Química, História e demais disciplinas. Contando com a dedicação de professores voluntários e locais cedidos gratuitamente, cursos pré-vestibulares tentam a todo custo colocar mais negros sentados nos bancos das universidades. Hoje, apenas 2% dos universitários brasileiros são negros, segundo do IBGE. Dispostos a mudar essa realidade, instituições ligadas ao movimento negro oferecem estudo gratuito em várias regiões do País a quem não pode pagar um pré-vestibular particular (2002).

Continuo a trazer dados das fichas dos alunos do Projeto de Educação da ASP para evidenciar há quanto tempo pararam de estudar: a média é de 1 a 3 anos. No entanto, muitos alunos estão há quase 20 anos longe dos bancos escolares. E, dos 57 alunos, somente 4 haviam feito algum tipo de CPV. Dos 4 alunos que fizeram pré-vestibular, um já tinha passado por outro CPV popular – Zumbi dos Palmares. Qual o principal motivo que levaria um número tão pequeno de alunos a cursarem um pré-vestibular? Com certeza, a falta de recursos financeiros seria uma das causas mais freqüentes. Mas, além desta, uma aluna trouxe outra razão que evidencia um ponto importante: o aluno necessita de referenciais positivos para se motivar a estudar e prestar o vestibular. Muitas vezes, a baixa auto-estima desse aluno impossibilita-o de evoluir na sua escolaridade. Geralmente, esse aluno é oriundo da escola pública, onde praticamente inexistente referencial da sua etnia/raça, que possa servir de modelo a ser alcançado. *Nunca tive interesse em cursinho e depois olhei aquele curso disse, aí! Saiu aquele rapaz, o A. que passou na medicina. Olha só que barato, ele conseguiu, vou tentar também. Aí! Fui lá fiz a prova de redação e tinha que ligar umas duas semanas, quinze dias depois, para ver se tinha sido classificada. Aí, liguei, CLASSIFICADA! Ah! Fiquei tão feliz, nunca tinha feito um cursinho, era minha primeira experiência de cursinho* (Ent, 26/02/03, A., aluna do Superação)<sup>73</sup>. Assim como a aluna relata que foi sua primeira experiência em cursinho, no ano seguinte, ela não conseguiu aprovação no vestibular e continuou tentando. Dessa vez, mudou-se para outro curso, o Superação. Justamente por ser mais perto de sua residência. Já uma aluna da ASP conta que estava tentando vestibular e cursinho pela primeira vez em sua vida desde que concluiu o Ensino Médio, há cerca de 8 anos, porque faltou incentivo. *Eu só trabalhei, trabalhei, nunca tinha parado para pensar, aí agora, como meu chefe, quase, me forçou, me empurrou e resolvi a fazer isso* (Ent, 27/02/03, A., aluna do Projeto de Educação da ASP).

Assim, como a ausência de referenciais positivos prejudica a auto-estima do aluno, a presença de modelos ajuda-o a acreditar na possibilidade do seu sonho tornar-se realidade. *Sim, claro, imagina todo mundo com diploma, o meu tio se formou em geografia, todo mundo, e, porque que eu não vou seguir o mesmo parâmetro, não tem por quê. Quero o melhor para mim* (Ent, 28/02/03, A., aluno do Superação).

---

<sup>73</sup> Ressalto a discussão de Cavalleiro (1999, p. 50): “As instituições educacionais têm-se mostrado omissas quanto ao dever de reconhecer positivamente a criança negra, no cotidiano escolar, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional. Se o acesso à educação representa um direito de todos os cidadãos, é

Quando se está há muitos anos longe da sala de aula, o retorno, às vezes, se torna-se difícil, porque tem que haver uma readaptação por parte desse aluno. Uma das alunas enfatizou as dificuldades que tinha em determinadas circunstâncias, principalmente com a indisciplina dos colegas: *Às vezes, sim com certeza até a turma lá da frente, mandava os lá de trás parar. Mas eram jovens, tudo naquela fase, como eu digo, cabeça fresquinha, parou de estudar o ano anterior, então aquilo é fácil pra eles. Ah! eu já sei isso aí, ah! Pô, calma, eu não sei, faz muito tempo que não estudo, quero me concentrar, aí eles paravam* (Ent, 26/02/03, L., aluna do Projeto de Educação da ASP).

Quando perguntados em relação ao número de vezes que prestaram vestibular, 27 nunca o fizeram, porém, perto de 23 alunos estão tentando pela segunda vez. O curso pretendido que teve maior escolha foi direito e, depois, administração. Mas vários alunos optaram por mais de um curso, justamente por não estarem seguros de sua decisão. Nas licenciaturas, biologia foi o mais procurado nas intenções dos alunos.

Na pergunta que mencionava qual a sua descendência, 27 alunos responderam que eram afro-descendentes, e 26 disseram que não. Ainda que o curso da ASP não se dirija diretamente aos negros, esta era uma das perguntas feitas pela coordenação do curso. Não podemos perder de vista que esta instituição é uma das pioneiras, em Porto Alegre, a enfatizar o cidadão negro, principalmente através das questões culturais. Então, de alguma forma, mesmo que não esteja na prioridade do curso priorizar negros, tentava se contemplar a temática na disciplina de Cultura e Cidadania, conforme o relato de uma das professoras, na seção anterior.

Uma aluna chamou-me a atenção porque na sua ficha de matrícula na ASP autodenominou-se afro-descendente. Poderia não tê-lo feito devido a suas características fenotípicas não serem totalmente negróides. Então, a questioneei sobre isso: *Porque a minha vó é negra, era por parte de mãe. Por parte de pai, eles eram alemães. Meu avô era bugre e minha vó era negra, bem negra, graças a Deus. Porque eu adorava minha vó, tenho maior orgulho dela, e tenho orgulho de ser descendente de negro* (Ent, 27/02/03, A., aluna do Projeto de Educação da ASP).

Outra aluna da ASP coloca a importância de ser mais uma negra na universidade: *a gente precisa saber, ter uma visão ampla das coisas pra poder se colocar no mercado, que não é fácil, até porque tem aquela coisa do negro, na minha aula tem quatro negras, assim, e a gente, vê que são poucas dentro da universidade, aí um dia me fiz essa pergunta – Por que são poucas? Então o que tá mudando pra mim, o que tá mudando é mais uma negra na universidade. Depois, digo, é mais uma negra na universidade, apesar de ter quatro dentro da minha sala de aula, é mais uma negra, sabe, isso me deixou feliz [...]* O relato da aluna vai muito ao encontro do que a professora de Cultura e Cidadania coloca a respeito do esforço que o negro deve empenhar para conseguir alcançar suas metas: *[...] não é só a raça em si, mas é a força de vontade, porque aí a raça, o que é a raça? Aí tu vai dizer, ah! eu sou negro, ah! sabe não é isso, não é a tua cor da pele, sabe, que vai modificar. Mas é a tua força de vontade, mas a raça negra parece que tem, eu não sei, mas acho que isso tem que ser estudado. Dá pra contar as pessoas que conseguem ir pra frente, ir pra um outro caminho, que não o da vida boemia, da churrascada no final de semana. Aquela coisa sabe, precisa ter outra visão das coisas, sei que tem um série de coisas atrás disso, é a família. A família é uma base sabe, é a escola, é o meio que tu vive [...]* até a própria escola não incentiva, sabe, as pessoas ficam ali se digladiando, às vezes, desde pequeno, da primeira série, segunda série, já tão se pegando no pau, e, não tem uma educação voltada pra isso, assim pra outro lado das coisas, às vezes eu fico pensando, parece que falta mais assim, não sei se é do governo, da sociedade em si, da família em si [...]

(Ent, 19/03/03, C., aluna do Projeto de Educação da ASP).

No curso Superação estive diante de 137 fichas preenchidas pelos alunos, que formavam as duas turmas de extensivo e uma de intensivo<sup>74</sup>. Essas turmas tinham alunos que estavam afastados da escola há 24 anos. Voltaram no ano de 2002 para retomar seus estudos e tentar uma vaga na universidade. A grande maioria dos discentes das turmas era oriunda de escola pública e tinha concluído o Ensino Médio 5 anos atrás, em média. *Eu fiquei afastado de sala de aula por 13 anos, então o meu retorno achei que as aulas estão boas, trata-se de um curso em que os professores são voluntários. Tem que ter preocupação de encaixar horário, matérias pra que dê tudo certo no decorrer do curso e, às vezes, não é possível, a*

---

<sup>74</sup> Cabe lembrar novamente que inicialmente eram três turmas de extensivo, mas, no decorrer do ano, houve evasões, reduzindo-se para duas, as turmas de extensivo. E, em setembro, começou a turma de intensivo.

*gente compreende, eu, ao menos, compreendo. E o curso é bom como te falei, fiquei um bom tempo afastado, estou voltando agora, me senti bem* (Ent, 08/10/02, E., aluno do Superação).

Do total de alunos, apenas 19 haviam feito pré-vestibular antes de chegar ao Superação. Sendo que, desses alunos que fizeram o cursinho, 6 tinham feito em anos anteriores o Superação e 2 tinham feito o Zumbi dos Palmares e o curso da ASP, ambos populares. Esse pequeno número, se comparado ao total de fichas analisadas, comprova a importância que o CPV tem na vida dos alunos, já de antemão. Certamente, a maioria deles está fazendo pela primeira vez um curso pré-vestibular. Verifica-se a importância que este tipo de iniciativa traz para a sociedade porto-alegrense, ficando evidente na fala dos entrevistados. A partir deste ponto, trarei alguns exemplos, assim como foi feito, acima, do outro curso: *Acredito, assim, sem o curso que eu fiz, já fiz curso pago, fiz o Bixo, paguei, me ralei o ano todo para pagar e não fiz vestibular, fiz pra concurso. Isso quer dizer que, então, conhecia bem um cursinho pago, depois chegar num curso gratuito [...] porque os temas que eles abordaram, o curso me mostrou boa parte, o curso me mostrou, ou pelo menos me disse aonde estava, onde tinha que buscar, quer dizer, o curso me direcionou de uma maneira assim, que sem o curso não teria conseguido ter o desempenho que tive no vestibular. Se tiver oportunidade de repetir a dose em 2003, conseguir ficar dentro do curso, te garanto, assim, que, se de novo não me classificar vai ser por questão muito pequena, porque esse ano me mostrou as minhas deficiências no curso, e até quero me articular melhor agora com o pessoal que articula o curso, até pra mim dar a minha contribuição do que não aconteceu no ano passado* (Ent, 01/03/03, C., aluno do Superação).

Com base nos relatos, nota-se a importância da iniciativa de um curso gratuito na vida desses educandos e, acima de tudo, há um reconhecimento da doação dos indivíduos envolvidos no processo. O esforço, por parte da coordenação e dos professores, é reconhecido pelos alunos quando, por exemplo, uma aluna diz: *Excelente a coordenação, maravilhoso o trabalho, mesmo. Super dedicados, sempre procurando professores, locais disponíveis para que tivéssemos aulas. No início do ano tivemos algumas aulas nos finais de semana, até no domingo. Na época era o professor V., ainda, que dava aula de química. E eles (uma sala) conseguiram para uma aula lá no prédio da SMIC, SEC, tudo funciona no mesmo prédio lá na Andradas. Então a N. e o F. sempre correndo, sempre batalhando, maravilhosos eles* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

Em muitos casos, o reconhecimento torna-se um tipo de agradecimento que os alunos devem ter pelos professores e coordenação, que trabalham gratuitamente. Às vezes, esse agradecimento pode até impedir que o aluno avalie criticamente o curso, possibilitando um avanço qualitativo para o mesmo. *Não tenho preferências, a gente vai ter que entender esse lado, eles estão lá fazendo a doação deles, que é dando aula, não estão cobrando nada. Então a gente não tem que cobrar nada. Agora, a partir, do momento que a gente está pagando o curso caro, com certeza, se o professor faltar tu tens que cobrar, porque tu está pagando pra ter aquilo, entendeu?* (Ent, 27/02/03, J., aluna do Projeto de Educação da ASP). Na mesma linha outra aluna do curso coloca: [...] *mas acho que o esforço deles valeu a pena, sabe, apesar, de a gente não conseguir, de não ter conseguido, mas acho que o esforço deles valeu a pena, acho que 'sempre vale a pena quando a alma não é pequena'. Acho que, quando tu consegue ceder um pouco, doar o teu tempo, por mais complicado que seja a semana deles, é complicado, são pessoas que trabalhavam, estudavam, e, estavam sempre correndo, e, doaram um pouco do tempo deles pra gente. Isso é muito importante* (Ent, 19/03/03, C., aluna do Projeto de Educação da ASP).

No caso, das alunas da ASP, pensavam que a doação dos professores impossibilitava-os de cobrarem qualquer tipo de responsabilidade ou qualquer aprimoramento por parte do professor em relação a sua metodologia (sua didática) para atingir a aprendizagem dos seus alunos. Talvez, esse deva ser um dos pontos a ser trabalhado nos CPV para beneficiar o trabalho do professor voluntário. Ao mesmo tempo, remeto essa questão ao aspecto que o coordenador do IBÁ trouxe a respeito da responsabilidade do profissional voluntário: como cobrar se ele não tem nenhuma ajuda financeira para realizar tal trabalho?

Em contrapartida, um aluno do Superação fez críticas às disciplinas atípicas, que vejo como uma maneira de fazer os docentes repensarem seu trabalho, a fim de qualificá-lo. *Acho que tem que ser uma coisa mais dinâmica, assim, não levando em consideração ao pé da letra. Ensinando de uma maneira que a pessoa preste a atenção em você e faça pensar, questionar finalmente. Não querer fazer uma lavagem cerebral nas pessoas, sou professor, você o aluno, eu vou falar aqui, escreve, memoriza e pronto. Na Cultura Afro e Direitos Humanos e Cidadania, isso no começo, depois melhorou, veio outro professor, daí sim, chamou a atenção, eles começaram a questionar, te ensinavam de uma maneira ampla, te davam não só aquilo, te davam história junto. De outros povos, isso de uma maneira geral,*

*mesmo não só aquela coisa eu sou professor, você é o aluno* (Ent, 28/02/03, A., aluno do Superação)<sup>75</sup>.

No entanto, todo o esforço citado pela aluna, por parte da coordenação, parecia exigir um retorno do aluno, que era seu empenho para conseguir aprovação no vestibular.

Em duas das perguntas do ‘cadastro’, o aluno era questionado se já havia feito o concurso na UFRGS e, também, se havia tentado uma outra universidade, no caso, a privada. Por aqui finalizo a seção para abrir a discussão sobre a escolha dos alunos pela universidade pública ou privada, entre outros assuntos.

#### **4.3.2 PARA ONDE VÃO?**

O item traz elementos que mostram a escolha dos estudantes pela universidade pública ou privada e suas implicações; como administram seu tempo entre estudo e trabalho durante o curso pré-vestibular e até diante da própria universidade; forma como estudam em sala de aula e em casa; dupla jornada de trabalho que a mulher enfrenta no seu cotidiano; dificuldades para concluir seu curso de graduação após a entrada; disciplinas que possuem mais dificuldades no programa do vestibular; condições para o estudo; curso escolhido para o vestibular em 2003.

Dos 137 alunos que preencheram o questionário, 79 não tinham prestado vestibular na UFRGS, tendo os 58 restantes se submetido ao exame para ingresso nessa universidade pública. Uma maioria esmagadora respondeu que não havia feito porque necessitava de um curso pré-vestibular e de um preparo maior, não se considerando capacitados para prestar o vestibular. Apareceram outras respostas, apontando para outras questões, tais como: dificuldades financeiras para pagar um curso pré-vestibular e a taxa de inscrição. Parte dos alunos respondeu que estava concluindo o ensino médio.

Em relação às universidades particulares, dos 137 alunos, somente 21 tentaram essa oportunidade. A grande maioria, 116 alunos, não prestou vestibular em instituições privadas. O principal motivo, segundo as respostas fornecidas, foi a falta de recursos financeiros para

---

<sup>75</sup> No começo do semestre os alunos tiveram alguns problemas com o professor de história porque queria impor sua visão aos alunos, então, isso foi levado à coordenação. Esta conversou com o professor sobre a questão, então, ele resolveu se afastar do curso.



arcar com o ensino privado. Cabe ressaltar a reflexão que Lima (2002, p. 165) faz a esse respeito: “Todos sabemos que, quando a criança pobre está na escola, ela é pública e se, chega à universidade, ela é privada. Do mesmo modo, criança rica estuda na escola particular e, quando cresce, na universidade pública”. Infelizmente, a autora traz a tona uma discussão que evidencia a realidade, os pobres ou ainda, os negros que mais carecem da universidade gratuita acabam ficando de fora dela.

Tanto em relação à UFRGS, quanto ao ensino superior privado vemos que a tônica é, mais uma vez, a falta de recursos econômicos como empecilho para o ingresso no ensino superior. E, os que ingressam, necessitam trabalhar para custear seus estudos. Para exemplificar, trago a fala de uma aluna: *É diurno, é à tarde, é assim que ele funciona manhã e tarde. Até esse último semestre que eu cursei ele à tarde. A partir do semestre que vem, próximo semestre, agora, eu pretendo cursá-lo pela manhã, para ter maior parte do tempo disponível para poder trabalhar até* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

Muitos dos alunos que passam pelo pré-vestibular administram seu tempo entre estudo e trabalho. A forma como organizam seu tempo disponível para o estudo varia de aluno para aluno. Sabe-se que alguns costumam exigir mais de si do que outros. Os alunos entrevistados declaram seu comprometimento de várias formas: *Madrugada, estudava de madrugada, sério, até 4 horas da manhã, em média, eu estava estudando. Quando chegava em casa, jantava, fazia alguma coisa, porque eu moro sozinha, tenho que arrumar a casa, e aí, depois, ia estudar. Tomava um banho e ia estudar. Tipo meia noite e meia, meia noite e quarenta estava começando a estudar, e ficava até às 4 h da manhã* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

Quanto à forma de estudar, outro aluno declarou: *Eu procuro estudar no domingo, no fim da tarde, naquele horário que não tem nada para assistir na TV. Então procuro ver alguma coisa que não entendi, alguma coisa que eu tenha de revisar. Tenho uma maneira de estudar, assim posso estar errada, mas tem dado certo. Estou às vezes andando de ônibus, pensando no que estudei na aula passada. Estou trabalhando em vez de estar pensando em uma outra coisa, penso naquela fórmula de química, naquela fórmula de física, naquela fórmula de matemática. E se não me lembrar na hora, quando chegar em casa olho e lembro* (Ent, 08/10/02, E., aluno do Superação).

Mesmo em sala de aula, alguns alunos conseguem ser mais atentos, questionadores, fazerem os exercícios e outros, nem tanto. *Mas, basicamente, era isso aí, os exercícios que ele dava em aula, o que não conseguia fazer em casa, os exercícios deixava separado, pegava o professor no curso, no tempo que ele estivesse vago e abordava a matéria* (Ent, 01/03/03, C., aluno do Superação).

Uma aluna trouxe uma problemática que considerável parte da população sofre, principalmente as mulheres, a dupla jornada de trabalho: dona de casa e trabalhadora fora de casa, além de estudante, neste caso. Isso dificulta seguramente a aprendizagem desses alunos que se revezam entre estudo e trabalhos; o exemplo descrito vem a corroborar a realidade que algumas alunas de ambos os cursos sofrem. *Realmente, no último semestre do ano de 2002, já estava esgotadíssima. Levantava assim porque era vontade mesmo que tinha, porque condições físicas eu já não tinha quase mais. Tri cansada, já levantava cansada para ir trabalhar. Daí que foi começando [...] já estava com alguns problemas no trabalho por causa do horário na faculdade, não estava conseguindo conciliar trabalho, faculdade. O meu trabalho era todo o dia, a faculdade era no diurno. Também não tinha como conciliar as duas coisas. Aí é que fui começando a me desgastar mais ainda, que entrei num acordo com eles, que me deram duas tardes para eu poder fazer o meu curso. Mas, mesmo assim, não era suficiente, daí a cobrança veio do outro lado* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

A dificuldade não se encontra somente na entrada do aluno na universidade, mas, sobretudo, em conseguir acompanhar e concluir seu curso de graduação. Para fazer sua graduação o aluno precisa se auto-sustentar. Dessa maneira, o trabalho é imprescindível para o aluno, devendo optar por um curso que se desenvolva somente em um turno ou à noite. *Eram 9 cadeiras. Só que, quando passei, quando fui fazer inscrição, na verdade, eles disseram que tinha que fazer todas as cadeiras. Não que a matrícula era obrigatória em todas as cadeiras. Eu disse: oh! Não tinha condições. Até comentei com eles, na época. Bom, a UERGS, a universidade da inclusão que era a proposta deles, fazer isso então não tem condições. Um curso que funciona o dia todo, e eu tenho que trabalhar não tem condições de fazer. Enfim, conversei lá e houve um acerto. No fim, eles se reuniram depois, e resolveram passar todo o curso para tarde, aí ficou melhor para mim. Aí, só que no trabalho comecei a enfrentar problemas porque não conseguia dar conta do meu trabalho, não dava tempo. Em função disso, eu tinha duas tardes a menos, e tinha dias que tinha de faltar em virtude das aulas* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação). Essa era a realidade de uma aluna do curso que

mostra um pouco da problemática vivida pelos alunos que muitas vezes desistem do seu sonho.

Cabe aqui trazer alguns dados veiculados em matéria publicada no Correio do Povo de 31 de março de 2003 (p. 9), sob a manchete: *UFRGS enfrenta alto índice de evasão: índice crescente de abandono acadêmico supera os 30% e é mais grave que a ociosidade de vagas*. De cada cem alunos dos 4100 que ingressam anualmente na maior universidade pública gaúcha, através do vestibular, só 68 chegam à formatura. Algumas das razões apontadas pela reitora Wrana Panizzi para tal realidade são os deslocamentos que os alunos precisam fazer entre os 3 campi da universidade, a falta de condições dos alunos para acompanhar alguns cursos (cita os 30 cursos que têm a disciplina de cálculo, considerada a mais difícil) e problemas sócio-econômicos.

Esta notícia corrobora os depoimentos acima citados, mostra a gravidade e complexidade do problema e permite levantar duas questões de imediato a serem discutidas: falta de recursos financeiros, o que já de antemão asseguraria a importância do curso na vida de alunos negros e carentes, aliado ao fato de que a grande maioria, ou seja, 68,42% na ASP e aproximadamente 56,21% no Superação<sup>76</sup> dos alunos estão desempregados. Na verdade, a ficha de dados do Superação não continha nenhuma pergunta referente à ocupação do aluno, mas somente em relação à ocupação do pai e a da mãe. No entanto, entre as fotocópias entregues para anexar com a ficha de “cadastro do candidato”, os alunos entregaram um comprovante de renda familiar. Logo, podemos pensar que não mostraram o seu comprovante de renda porque não o possuíam. Ou podemos, também, levantar a hipótese de que o omitiram, pois se tratava de comprovar a situação de carência, para conseguir a vaga. Diante dos 11 alunos entrevistados, 6 estavam trabalhando, 5 eram desempregados. A maioria dos comprovantes era ou do pai, ou da mãe, ou de tia, ou da avó etc.

Voltando à questão dos poucos que conseguem freqüentar um curso pré-vestibular, os alunos conseguem se preparar para o concurso, mas, além dessa implicação, existe outra que

---

<sup>76</sup> O número de desempregados explicitado no curso Superação é aproximado porque não existia esse dado na ficha de “Cadastro do Candidato” dos alunos. O que havia era o xerox do comprovante de renda do esposo, da mãe, do pai, geralmente era de apenas de um indivíduo da família. O que não asseguraria que outros membros da família também tivessem algum tipo de comprovante de renda e não foram entregues, ao preencherem esta ficha. Então, examinei as 137 fichas dos alunos e fui verificando se o xerox do comprovante era do próprio aluno ou, se era de algum familiar. Se caso fosse do aluno, comprovaria que naquela data estava empregado.

fica clara no relato da aluna R: *tive oportunidade de aprender várias coisas que não havia tido no currículo básico do 2º grau. Até em virtude de eu ter feito um curso técnico na escola pública, que o objetivo não é preparar para o vestibular, então foi muito positivo para mim, aprendi bastante com isso* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação). *Em saúde, muita coisa até nem tinha visto, e acabei vendo lá no curso, e aí já foi uma vantagem pra mim. Acabei não vendo principalmente física, que é a matéria que tem um semestre na escola técnica, acabei revendo tudo lá e aprendendo* (Ent, 28/02/03, G., aluno do Projeto de Educação da ASP).

Aqui destaco outro aspecto importante que o curso tem para estes alunos: preencher um espaço que ficou vazio na formação daqueles que fizeram um ensino médio profissionalizante. São disciplinas que não são vistas durante o curso técnico e que, mais tarde, irão fazer falta para o aluno que deseja avançar em seus estudos. Essa ótica de uma educação compartimentada traz prejuízos ao aluno que, num dado momento de sua vida, deseja optar por outra carreira profissional, além do ensino profissionalizante. Restará ao aluno procurar um ensino que lhe possibilite compensar ou obter o conhecimento que faltou no passado.

Ainda a respeito das questões levantadas sobre o escasso número de alunos que conseguem fazer pré-vestibular, podemos considerar que se dá pelo fato de muitos terem de conciliar estudo e trabalho e, muitas vezes, no decorrer do percurso, acabam por desistir devido ao cansaço e à falta de recursos financeiros até para pagar suas passagens no transporte urbano. Conclusão perfeitamente coerente com as razões da reitora da UFRGS para explicar a alarmante evasão nos dias de hoje. A universidade pública não está conseguindo cumprir sua missão, caracterizando-se por um intenso desperdício de recursos.

No caso dessa aluna, a mesma tinha que administrar seu tempo entre faculdade e pré-vestibular: *Não tinha só as disciplinas que não estava acompanhando por ter passado em outro curso que estava cursando lá na faculdade. Não tinha como conciliar, estava no pré-vestibular alguns dias e na faculdade. Então essas eu não consegui assistir e, realmente, fiquei com uma dificuldade por não acompanhar a matéria* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação). Cabe aqui destacar que esta aluna já havia conseguido aprovação na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e estava tentando um outro curso na UFRGS, por esse motivo continuava no curso pré-vestibular.

As dificuldades são muitas para a entrada e conclusão em pré-vestibulares. Mas, ainda assim, alguns têm muita força de vontade e não desistem de correr atrás de seu sonho: passar na universidade.

Em relação aos aprovados no vestibular, dos 137 alunos que completaram a ficha, 14 foram aprovados no vestibular (dado estimado em 20 de abril de 2002; alguns resultados de vestibulares podem ter saído posteriormente e, por isso, não foram contabilizados). Esse número é muito baixo, se comparado ao total das 137 fichas preenchidas pelos alunos, o que corresponde a 10,2% do curso. Se comparado com os 2% de negros, conforme reportagem da Isto é, que estão nas universidades, o percentual não é tão baixo. Os 10,2% foram aprovados principalmente, na Universidade Luterana do Brasil e na Faculdade de Porto Alegre. Como são instituições privadas os alunos que conseguem aprovação, às vezes, têm que desistir no meio do caminho por falta de recursos financeiros. De certa forma, esse dado confirma o baixo índice de negros presentes na universidade.

Não obstante a eficácia do cursinho em colocar alunos no interior das universidades não é tão baixo assim se comparado à aprovação de um curso pré-vestibular convencional, conforme mostra o estudo de Silveira (2001, p. 12):

Dos 652 alunos que permaneceram no Curso no decorrer do ano 2000, 390 deles foram aprovados nos Exames Vestibulares de inverno e verão correspondentes a esse período de preparo para os mesmos. (Curso Pré-Vestibular, Sede de Novo Hamburgo/RS, abril/2001). Dentre os dados obtidos, constam as Universidades do Estado do Rio Grande do Sul em que foram aprovados esses 390 alunos do Curso Pré-Vestibular Universitário da Sede de Novo Hamburgo/RS, com os respectivos percentuais, como mostra o Gráfico 3, mais adiante<sup>77</sup>.

Na verdade, o pequeno número de aprovados no vestibular traz algumas questões para refletirmos. Os cursos têm como meta a inserção do aluno negro e carente na universidade, além de outros objetivos. Mas, se analisarmos esse número, cabe aqui o questionamento: estariam esses cursinhos de alguma forma tornando o sonho dos alunos uma realidade? Ou ainda é uma utopia, devido a todas as dificuldades enfrentadas pelos CPV? É claro, não se pode perder de vista todos os elementos que já foram descritos nesse estudo pelos sujeitos,

mostrando a contribuição dos pré-vestibulares. Ainda, parece que esse propósito é uma utopia a ser alcançada pelos 123 alunos, ou é uma realidade só para 14 alunos que conseguiram aprovação no vestibular<sup>78</sup>.

Uma reflexão importante a ser feita, neste contexto, é que as iniciativas dos cursinhos ajudam, permitem que alguns negros tenham acesso à universidade. Mas, de certa forma, a celebração pela conquista, sem dúvida importante, não dura muito tempo, e a exclusão se reinstala alguns semestres adiante, uma vez que, entrar na universidade não implica em concluí-la e 30%, como vimos para o caso da UFRGS, desistem. Faltaria levantar o seguinte dado: quantos desses 30% são de fato carentes ou negros?

Uma das últimas perguntas do “cadastro do candidato” pergunta: *Qual(is) a(s) disciplina(s) em que tens mais dificuldades?* Cabe destacar a resposta de uma aluna: *afinidade maior com as que tratam diretamente com as humanas mesmo, geografia, história, língua portuguesa, gosto bastante* (Ent, 09/01/03, R., aluna do Superação).

Essa nota da entrevista traz uma questão importante que corrobora a falta de afinidade dos alunos com as disciplinas tidas como exatas. A maioria dos alunos, com raras exceções, declara ter maior dificuldade nas áreas de física, química e matemática. Para ilustrar, trago a fala de uma entrevistada: *Bom a que eu tinha mais dificuldade era física, né? Física pra mim era uma coisa que olhava e dizia, mas eu não entendo nada [...] ele tinha paciência, mas a forma que ele explicava não era muito fácil de entender, não era uma forma como aprendi no 2º grau, ele explicava muito, fazia muita experiência e acabava não explicando muito. Então quer dizer, eu não entendia nada, o negócio da gravidade, uma coisa que ele explicava, eu não entendia muito* (Ent, 1/03/03, J., aluna do Superação). O dado confirma que, se a grande dificuldade dos alunos são as exatas, isso possibilita pensar que nas áreas das humanas eles conseguem compreender melhor essas disciplinas, acarretando possivelmente um gosto maior por essas áreas.

A última pergunta do questionário era em relação às condições para o estudo. Apesar das dificuldades financeiras que esse tipo de aluno, negro e/ou carente, enfrenta, somente 22 responderam que não possuem boas condições para o estudo.

---

<sup>77</sup> Ver Anexo H.

<sup>78</sup> Aqui trago somente o número de aprovados no vestibular do curso Superação que era fornecido na ficha de “Cadastro do Candidato”; as fichas preenchidas pelos alunos no outro curso não continham esse dado.

Ainda gostaria de destacar a pergunta referente à escolha do curso para o vestibular. Na verdade, o aluno responde a essa questão e a outras, que no meu entender estão imbricadas com esta informação: Você tem dúvidas sobre o curso que escolheu? Gostaria de ter contato com profissionais da área escolhida? Essas questões também servem de auxílio para a coordenação organizar o Seminário dos Profissionais oferecido aos alunos, que ocorreu em setembro de 2002.

O curso colocado em primeiro lugar como o mais escolhido foi direito, semelhante ao outro CPV, seguido de administração, enfermagem e pedagogia. As dúvidas mais frequentes diziam respeito à indecisão entre dois cursos, tempo de duração dos cursos, material utilizado durante a graduação, local onde atua o profissional (mercado de trabalho), peso de cada disciplina na contagem de pontos da prova do vestibular, pedido de teste vocacional, rentabilidade da profissão escolhida, relação candidato por vaga etc. No entanto, 75 alunos responderam que não tinham dúvidas. Gostaria de destacar a resposta de uma aluna nessa pergunta, sobre a dúvida em relação ao curso escolhido: *Não é uma meta na minha vida, e pretendo segui-la, já sofri muita discriminação, mas nunca deixei-me abater, e, como advogada isto irá acabar* (C. L.<sup>79</sup>, aluna Superação).

A resposta da aluna foi na direção de marcar sua indignação frente a discriminação, mas acabou não respondendo à pergunta. Quanto a sua indignação, gostaria de destacar o relato de uma das informantes de Barcellos que também sofreu discriminação durante sua trajetória acadêmica.

Silvia atrasou um semestre do curso em decorrência de um episódio de discriminação racial provocado por um colega. Como a instituição nada fez, entrou na justiça, mas perdeu o semestre por causa dos efeitos do ocorrido sobre ela. Na escola foi ofendida muitas vezes, o que dificultava a sua permanência ali (1996, p. 232).

Tal fato demonstra que mesmo estando nos bancos universitários a discriminação não vai acabar se não fizermos denúncias e, acima de tudo, devemos estar preparados para lidar com tais situações. Nesse sentido, os cursos pré-vestibulares trazem, em seu bojo, o papel de

---

<sup>79</sup> Utilizei-me das letras “C e L” para expressar as duas primeiras letras do nome da aluna, a fim de não ser confundida com outras letras usadas no texto.

informar aos estudantes sobre os possíveis mecanismos de defesa contra episódios como os de Silvia.

Com base nos dados descritos nesta seção 4.3, deve-se ponderar sobre o papel dos cursinhos para vida desse alunado? Volto a dizer que pode ser tanto uma realidade ou uma utopia. Mas, acima de tudo, esses cursos vêm dando sua contribuição aos alunos e, também, vêm ocupando a função de incluir, seja num CPV ou na universidade, cidadãos que estão à margem do meio universitário e do espaço dos cursos pré-vestibulares convencionais (pagos).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TABULEIRO DOS CURSOS

Os cursos pré-vestibulares, tanto para negros quanto para carentes, vêm-se disseminando por todo o Brasil e no Rio Grande do Sul, como um dos recursos utilizado rumo à conquista a uma vaga no Ensino Superior.

Radiografando mais especificamente Porto Alegre, no RS, trago a experiência de dois CPV: o Superação e o Projeto de Educação da ASP. Os cursos se configuram como iniciativas concebidas por uma ONG em que está a sua frente um integrante do Movimento Negro e por uma Associação Negra que desenvolve um tipo de ação afirmativa não entendida como uma política pública, mas como um tipo de ação ‘afirmativa distorcida’. É denominada ‘distorcida’ porque são executadas por segmentos da sociedade civil sem apoio e recursos institucionais, quando deveria ser papel do Estado (Silva W., 2002).

O diferencial dos cursos é justamente não ser uma política oferecida pelo Estado. Além disso, outra distinção é, sem dúvida, sua função social, e mais propriamente a de cunho racial, e que vêm exercendo junto aos estudantes negros e carentes. No cotidiano desses cursos não são trabalhados somente conteúdos que estão no programa do Exame Vestibular. Mas, muito além disso, se discute temas como: discriminação, a carreira universitária, racismo, postura frente a uma entrevista para conseguir emprego, leis possíveis de serem acionadas frente a casos de discriminação / preconceito / racismo, doenças (aquelas em que a incidência é maior em negros do que em brancos). Tais disciplinas preparam não somente para o vestibular mas, sobretudo, para a vida. E, se não conseguem alcançar tal objetivo, tentam informar indivíduos de seu papel na sociedade e na sua comunidade.

Dessa forma, o papel dos cursos ultrapassa a preparação para o vestibular. Os cursos ao desempenhar seu trabalho junto aos alunos, acabam por se transformar em um ambiente de socialização. O grupo de discentes se une em prol de um sonho comum – o ingresso na universidade e para isso, se reúnem noites e noites para assistir as aulas e retomar conteúdos adormecidos no seu inconsciente. Nos momentos vividos coletivamente os estudantes acabam fazendo amizades, paquerando e namorando, indo a festas, logo, seria um espaço socializante que os cursos acabam proporcionando a esses alunos. É importante frisar que, raramente, se encontram para estudar, mas sim para outros eventos (cinema, almoço, passeios), o que acontece com mais frequência. Por isso, esses espaços vão além do preparo para o vestibular,

mostrando-se como um lugar propício para amizades e relações que ultrapassam o local dos cursos.

A socialização desempenhada pelos cursinhos, para além do ingresso na universidade, somente consegui perceber ao construir e organizar a dissertação, no desenrolar do estudo. Para trazer a tona o papel dos cursos fez-se necessário articular os dados coletados das entrevistas e observações, numa perspectiva etnográfica, em conjunto com os materiais obtidos durante a realização da pesquisa. No entanto, tais dados fizeram sentido quando combinados com a teoria abordada sobre raça e ação afirmativa.

A apresentação dos cursinhos ou quem está no tabuleiro, assim como o restante dos títulos dos capítulos teve a intenção de dar uma idéia de movimento no tabuleiro dos cursos, radiografando os dois CPV e seus respectivos sujeitos. Ao apresentar ambos os cursos trago desde o histórico até a dinâmica de funcionamento a fim de mostrar o conjunto que integra tais iniciativas. No tange o funcionamento o estudo revela: horário das aulas, descrição dos ambientes dos cursos, objetivos, bem como organização e estrutura.

Para situar a trajetória das ONGs em nível internacional e nacional fez-se necessário trilhar este caminho, a fim de chegar até as ONGs Negras. O Superação é um dos projetos do IBÁ e o Projeto de Educação é uma das frentes de atuação da ASP, ambas tidas como ONG e Associação Negra. Apresentar no tabuleiro os cursinhos como meio de ações afirmativas teve o objetivo de mostrar as lutas e estratégias que o IBÁ e a ASP vem travando para superar as desigualdades enfrentadas pelos negros e carentes para ingressarem na universidade.

O capítulo “Radiografando o tabuleiro dos cursinhos ou Colocando as peças no tabuleiro” trouxe os três grupos que compõem os cursos: coordenação, professores e alunos. Na verdade, articular os grupos não foi tarefa fácil, pois todos os grupos são importantes para que o conjunto exista. Por isso, desde o princípio deste estudo, tinha clareza de que não escolheria um ou outro, e, sim, tentaria abarcar os três grupos de sujeitos para radiografar os cursos, reconstituindo o todo, e assim, qualificar a dissertação.

Ouvir alunos, professores e coordenação foi essencial para mostrar o que pensam sobre os cursos. Ao observá-los possibilitou-me retratar com mais concretude e clareza as ações empreendidas pelos cursos para que, realmente, aconteçam com seus erros e acertos na construção diária do seu trabalho. Acima de tudo a ‘força e garra’ faz com que, cada um

deles, desempenhe sua parte na construção do bonito trabalho que vem sendo desenvolvido pelos cursos.

Delimitar meus objetivos e problema foi essencial. Se no início do mestrado minha intenção era analisar a importância do curso Superação, como meio de formar cidadãos conscientes, e, qual o efeito que a formação social oferecida pelo curso traz para a vida dos educandos negros, à medida que o estudo se desenvolveu, outros questionamentos se fizeram presentes e não foi possível responder a todos, neste estudo.

Com o passar do tempo, minha pergunta acabou se delineando com outro foco, no sentido de mostrar o papel dos cursos de uma maneira mais genérica; o papel das disciplinas atípicas na visão dos alunos, coordenação e professores. Para alcançar este objetivo era necessário articular prática e discurso dos envolvidos na essência dos cursos.

Outro ponto fundamental desta articulação, serviu para corroborar o quadro de desigualdades que os negros vêm sofrendo desde que foram trazidos nos navios negreiros para o Brasil. Além disso, mostrou através das falas e práticas dos sujeitos, a novidade deste trabalho ao realizar, por meio de iniciativas de lideranças negras, uma maneira de superar esta situação, conquistando espaços no tecido social e a ampliação da consciência crítica dos negros.

Aqui, novamente posso trazer uma reflexão iniciada na introdução e que gostaria de retomar neste momento, pensando ser propício fazê-lo. A conexão entre os quilombos e os cursinhos, tal como espaço de luta e resistência: “As fugas em bandos organizados e a formação de quilombos constituem manifestações eloqüentes de resistência ativa e podem ser interpretadas como estratégias de ruptura, porque os quilombos não eram simples refúgios, mas sim tentativas de libertação e de construção de novo modelo de sociedade” (Munanga, 1996, p. 84). Os professores e as coordenações dos cursos se unem voluntariamente em prol de um projeto comum – oferecer um curso pré-vestibular a negros e carentes, quase gratuito. Dessa maneira, pode-se pensar no trabalho que ambos estão desempenhando rumo a um novo modelo de sociedade.

Pode-se avançar ainda no sentido de entender os cursos pré-vestibulares como uma forma libertação a partir do momento em que existirão diferentes raças nos bancos universitários e não somente alguns serão detentores do conhecimento que circula no interior

das universidades. Só então se pode pensar na construção de um novo modelo de sociedade, com indivíduos mais próximos da condição de igualdade e de cidadania.

Torna-se importante ressaltar nas considerações algumas passagens que aparecem no texto. Diante do conjunto de alunos entrevistados, todos, de uma maneira ou outra vivenciaram situações constrangedoras em que foram discriminados seja no ônibus quando ninguém senta ao seu lado, seja ao entrar numa loja, seja na procura de uma vaga para emprego, seja no *shopping* quando as pessoas cuidam sua bolsa. No entanto, os sujeitos foram unânimes ao concordarem que são experiências vividas de discriminação e racismo, mas impossíveis de serem comprovadas, justamente, porque expressam a sutileza das relações raciais brasileiras.

Os professores, por sua vez, concordam com as desigualdades seja em relação ao negro, ou seja em relação ao carente, e para mudar o quadro contribuem com ações voluntárias desempenhadas com intuito de ajudar os alunos na busca pela universidade. Mais especificamente, nas disciplinas atípicas que possuem uma função social e racial, aparece a preocupação em formar e informar os estudantes para a vida na luta por uma transformação utópica no caminho de uma sociedade mais justa.

Questionamentos emergem como possibilidades de futuras investigações acerca do tabuleiro dos cursos no tecido social:

Por que existe tanta evasão nos CPV para negros e carentes?

Porque essas políticas de ação afirmativa são desenvolvidas pela sociedade civil, ONGs, outras instituições que não o Estado?

Mais do que nunca se torna essencial a ação do Estado, para superar estas dificuldades que o aluno vem enfrentando para ingressar na universidade. Recentemente os órgãos governamentais do Estado estão assumindo seu papel, propondo políticas de ação afirmativa, por meio do Programa Diversidade na Universidade. Mas, quantos anos demorarão os resultados deste tipo de Programa?

Como será possível equiparar as desigualdades de todos esses anos em que não foi tomada nenhuma atitude para assegurar a igualdade de oportunidades entre brancos e negros no Brasil?

Entrar no campo estatal é um diálogo para outro estudo. Merece uma atenção especial, principalmente com a discussão de cotas para negros que vêm despontando na pauta da agenda nacional.



## BIBLIOGRAFIA

ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e a educação: movimento e política no estado do Rio Grande do Sul: 1987-2001**. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2002.

ALBERTO, Luiz. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 283-307. .

ARMANI, Domingos. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 56-70.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio**. 2 ed. Salvador: EDUFBA:EGBA, 1996.

BANTON, Michael e MILES, Robert. Racismo. In: CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000, p. 458-463.

BANTON, Michael. **Racial theories**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Raça como classificação. In: CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000, p. 447-450.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, 1996.

BARROS, Graciete Maria Nascimento. **ENC: Subsídios para regulamentação da Lei 10.639, de 9/01/2003-História e Cultura Afro-Brasileira**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por [GracieteBarros@mec.gov.br](mailto:GracieteBarros@mec.gov.br) em 9 jun. 2003.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000. IBGE. Pesquisa Nacional por Domicílio – PNAD 1996. ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento, 2000. IBGE. Pesquisa Nacional por Domicílio – PNAD 1999; Síntese dos Indicadores Sociais ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane Santos. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. In: LIMA, Ivan Costa. [et al.] (org.). **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis. Nº 6, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1999, p. 43-60.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In : LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

DEMOCRACIA VIVA 11. **IBASE** – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Jul 2001/Out 2001.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Situação do trabalho no Brasil**. Disponível na internet: <http://www.dieese.org.br/esp/reaselivro.htm>. Capturado em 03 fev. 2003. Online.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FONSECA, Claudia, BONETTI, Alinne, PASINI, Elisiane. **Novas formas de liderança: Um olhar antropológico sobre o Projeto Themis: Promotoras Legais Populares**. Disponível na internet: <http://www.themis.org.br/textos/>. Capturado em 13 set. 2002. Online.

FONSECA, Eduardo de F. Educação, história, vestibular e manutenção racista. In: ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 185-215.

GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: GALEAZZI, Irene M. S. (organizadora). **MULHER E TRABALHO**: Publicação especial do convênio da pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre – PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, 2001, p. 61-68.

GELEDÉS. Disponível na Internet: <http://www.geledes.com.br>. Capturada em: 20 de abril 2002.

GOHN, Maria da Glória M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Maza Edições, 1995.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In : LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2002.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 235-249.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

HERINGER, Rosana. A agenda anti-racista das ONGs brasileiras nos anos 90. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 343-357.



INSPIR. Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. **Presença da População Negra nas Áreas Estudadas**. Disponível na internet: <http://www.inspir.org.br/prese2.htm>. Capturado em 15 mar. 2002. Online.

KERSTEIN, Robert. Ação afirmativa. In: CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000, p. 31-38.

LIMA, Heloisa Pires. A imagem negra no portal para o sucesso: o antes, o durante e o depois do vestibular. In: ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 11-2.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Raça, desigualdade e ação afirmativa. In: **Afirma - Revista Negra Online**. Disponível na Internet: <http://www.afirma.inf.br>. Capturada em: 16 mai. 2002. Online.

MOEHLECKE, Sabrina. Propostas de ações afirmativas para o acesso da população negra ao ensino superior o Brasil. In: **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, p. 69-96.

MULHER E TRABALHO. In: GALEAZZI, Irene M. S. (organizadora). **MULHER E TRABALHO**: Publicação especial do convênio da pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre – PED-RMPA. Porto Alegre: FEE, 2001, p. 61-68.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:Estação Ciência, 1996.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 203-235.

NASCIMENTO, Carla. Com raça para passar: Movimento afro cria cursos pré-vestibular gratuitos para colocar mais alunos negros nas universidades. In: **ISTO É**. Disponível na Internet: <http://www.terra.com.br/istoe/>. Capturada em: 16 mai. 2002. Online.

NETTO, Andrei e CAVALHEIRO, Rodrigo. **Metas para assegurar os Direitos Humanos**. Disponível na internet: <http://zh.clicrbs.com.br/editoria/politica/>. Capturado em 17 mai. 2002. Online.

OLIVEIRA, Iolanda de. Relações raciais e educação: recolocando o problema. In: LIMA, Ivan Costa e SILVEIRA, Sônia M. (Orgs). **Negros, Territórios e Educação**. Florianópolis, Nº 7, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 2000, p. 105-122.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Desigualdades raciais no ensino superior: a cor da UFBA. In: **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, p. 11-44.

RATCLIFFE, Peter. Racismo do meio ambiente. In: CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000, p. 463-465.

RODRIGUES, Maria Emília e BARCELLOS, Daisy Macedo de. **Negros de Porto Alegre: Memória e trajetórias – os clubes sociais**. Trabalho apresentado na disciplina do curso de Ciências Sociais, 1997.

SANSONE, Livio Racismo sem etnicidade. Políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 41, nº 4, 1998.

SANTOS, Davi Raimundo. **Economia solidária e população afrodescendente: experiências de exclusão e resistência ontem e hoje**. Disponível na internet: <http://membro.intermega.com.br/educafro/>. Capturado em 03 fev. 2003a. Online.

SANTOS, Davi Raimundo. O que é Pré-vestibular para negros e carentes. In: LIMA, Ivan Costa ... [et al.] (org.). **Educação popular afro-brasileira**. Florianópolis. Nº 5, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1999.

SANTOS, Davi Raimundo. **Universidades e Ações Afirmativas**. Disponível na internet: <http://membro.intermega.com.br/educafro/>. Capturado em 03 fev. 2003b. Online.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 53-74.

SANTOS, Joel Rufino dos. Não tenho medo do racismo. São Paulo, p. 89-97. Entrevista concedida a Rosa Maria T. Andrade. In: Andrade, Rosa Maria T. e Fonseca, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002.

SANTOS, Sales Augusto. Ação afirmativa ou a utopia possível. In: OLIVEIRA, Dijaci David de... [et al.] (org.). **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Letícia Vidor de Souza (orgs.). Questão racial no Brasil. In: **Negras Imagens: Ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996, p. 153-177.

SILVA Jr., Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 359-387.

\_\_\_\_\_. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, José Antônio Novaes da. A escola como instrumento de resgate da cidadania. In: LIMA, Ivan Costa e SILVEIRA, Sônia M. (Orgs.). **Negros, Territórios e Educação**. Florianópolis, Nº 7, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 2000, p. 91-104.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Dimensões e sobrevivências de pensamentos em educação em territórios africanos e afro-brasileiros. In: LIMA, Ivan Costa e SILVEIRA, Sônia M. (Orgs). **Negros, Territórios e Educação**. Florianópolis, Nº 7, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 2000, p. 77-88.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prefácio. In: Andrade, Rosa Maria T. e Fonseca, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 11-2.

SILVA, Vicente de Paula e BENTO, Maria Aparecida Silva. Racismo e mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. [et al.] (org.). **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados**. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999, p. 93-103.

SILVA, Wilson. Para que se comece a fazer justiça. In: ANDRADE, Rosa Maria T. e FONSECA, Eduardo F. (organizadores). **Aprovados! : Cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2002, p. 35-61.

SILVEIRA, Silvana Dellamora. **Conjecturando uma realidade**. Trabalho final apresentado na disciplina de Políticas sociais e políticas educacionais: significações sociais e políticas na educação, dos fundamentos teóricos às propostas históricas, 2001, p. 1-44.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa: percepções da “Casa Grande e da Senzala”**. Texto preparado para o encontro da 2001 *Annual Meeting of the Law and Society Association in Budapest*, Hungary, entre 03/07 julho de 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1989.

SOLOMOS, John. Racismo europeu. In: CASHMORE, Ellis (org.). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000, p. 465-469.

STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel C. M. ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política. In: **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 36-55.

STEIL, Carlos Alberto. Estado, Movimentos Sociais e ONGs: a Guerra-Fria e a globalização como cenários de compreensão da realidade social. In: **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 09-16.

TABULEIRO3.jpg. Disponível na internet: <http://www.milos.com.br/gif/tabuleiro3.jpg>. Capturado em 11 ago. 2003. Online.

TEIXEIRA, Moema de Poli. Identidade racial e universidade pública no Rio de Janeiro. In: **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: Novos Toques, n. 4, 2000, p. 45-68.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. V. 4, nov. 2001. Bases teórico-metodológicas de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais – Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

VOIGT, Léo. Elementos introdutórios sobre o Terceiro Setor no Brasil. In: **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. ½, 2001, p. 71-82.

## **Apêndice A – Roteiro das entrevistas realizadas com os alunos**

- 1) Nome do entrevistado:
- 2) Como você descobriu o Superação?
- 3) O quê você está achando das aulas?
- 4) Tem alguma disciplina que gostaria de destacar que você mais gosta?
- 5) E tem alguma disciplina que não está gostando ou não está entendendo? Por quê?
- 6) Como é a relação da turma com os professores?
- 7) E com a coordenação do curso?
- 8) Relata-me dia típico?
- 9) Conte a sua história escolar e familiar?
- 10) Você trabalha?
- 11) Em que momento você estuda, ou faz os temas?
- 12) Como você estuda (lendo, fazendo esquemas...)?
- 13) O fato de conseguir a aprovação no vestibular no que você acha que poderia mudar sua vida?
- 14) Além das disciplinas normais você tem outras disciplinas que enfatizam a questão da negritude, da pobreza, o quê você acha dessas aulas?
- 15) Em que você acha que essas disciplinas podem ajudar na sua vida?
- 16) Você acha que via sofrer discriminação na universidade? E o que pretende fazer em relação a isso?
- 17) Você conhece casos de discriminação?
- 18) Você conhece alguém amigo que ficou de fora do curso?
- 19) Como é que os outros (porteiros, alunos, pessoas dos corredores) tratam você e o pensa dessas pessoas?

## **Apêndice B – Roteiro das entrevistas realizadas com as coordenadoras**

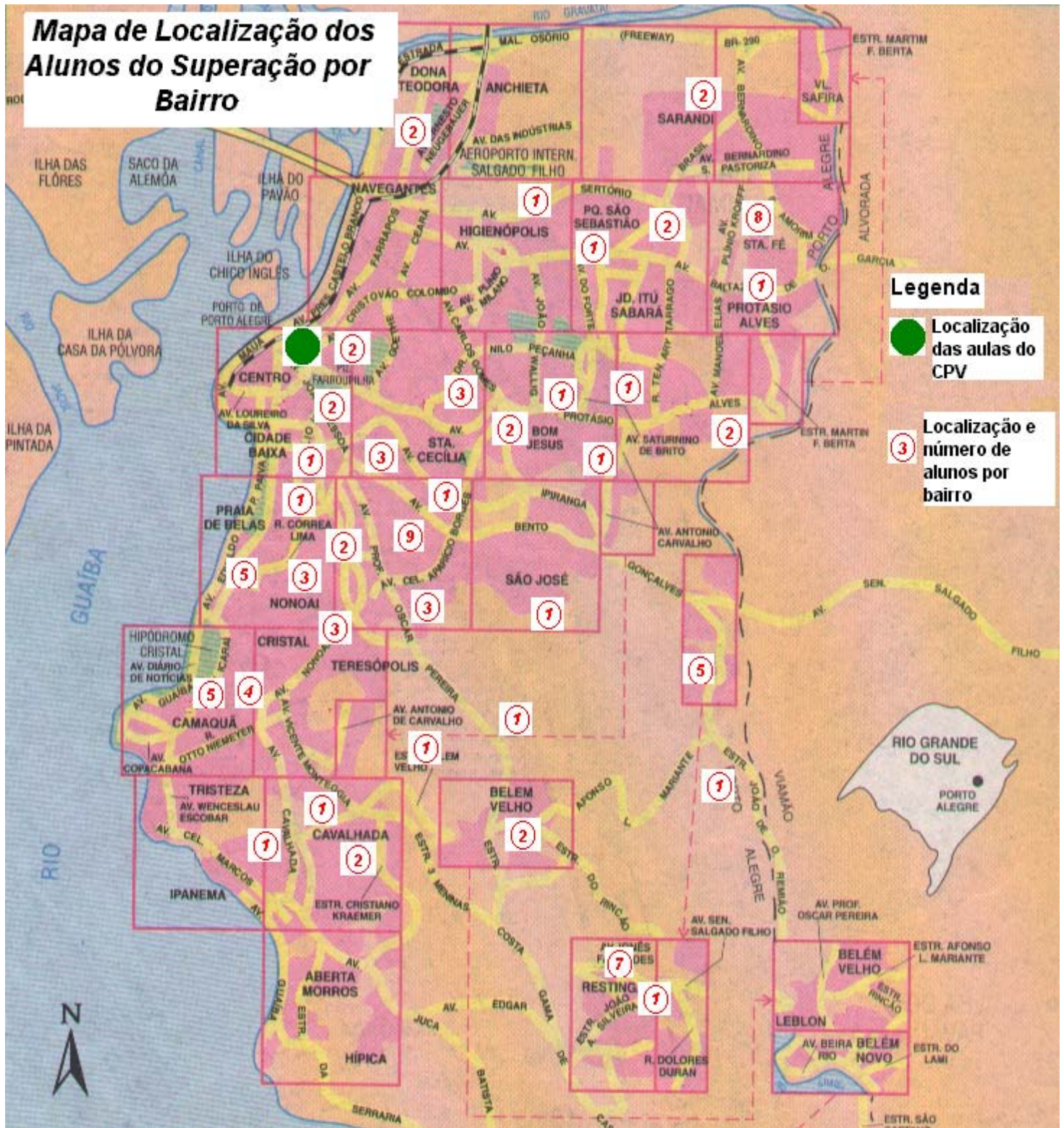
- 1) Nome do entrevistado:
- 2) Origem do curso?
- 3) Concepção – metas do curso?
- 4) Quais os objetivos do curso?
- 5) Número de alunos?
- 6) Qual a origem dos alunos?
- 7) Como conseguem professores voluntários?
- 8) Número de professores?
- 9) Como viabilizam o material didático aos alunos?
- 10) Como conseguem recursos para manter as aulas?
- 11) Quantas entraram?
- 12) Quantos permaneceram?
- 13) Quantos evadidos?
- 14) Quantos foram aprovados no vestibular?
- 15) Qual o histórico (origem) do Satélite Prontidão?
- 16) Qual a origem do Superação?
- 17) Como se dividem os departamentos no Satélite Prontidão?
- 18) Concepção – metas do Satélite Prontidão?
- 19) Quais os projetos do Satélite Prontidão?
- 20) No ano de 2001 quando foi feita a entrevista havia me dito que seria implantado uma biblioteca? Este projeto está funcionando ou não?
- 21) É evidenciado o retorno por parte dos alunos em relação ao esforço da coordenação?
- 22) Os alunos recebem algum auxílio às passagens?
- 23) Os professores ganham algum tipo de certificado?
- 24) São feitas reuniões pedagógicas?
- 25) Existe alguma proposta pedagógica?
- 26) Porque não ter somente professores negros?
- 27) Por que não foi ministrada durante o ano inteiro a disciplina “Direitos Humanos”?  
Esta não é uma das metas do curso, assim como História da África?

### **Apêndice C – Roteiro das entrevistas realizadas com os professores**

- 1) Nome do entrevistado:
- 2) Nome da disciplina:
- 3) Conte um pouco da tua história de vida?
- 4) Porque escolheram dar aulas como voluntários em um pré-vestibular para negros e carentes?
- 5) A trajetória de chegada no curso?
- 6) Há quanto tempo você dá aulas nesse pré-vestibular?
- 7) E o que mudou do momento de chegada? E agora como vão andando as coisas?
- 8) Quais os aspectos mais marcantes que transcorreram durante as aulas?
- 9) Quais foram às descobertas que tevês com o curso?
- 10) De que forma o aspecto raça influenciou você?
- 11) Qual a especificidade desse tipo de aluno para um aluno de um curso pré-vestibular comum?
- 12) Como você observa o esforço dos alunos para conseguirem aprovação no vestibular?
- 13) Dentre as turmas que dá aula, como você a chances de passarem no vestibular?
- 14) Quais as perspectivas do teu trabalho, ou seja, as perspectivas do que está a fazer?
- 15) Quais as perspectivas que tem o curso de conseguir nos anos posteriores um maior número de alunos aprovados no vestibular?
- 16) O que na tua opinião poderia contribuir para que existisse menos evasão dos alunos do curso?
- 17) Descreva dia típico?
- 18) Relação com os alunos como se dá?
- 19) Como é relação dos professores com a coordenação do curso, porteiros do Colégio Rosário ou outros funcionários?
- 20) Relação com os outros colegas seja da mesma disciplina ou de outras?
- 21) Como é dar uma disciplina atípica ao conteúdo do vestibular?
- 22) O que você trabalhou na disciplina?
- 23) Qual foi a recepção e interesse dos alunos?



Apêndice D





**Apêndice F**

Localização dos Alunos do Projeto de Educação da ASP por Cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2002		
Cidade	Nº de alunos	Percentual
Alvorada	0	0,00%
Cachoerinha	0	0,00%
Canoas	0	0,00%
Esteio	0	0,00%
Gravataí	0	0,00%
Guaíba	0	0,00%
Porto Alegre	55	96,49%
São Leopoldo	0	0,00%
Viamão	2	3,51%
	57	100,00%

## Apêndice G

Localização dos Alunos do Projeto de Educação da ASP por bairros em Porto Alegre, 2002		
Bairro	Nº de alunos	Percentual
Assunção	1	1,82%
Auxiliadora	1	1,82%
Azenha	1	1,82%
Belém Velho	1	1,82%
Bom Jesus	2	3,64%
Camaquã	2	3,64%
Cavallhada	2	3,64%
Cristal	2	3,64%
Glória	3	5,45%
GlóriaCascata	1	1,82%
GlóriaEmbratel	1	1,82%
Ipanema	1	1,82%
Jari	1	1,82%
Jd do Salso	1	1,82%
Jd Itu/Sabará	1	1,82%
Jd Lindóia	2	3,64%
Jd.Cascata Gloria	1	1,82%
Lomba do Pinheiro	1	1,82%
LombaSabão	1	1,82%
MenDeus	1	1,82%
MorroSantana	1	1,82%
Nonoai	5	9,09%
Partenon	6	10,91%
Passo d'Areia	1	1,82%
Petropolis	2	3,64%
Ponta Grossa	2	3,64%
Restinga	1	1,82%
Restinga Nova	1	1,82%
Restinga Velha	3	5,45%
Santa Teresa	3	5,45%
São José	1	1,82%
Teresópolis	2	3,64%
	55	100,00%

**Apêndice H**

Localização dos Alunos do Superação por Cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, 2002		
Cidade	Nº de alunos	Percentual
Alvorada	5	3,65%
Cachoerinha	4	2,92%
Canoas	5	3,65%
Esteio	1	0,73%
Gravataí	4	2,92%
Guaíba	10	7,30%
Porto Alegre	102	74,45%
São Leopoldo	2	1,46%
Viamão	4	2,92%
	137	100,00%

## Apêndice I

Localização dos Alunos do Superação por bairro em Porto Alegre		
Bairro	Nº de alunos	Percentual
Alto Teresópolis	3	2,94%
Azenha	2	1,96%
Belem Velho	2	1,96%
Boa Vista	1	0,98%
Bom Jesus	2	1,96%
Cavanhada	4	3,92%
Centro	2	1,96%
Chacara das Pedras	1	0,98%
Cidade Baixa	1	0,98%
Costa e Silva	2	1,96%
Cristal	5	4,90%
Glória	3	2,94%
Hípica	1	0,98%
Humaitá	2	1,96%
Ipanema	1	0,98%
Jardim Ypú	1	0,98%
Jd Botanico	1	0,98%
Jd Carvalho	1	0,98%
Jd Leopoldina	1	0,98%
Lomba do Pinheiro	5	4,90%
Medianeira	2	1,96%
Menino Deus	1	0,98%
Navegantes	1	0,98%
Nonoai	3	2,94%
Parque das Flores	1	0,98%
Parque dos Maias	1	0,98%
Partenon	9	8,82%
Passo das Pedras	1	0,98%
Petropolis	3	2,94%
Pinheiro	1	0,98%
Pq São Sebastião	1	0,98%
Restinga	2	1,96%
Restinga Nova	2	1,96%
Restinga Velha	3	2,94%
Rio Branco	2	1,96%
Rubem Berta	8	7,84%
Safira	1	0,98%
Santa Teresa	5	4,90%
Santo Antonio	3	2,94%
São José	1	0,98%
Sarandi	2	1,96%
Serraria	1	0,98%
Vila Jardim	2	1,96%
Vila Monte Cristo	1	0,98%
Vila Nova	2	1,96%
Vila Sáfira	1	0,98%
Vila São José	1	0,98%
	102	100,00%

**Apêndice J – Lista de entrevistados pela pesquisadora, em Porto Alegre, por data:**

ARENCE, Andréia da Rosa. Dia 26 fev. 2003.  
BIAZUS, Firmino. Dia 26 fev. 2003.  
CARDOSO, Juliana Carvalho. Dia 27 fev. 2003.  
COSTA, Carlos Alberto Pinto da. Dia 21 fev. 2003.  
DAVID, Cláudia Rocha. Dia 19 mar. 2003.  
FEIJÓ, Nilo Alberto. Dia 18 fev. 2003.  
FERREIRA, Rejane Ritzel. Dia 09 jan. 2003.  
FONTOURA, Carmen Silvia Machado. Dia 29 out. 2002.  
MACHADO, Adriana Santos. Dia 27 fev. 2003.  
MARTINS, Everton Alves. Dia 08 out. 2002.  
MORAES, Cristiano da Silva. Dia 01 mar. 2003.  
MOREIRA, José Fernando de Oliveira. Dia 25 set. 2002.  
MOREIRA, José Fernando de Oliveira. Dia 05 jan. 2003.  
NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Dia 24 fev. 2003.  
RIBEIRO, Sônia. Dia 18 fev. 2003.  
RODRIGUES, Moemi Porto. Dia 30 out. 2002.  
ROSA, Anderson Calazans da. Dia 28 fev. 2003.  
SILVA, Lourdes Aparecida D. da. Dia 26 fev. 2003.  
SILVEIRA, Anderson Cleiton A. C. Dia 28 jan. 2003.  
SOUZA, Guaraci P. de. Dia 28 fev. 2003.  
SOUZA, Jennifer Silveira de. Dia 01 mar. 2003.

